

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (ICH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**MINEIRIDADE E FRAÇÕES PARTIDÁRIAS – O CASO DO PSDB DE
MINAS GERAIS**

Por: Marcio Roberto Lima Sá Fortes

(Orientador Prof. Dr. Raul Francisco Magalhães)

Dissertação de mestrado
apresentada à banca examinadora
como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em
Ciências Sociais.

Juiz de Fora
2007

**MINEIRIDADE E FRAÇÕES PARTIDÁRIAS – O CASO DO PSDB DE MINAS
GERAIS**

Por: Marcio Roberto Lima Sá Fortes

(Prof. Dr. Raul Francisco Magalhães, orientador,
UFJF)

(Prof. Dr. Otávio Soares Dulci, UFMG)

(Prof. Dr. Rubem Barboza Filho, UFJF)

Juiz de Fora
2007

Dedico à minha mãe Maria José e ao meu
sobrinho Rafael.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Ciências Sociais da UFJF por ter aceitado e acreditado em meu projeto e por ter dado a oportunidade para desenvolvê-lo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Raul Francisco Magalhães, pelas instruções que deram sentido a idéias desorganizadas.

Aos professores Doutores Rubem Barboza Filho, Octávio Andres Ramon Bonet, José Alcides Figueiredo do Santos, Jessé José Ferreira de Souza, Gilberto Barbosa Salgado, do programa de pós-graduação pelas aulas ministradas.

À Profa. Dra. Helena Motta pela oportunidade de desenvolver um trabalho no ensino de ciência política. Ao Prof. Marcelo Soares Dulci pelas sugestões no projeto apresentado ao programa e pelo acesso a sua biblioteca e sua pequena hemeroteca sem a cobrança de multas por atraso. Ao Prof Dr Gilberto Felisberto Vasconcellos pelas valiosas críticas ao trabalho em minha qualificação. Ao Professor Prof. Dr. Otávio Soares Dulci pelas indicações e empréstimos de seus textos ainda nos tempos da graduação, chaves para a realização deste trabalho. Ao Chico por toda ajuda na área burocrática e por todos os galhos quebrados.

Aos companheiros de caminhada no mestrado por dividirem as angústias, tormentos, aflições e algumas alegrias. Aos meus amigos pelo incentivo e pelos momentos de descontração.

Aos meus irmãos, Lucio e Cristina, pelos exemplos na jornada da vida acadêmica.

A tia Iza e tia Elsie por todo apoio desde a sempre.

A minha mãe por apoiar minhas escolhas e mudanças de direção.

Ao meu pai de alguma sempre presente.

Só mineiros sabem. E não dizem nem a si
mesmos o irrevelável segredo chamado Minas.
DRUMMOND

Não gosto muito da expressão mineiridade.
Prefiro mineirice, que me lembra mais um
golpe, uma rasteira. Mineiridade é muito
solene, parece brasilidade, lembra Hino à
Bandeira. Já mineirice, é inevitável que eu
tenha. Acho que falo e escrevo o mineiro muito
bem. É uma língua sem segredos para mim.
PEDRO NAVA

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar como a mineiridade como ideologia é utilizada, no caso concreto do PSDB, para criar coesão na classe dominante; legitimar sua dominação; e principalmente, posicionar a fração mineira em relação ao partido, o sistema partidário-eleitoral e o restante do país. Este tema se relaciona ao modo como as disputas das frações partidárias pelo controle das zonas de incerteza, da distribuição dos incentivos coletivos e seletivos e pela ocupação do posto de coalizão dominante. No primeiro capítulo trataremos do tema da ideologia e da mineiridade procurando conceitua-los para resolução de nossas questões. O segundo capítulo abrangerá a temática da tória partidária e da teoria das organizações a fim de nos fornecer ferramentas para a análise das disputas entre as frações partidárias e da ação do PSDB-MG. Por fim, no terceiro capítulo, procuramos articular os conceitos definidos nos dois primeiros capítulos aplicando-os na trajetória do PSDB nacional e mineiro.

Palavras chave: Mineiridade; PSDB; Ideologia, Partidos Políticos; Frações Partidárias.

ABSTRACT

This work aims to analyze how the “mineiridade” as an ideology is applied, in the concrete case of the Party of Brazilian Social Democracy (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), so as to create cohesion among the dominant class; legitimize its dominance; and mainly, situate the “mineira” wing in the party, in the party electoral system and in the rest of the country. This theme is related to the struggle among the party fractions for control over the uncertainty zones, the distribution of collective and selective incentives, and the position as dominant coalition. The first chapter discusses ideology and “mineiridade”, seeking to conceptualize them to answer our questions. The second chapter embraces the party theory and organization theory in order to provide us with the tools for the analysis of struggles among the party fractions and the action of the PSDB-MG. Finally, the third chapter seeks to articulate the concepts defined in the first two chapters applying them to the trajectory of national PSDB and its “mineira” wing.

Key-words: Mineiridade; PSDB, Political Party; Party fractions.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
1 IDEOLOGIA E MINEIRIDADE	14
1.1 A Questão da ideologia	14
1.2 Ideologia em Marx: o caráter instrumental e determinação social	15
1.3 Gramsci: os intelectuais e a organização da cultura	17
1.4 Boudon: admissão das idéias	20
1.5 A Invenção das tradições	24
1.6 A Mineiridade como ideologia	26
1.7 Mitologia da mineiridade	29
2 A TEORIA PARTIDÁRIA E O PSDB	35
2.1 Sartori: Frações partidárias, um esquema de análise	35
2.2 Democracia interna do partido	41
2.3 Política visível e invisível	44
2.4 Estrutura de oportunidades e processo eleitoral - Estímulos às frações	46
2.5 Formas de recrutamento e cooptação	49
2.6 Características dos partidos <i>catch-all</i>	51
2.7 Racionalidade Política Contextual	52
2.8 Velhos e novos líderes	53
2.9 As zonas de incerteza	56
2.10 A Coalizão dominante	57
2.11 Incentivos Coletivos e Incentivos Seletivos	58
2.12 Mudanças Organizativas	59
2.13 Os objetivos das Organizações	60
2.14 A Institucionalização	62
3 PSDB: FUNDAÇÃO, ASCENSÃO AO PODE E DIAS ATUAIS	64
3.1 Antecedentes intelectuais: Cebrap	64
3.2 O Sistema eleitoral e partidário brasileiro – uma das arenas	65
3.3 Movimento Unidade Progressista – MUP	69
3.4 Fundação – Motivações Pragmáticas e Ideológicas	70
3.5 Era FHC e a institucionalização do partido	73
3.6 A Mineiridade presente no discurso	78
3.7 Discurso da eficiência	81
3.8 PSDB e PT e a conciliação	84
CONCLUSÃO	86
Bibliografia	90
Lista de Jornais	94

Lista de Quadros

Esquema de análise: Frações partidárias – Sartori	40
Distribuição dos filiados eleitos pelo PSDB, por tipo de função exercida, segundo militância política anterior ao ingresso no PSDB, 1997 (Em porcentagem)	52
Profissões/Ocupações dos Parlamentares – 51 legislatura (1998) (Em porcentagem)	52
Institucionalização	65

INTRODUÇÃO

O PSDB foi fundado em 1988 a partir de uma divisão interna do PMDB, como uma ala mais à esquerda e progressista do partido – pelo menos era assim que os seus fundadores se autodenominavam. O partido, de fato, surgiu de um grupo de parlamentares e lideranças políticas: na bancada federal foram 37 deputados federais e 8 senadores. Parte desse grupo, durante a Constituinte, já fazia parte do MUP (Movimento de Unidade Progressista), fração do PMDB já bastante organizada, que tinha como um de seus objetivos produzir documentos que discutissem a conjuntura do país, os trabalhos na Constituinte e a própria situação do partido. O movimento agregava parlamentares de diversos estados, mas os paulistas se destacavam como suas principais lideranças.

Apesar de nascer com uma bancada expressiva, o partido não obteve grande sucesso nas eleições para os cargos executivos em 1988, 1989, 1990 e 1992. Os tucanos só ascenderam ao poder federal com o *impeachment* do presidente Fernando Collor e o convite de seu sucessor, Itamar Franco, a Fernando Henrique Cardoso para ocupar, primeiro o cargo de Ministro das Relações Exteriores e em seguida o de Ministro da Fazenda. Este momento se tornou um marco na história do partido, uma vez que, depois da implantação e êxito do Plano Real nasceu como natural a candidatura de Fernando Henrique à Presidência da República.

Uma vez eleito presidente no primeiro turno das eleições de 1994, Fernando Henrique trouxe os paulistas novamente ao centro do cenário do poder federal, após um longo afastamento desde a ascensão de Getúlio Vargas, em 1930. Neste momento, São Paulo e seus intelectuais se “isolam”, deixando estados importantes como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro fora dos principais espaços de poder. O PSDB de São Paulo se apresentava como uma alternativa ao esgotamento da fórmula anterior. Mais do que isso, era a “refundação” de um regime. Uma tentativa de levar o desenvolvimento e o dinamismo paulista para o restante do país – “paulistizar” o Brasil. Este grupo constituiu a *coalizão dominante* que controlava as *zonas de incerteza*, principalmente a *competência*. O domínio desta zona foi responsável pela distribuição dos *incentivos coletivos* que contribuíram para agrupar os nomes que compuseram o partido.

Podemos dizer que o PSDB em Minas Gerais é um partido bem sucedido. Ele não só ganhou em Minas Gerais sua primeira eleição em capitais (1988), com Pimenta da Veiga, como também elegeu por três vezes o governador do estado (1994, 2002 e 2006). Eduardo

Azeredo, eleito junto com a primeira eleição de FHC à Presidência da República, não conseguiu se reeleger, mas elegeu-se senador em 2002. E Aécio Neves se elegeu por duas vezes (2002 e 2006).

Mesmo diante de tal sucesso, a seção mineira do PSDB ocupou espaço restrito durante os dois mandatos presidenciais de FHC. O único membro do PSDB mineiro a ocupar um ministério de destaque nesse período foi Pimenta da Veiga, político já muito identificado com a fração paulista desde os tempos do MUP. Todos os cargos importantes da Era FHC foram destinados à cúpula paulista ou a políticos e técnicos com ela articulados. O diretório estadual de Minas Gerais ficou, de certa forma, à margem do grupo que formava a *coalizão dominante* e do domínio das *zonas de incerteza*. A fração mineira, durante o período FHC, se caracterizava mais como um *grupo de apoio*, com um tipo de organização caracterizada mais como um diretório e menos como um grupo alternativo ao grupo que compõem a *coalizão dominante*. Nos últimos seis anos, estas características vêm ganhando outros contornos, como, por exemplo, se apresentar como um grupo distinto a ocupar as *zonas de incerteza*.

Uma imagem muito difundida na literatura e, em especial para nossa investigação, pela elite política mineira é a do mineiro como portador de uma personalidade e características especiais que configuram o que se chama de mineiridade. Destacam-se, entre as qualidades atribuídas aos mineiros e aos políticos mineiros, elementos como: conciliador; apegado às tradições e à continuidade; prudente; avesso a radicalismos; e político habilidoso para resolução de conflitos, para a condução do país em momentos difíceis e para mudanças ou transições sem rupturas ou traumas. A mineiridade, quando tomada pela política, assume uma dimensão ideológica que tem determinadas funções.

Assim, este trabalho tem por objetivo analisar e discutir os temas da organização partidária, principalmente no que se refere às *frações partidárias*, e como elas disputam espaço dentro e fora da organização – na luta pelas *zonas de incerteza*, para se tornar a *coalizão dominante* e para deter a distribuição dos *incentivos coletivos e seletivos*. Este tema é articulado com a questão da mineiridade como ideologia e o modo como essa ideologia é instrumentalizada em função dos interesses dos políticos do PSDB de Minas Gerais. Pretendemos verificar como a mineiridade é utilizada, no caso concreto do PSDB, para criar coesão na classe dominante; legitimar sua dominação; e, principalmente, posicionar a fração mineira em relação ao partido, ao sistema partidário-eleitoral e ao restante do país.

No primeiro capítulo, abordamos alguns conceitos como o de ideologia, o seu caráter instrumental e a relação com o seu posicionamento social. Em seguida, trabalhamos com o conceito de intelectual como o organizador da cultura, desenvolvido por Antonio Gramsci,

este agente tem um papel primordial desde a construção até a articulação da ideologia. Passamos então para Raymond Boudon e a forma com que idéias aparentemente falsas são aceitas como verdadeiras e vice-versa. O modo como as tradições são inventadas, em Eric Hobsbawm, será usado para reforçar a idéia da mineiridade como uma construção intelectual destinada a inculcar determinados valores e formas de comportamento. Por fim, abordamos dois autores que desenvolveram o conceito de mineiridade, Otávio Soares Dulci e Maria Arminda do Nascimento Arruda. O primeiro se concentra na questão do uso da mineiridade como ideologia pela elite política mineira, cumprindo certas funções; a segunda desenvolve mais detalhadamente a formação da identidade como uma construção tipicamente intelectual, assim como em Hobsbawm, produzida e incorporada por determinados agentes e não como expressão acabada do próprio movimento da sociedade. Construção que guarda três dimensões: mítica, imaginária e ideológica.

O segundo capítulo busca discutir alguns temas da teoria partidária e da teoria das organizações. A primeira baseada em Giovanni Sartori e a segunda em Ângelo Panebianco. Deste modo, procuramos destacar o problema da organização partidária e seus conflitos. Primeiramente, abordamos as frações partidárias juntamente com um esquema de análise, como uma espécie de anatomia partidária, de maneira a auxiliar a identificação de nossa unidade de pesquisa, o PSDB de Minas Gerais. Seguimos, então, para a questão da democracia partidária, que pode contribuir para o entendimento da ruptura de uma fração com o restante do partido. Discutimos também a questão da *política visível* e *política invisível* como arenas distintas, onde os atores têm objetivos distintos. A estrutura de oportunidades é trabalhada como um elemento que pode estimular ou não o surgimento de frações partidárias. Abordamos ainda as formas de recrutamento e cooptação em partidos *catch-all* e algumas de suas características, bem como a renovação das lideranças. Em seguida, trabalhamos com o conceito de *racionalidade política contextual*, de Olavo Brasil de Lima Júnior, que trata da ação dos atores políticos conforme sua conveniência em seu estado ou região, independente do cenário nacional, ou seja, para cada esfera uma ação própria para atingir um objetivo específico. Por fim, abordamos alguns conceitos desenvolvidos por Ângelo Panebianco, como *coalizão dominante*, *zonas de incerteza*, *incentivos coletivos* e *incentivos seletivos* e *institucionalização*, que nos auxiliaram a balizar nossa pesquisa.

Por fim, no terceiro capítulo, utilizamos os conceitos discutidos nos dois primeiros capítulos para analisar a história do partido e como se articulam os temas da mineiridade e da organização partidária para solucionar as questões colocadas. Neste capítulo, procuramos evidenciar, no caso do PSDB, como se dão as disputas das *frações partidárias*, na *estrutura*

de oportunidades pelo controle das *zonas de incerteza*, tornando-se a *coalizão dominante*. Procuramos evidenciar também o papel da mineiridade neste jogo, fornecendo incentivos coletivos que irão dar homogeneidade e coesão à elite política tucana de Minas Gerais, legitimando sua dominação, já que se estabelece uma identificação entre eleitores e a elite política – somos todos mineiros: amantes da política e comprometidos com a liberdade – e posicionando a elite da seção mineira como alternativa para ocupar o posto de *coalizão dominante*, uma vez que, após duas derrotas em eleições presidenciais, houve um certo desgaste da imagem dos paulistas, uma necessidade de se criar um equilíbrio federativo, cessando o longo período de hegemonia paulista.

Capítulo 1 – IDEOLOGIA E MINEIRIDADE

Neste capítulo abordamos algumas questões teóricas no que se refere à ideologia e à mineiridade, que juntas constituem parte importante no nosso trabalho. Quanto à ideologia, buscamos ressaltar o seu caráter instrumental quanto à dominação e perseguição de objetivos. Abordamos também a questão dos intelectuais como agentes organizadores da cultura, onde tiveram importante papel na colocação das bases, na codificação, na construção e na difusão da mineiridade como ideologia, bem como na sua instrumentalização, cumprindo três funções básicas: 1) aglutinar a classe dominante; 2) legitimar o domínio das elites; e 3) fortalecer os interesses de suas elites no cenário nacional. Em seguida passamos por Raymond Boudon e a forma pela qual, idéias aparentemente falsas são aceitas como verdade sem que se encare o ator que aceita essas idéias como uma figura irracional. Eric Hobsbawm será usado para reforçar a idéia das tradições como uma construção intelectual seletiva e interessada. Por fim, discutimos dois autores que desenvolveram o tema da mineiridade como ideologia e como construção, Otávio Soares Dulci e Maria Arminda do Nascimento Arruda.

1.1 A Questão da ideologia

O grande desafio em trabalhar com ideologia é o próprio conceito de ideologia. Existe um farto número de formas diversas de operar com este conceito, abrindo um extenso, distinto e complexo, leque de opções a serem digeridas.

Norberto Bobbio separa o conceito em dois grandes grupos: ideologia no sentido *fraco* e no sentido *forte*. No sentido fraco o conceito possui um caráter neutro. A ideologia está vinculada a um sistema de crenças e visões de mundo que orientam o indivíduo no cenário político. Interiormente ao sentido fraco ainda podemos distinguir o conceito em uma acepção geral ou particular. Na primeira, os estudos estão vinculados à interpretação dos sistemas políticos e à investigação empírica em relação ao sistema de crenças políticas, tanto nos setores mais politizados como nas massas. Na segunda, o conceito de ideologia se opõe a uma noção de pragmatismo relacionado a componentes como dogmático, doutrinal ou mesmo

passional. Neste caso, o uso do conceito de ideologia se liga ao tema do “fim das ideologias”. Incluem-se nesta acepção autores como Francis Fukuyama, Raymond Aron, Daniel Bell e Seymour Martin Lipset (STOPPINO, 2005: 584).

No sentido forte do conceito, a ideologia adquire uma conotação negativa. Nesta definição temos Marx como teórico principal. As relações de dominação entre as classes, por meio de uma falsa consciência, determinam socialmente o conjunto de idéias e teorias que se entende por ideologia. A partir do significado forte de ideologia desdobram-se outras interpretações, mas que não mantiveram unidos os dois fragmentos do conceito marxiano, a *determinação social* e a *falsa consciência*. De um lado, algumas interpretações mantiveram o dado da determinação social se distanciando do critério da falsa consciência. Destaca-se Karl Mannheim, que, apesar de ter se distanciado da questão das relações de dominação, manteve o critério da determinação social. De outro lado, as interpretações conservaram o critério da falsidade, abandonaram o elemento da determinação social. Nesta segunda forma de interpretação destaca-se Vilfredo Pareto (STOPPINO, 2005).

1.2 - Ideologia em Marx: o caráter instrumental e determinação social

Ao tratar do tema da ideologia, o primeiro autor a que devemos fazer alguma referência é Karl Marx, por suas elaborações sobre esse tema e por sua influência em desenvolvimentos posteriores. É necessário começar pelos fundamentos, portanto vemos:

A produção de idéias, de representações e da consciência está no princípio diretamente vinculada à atividade material e ao intercâmbio material dos homens, como linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio espiritual entre os homens, aparecem aqui como emanção direta do seu comportamento material. (...) São os homens os produtores de suas representações, de sua idéias etc. mas os homens reais e atuantes, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento das forças produtivas. (...) E se, em ideologia, a humanidade e suas relações aparecem de ponta cabeça, como em uma câmara escura, tal fenômeno resulta de seu processo histórico de vida. (MARX: 2005, 51).

No enquadramento proposto por Norberto Bobbio, que estabelece a subdivisão entre sentido forte e fraco do termo ideologia, Marx se encontra como fundador do segundo sentido entendido como falsa consciência das relações de domínio de classes. Aqui, por se considerar a questão da falsidade, a ideologia ganha uma conotação negativa, diferentemente do que acontece no sentido fraco, onde a ideologia é um conceito neutro e descritivo. Em Marx, a falsidade e a função social da ideologia estão intimamente ligadas entre si. Se, por um lado, a falsa consciência mascara os aspectos mais duros e antagônicos do domínio, facilita a aceitação da situação de poder e a integração política e social. Do outro lado, a crença numa ideologia não é uma base independente de poder, pois sua eficácia e sua estabilidade dependem das bases efetivas de situação de domínio, no caso de Karl Marx, as relações de produção (STOPPINO, 2005).

Para Marx, a difusão da ideologia é o processo no qual a idéia da classe dominante se torna a idéia dominante. A classe que possui os meios de produção material é também a classe que possui os meios de produção espiritual. Deste modo, a dominação espiritual ocorre conjuntamente à dominação material. Assim, a dominação espiritual é a relação material de dominação expressa na forma de idéias. Por isso, quando uma classe ocupa o lugar de outra, como classe dominante, deve, para ter êxito em seus fins, apresentar seus interesses como interesses universais, ou seja, suas idéias devem possuir um caráter de universalidade, sendo as únicas racionais e legítimas (MARX, 2005, 80). Não se trata, porém, de procurar similaridades entre as atividades econômicas e mentais, mas entender como a percepção de determinados agentes depende de sua posição no sistema econômico (ELSTER, 1989). Raymond Boudon (1989), em sua classificação, divide o pensamento de Marx a respeito do tema em dois aspectos. O primeiro se encaixa com uma *explicação irracional* para a adesão a idéias falsas, a ideologia encarada como mera percepção distorcida por paixões e pelos interesses de classe. O segundo classifica como racional, um ato *compreensível*, a adesão às idéias falsas. O agente se engana não porque tem uma visão distorcida, ou invertida, de seu objeto, mas porque ele acredita naquilo que ele pode ver, como o comerciante que acredita que os preços de suas mercadorias estão exclusivamente sob o efeito da lei da oferta e da procura e não como, afirmava Marx, a teoria do valor-trabalho¹. Esta segunda classificação da teoria marxiana sobre a ideologia é que Boudon levará adiante em seu trabalho.

¹ “A determinação da grandeza de valor pelo tempo de trabalho é, por isso, um segredo oculto sob os movimentos manifestos dos valores relativos às mercadorias. Sua descoberta supera a aparência da determinação meramente casual das grandezas de valor dos produtos de trabalho, mas de nenhum modo sua forma material” (MARX, 1988: 73).

As idéias (*Gedanken*) da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes; ou seja, a classe que é força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. (...) As idéias dominantes, são, pois, nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes (...); são, portanto, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante (MARX, 2005, 78)

No interior da classe dominante há uma divisão de trabalho. Existem aqueles que se ocupam da produção das idéias que servirão de instrumento persuasivo na relação de dominação entre classes. E há os que se ocupam efetivamente da produção material e se relacionam com as idéias de forma mais passiva. Em certos momentos, essas duas categorias podem entrar em conflito, o qual é imediatamente resolvido quando a classe dominante como um todo se vê ameaçada (MARX, 2005,79). Estes que na divisão do trabalho na classe dominante se ocupam da produção das idéias são os intelectuais, que na obra de Gramsci (1991) funcionam como os organizadores da cultura e em Panebianco (2005) são os que ocuparão a *zona de incerteza* classificada como a *competência*.

O que se procura destacar é a questão do caráter instrumental da ideologia como ferramenta que auxilia as relações de dominação. Também o que se quer destacar é como Marx percebeu a questão da ideologia quanto ao que o ator social consegue visualizar que será condicionado conforme seu posicionamento. Trataremos dos efeitos que causam essa percepção mais adiante, baseando-nos em Raymond Boudon (1989).

1.3 Gramsci: os intelectuais e a organização da cultura

Gramsci (1978, 2-5) sugere a existência de dois tipos principais de intelectuais: os *orgânicos* e os *tradicionais*. Cada grupo social gesta uma ou mais camadas de intelectuais que têm por função principal dar homogeneidade e consciência ao grupo social que o criou. Este tipo de intelectual se insere no tipo orgânico, que tem por função complementar cooptar os do tipo tradicional.

Os intelectuais do tipo tradicional, por sua vez, surgem em um momento histórico anterior, em uma outra estrutura, e mesmo com as alterações estruturais ainda se conservam vivos e atuantes. Trata-se também de uma categoria de pessoas que goza de alguma autonomia em relação aos demais grupos sociais e por este motivo são disputados.

É impossível, para Gramsci (1978), apartar o *homo sapiens* do *homo faber*. De modo que todo homem é um intelectual, mesmo que nem todos desempenhem a função de intelectual². O intelectual não é necessariamente aquele que detém o saber erudito. O intelectual é entendido aí em um sentido amplo. Não é apenas o professor universitário nem apenas o jurista, mas todo o homem que desempenhar a função do intelectual. Para o autor, é o “persuasor permanente”, o que organiza a vontade coletiva. São os *comissários* do grupo dominante e que exercem as funções subalternas da hegemonia social e do governo político, ou seja:

- 1) Do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social.
- 2) Do aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído por toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, no quais fracassa consenso coletivo (GRAMSCI, 1978, 11).

Entre os intelectuais e os partidos políticos, deve-se fazer algumas observações importantes tendo em vista o nosso tema. Enquanto para determinados grupos sociais o partido é o espaço privilegiado para a produção de seus intelectuais orgânicos, que são formados dentro da arena política e filosófica, para todos os outros grupos sociais é o instrumento de composição entre os intelectuais orgânicos do grupo dominante e os intelectuais tradicionais (GRAMSCI, 1978, 14). Nesta arena partidária, os intelectuais estarão sob os efeitos apontados por Boudon, desde os efeitos de situação, divididos em posição e disposição, quanto aos efeitos de comunicação e epistemológicos. Estes efeitos serão tratados mais detidamente na seção seguinte.

Para que um partido possa existir, é primordial que três elementos convirjam. O primeiro seria um *elemento difuso de homens comuns* que têm por característica não um certo espírito criativo e organizativo, mas uma ação participativa baseada na disciplina e na fidelidade. Não haveria partido sem este grupo. Contudo, sua existência não é suficiente, pois na ausência de uma força de coesão este grupo se extinguiria. Assim, o segundo elemento necessário à existência do partido é um elemento centralizador que seja provido de uma força

² É preciso destruir o preconceito muito difundido de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou filósofos profissionais e sistemáticos. Portanto, é demonstrar preliminarmente que todos os homens são “filósofos”, definindo os limites e as características dessa “filosofia espontânea”, própria de todo mundo (GRAMSCI, 1981, 221).

coesiva e disciplinadora, que tenha competência para direcionar as forças difusas do primeiro elemento. O terceiro seria um elemento médio que articularia os dois primeiros, estabelecendo contato moral e intelectual (GRAMSCI, 1990, 20). Como abordamos no segundo capítulo, os dois últimos elementos serão aqueles que estarão no comando das *zonas de incerteza*, os princípios organizativos que atuam no equilíbrio do poder e se não forem administrados podem colocar em risco a existência da organização partidária, conforme Ângelo Panebianco (2005).

Gramsci não crê na existência de uma ciência objetiva. Afirmção válida inclusive nas ciências ditas naturais³. O cientista está inserido em um contexto histórico e social e tudo o que produz espelhará as ambições e os projetos onde atua. Este processo não é exclusivo do cientista, mas de todo homem. O conhecimento é historicamente condicionado. Assim, toda forma de conhecimento é ideológica. Conhecimento e práxis estão de mãos dadas. Retomando, todo conhecimento é ideológico e não há *práxis* que não faça uso de conhecimento. Temos ainda que a ideologia altera a vida humana, mesmo que seu conteúdo não corresponda à realidade (COUTINHO, 1981, 83).

Gramsci, diferentemente de Marx, não procura analisar a ideologia apenas como falsa consciência caindo em uma conotação negativa do termo. Trata-se de uma força real, que, como já foi dito, tem a capacidade de alterar a vida real. Destaca também a distinção entre dois tipos de ideologia: *historicamente orgânicas* e *arbitrárias*. A primeira, mais sólida e necessária a uma determinada estrutura, pois se liga com o grupo que possui certa inclinação hegemônica, dando organização às massas. Estas atravessam grandes períodos históricos e organizam grandes massas humanas. A segunda, mais fugaz, articula apenas movimentos individuais ou de pequenos grupos. Para Terry Eagleton (1996), ao utilizar o termo *hegemonia*, Gramsci amplia e enriquece o conceito de ideologia. É com Gramsci que o conceito de ideologia passa da ideologia como *sistema de idéias* a ideologia como prática social.

Em termos gerais, portanto, poderíamos definir a hegemonia como toda uma gama de estratégias práticas mediante as quais um poder dominante obtém, daqueles a quem subjuga, o consentimento em sua dominação. Conquistar a hegemonia, na visão de Gramsci, é estabelecer uma liderança moral, política e intelectual na vida social,

³ “Mas não é apenas ao marxismo que Gramsci nega o caráter de ciência, do conhecimento científico objetivo do real. Ele diz ‘Na realidade, também a ciência (inclusive a da natureza, CNC) é uma superestrutura, uma ideologia’” (COUTINHO, 1981: 81). O trecho citado de Gramsci foi retirado dos Cadernos do Cárcere. A sigla “CNC” significa que foi inserido pelo autor Carlos Nelson Coutinho.

difundindo sua própria “visão de mundo” pelo tecido societário como um todo e, assim, equiparando os próprios interesses da sociedade como um todo (EAGLETON, 1996: 198).

No nosso estudo, este ponto se torna ainda mais importante quando associamos o tema dos intelectuais e o poder do especialista que comanda uma das zonas de incerteza das organizações, a *competência*, trabalhada por Ângelo Panebianco. Esta questão, das zonas de incerteza é abordada no capítulo seguinte.

1.4 Boudon: admissão das idéias

O *Homo Ideologicus* não é tão irracional quanto se tende a crer, conforme esclarece Raymond Boudon. O autor mostra que a adesão a idéias recebidas pode ser inteligível, deixando de lado o fator irracional, como qualquer outro tipo de comportamento. *As ideologias surgem não apesar do homem racional, mas porque ele é racional.* A questão inicial e que permeia todo o texto é a seguinte: *de onde vem a credibilidade das idéias duvidosas e das idéias falsas?* Para isto o ator, freqüentemente, tem boas razões para aderir a essas idéias recebidas. Essas idéias não provêm de uma alucinação ou de forças obscuras que fogem ao domínio do sujeito. Pelo contrário, nascem do seu próprio espírito. Pode perfeitamente ser considerado como um ato compreensível a adesão a essas idéias que provêm de uma combinação entre os efeitos de comunicação e os efeitos de situação.

Ao trabalhar com um conceito de racionalidade, o autor resgata também o caráter instrumental das idéias recebidas. Os atores perseguem determinados fins e utilizam os meios adequados para atingi-los. “Uma teoria pode interessar a um ator social porque ela lhe fornece um quadro cognitivo que lhe permite realizar, mais facilmente, sua função” (BOUDON, 1989: 155). Além de interessar ao ator social por lhe oferecer este quadro cognitivo, uma teoria pode interessar também porque ela lhe fornece parâmetros de sua ação, dos objetivos que pode legitimamente buscar e os meios a serem utilizados.

Para explorar o desenvolvimento, difusão e aceitação dessas idéias – falsas ou verdadeiras – Boudon destaca certos efeitos que compõem esse processo. Estes efeitos advêm do fato de que os atores estão situados histórica e socialmente. Assim, diferentes relações sociais e redes de significações culturais definem as lentes usadas pelo observador. Primeiramente, Boudon agrupa no que ele chama de efeitos de situação dois outros efeitos:

efeitos de posição e efeitos de disposição⁴. “Assim o ator social tende a enxergar a realidade não exatamente como ela é ou como os outros atores a sua volta podem ver, mas de forma deformada ou parcial” (BOUDON, 1989: 94).

Boudon faz uma analogia destes dois efeitos com a vista que uma pessoa pode ter do terreno de seu prédio posicionando-se em lugares diferentes. Olhando da mesma posição, o olhar desta pessoa será dirigido se, por exemplo, ela souber que em determinado apartamento mora uma jovem. Um político mineiro pode enxergar em si determinadas características, porém só poderá enxergá-las se tiver conhecimento anteriormente de que estas características são atribuídas aos mineiros e aos políticos mineiros, em particular. Ele só pode tomar para si a virtude de conciliador, por exemplo, e instrumentalizá-la, se este estereótipo, atribuído ao grupo ao qual se sente pertencer, já tiver sido postulado e amplamente difundido no passado. Ou seja, além da sua posição no quadro social que lhe dará certa visão da realidade, deve haver uma disposição, um conhecimento anterior específico, ou algo que lhe chame a atenção para esta realidade específica.

Resumidamente, diz-se que os efeitos de posição são elementos contextuais, (como o lugar que o indivíduo ocupa na teia social). São os efeitos de posição que Marx utiliza para desenvolver sua teoria. A perspectiva pela qual o indivíduo enxerga seu objeto altera a forma como ele o vê, como um prisma que, se observado de determinado ângulo, pode parecer, ao seu observador, um triângulo. Assim como no exemplo já citado, do comerciante que percebe que a variação dos preços de sua mercadoria está exclusivamente ligada à lei da oferta e procura (BOUDON, 1989).

Já os efeitos de disposição ligam-se à questão simbólica ou rede de valores na qual o indivíduo está inserido. Este efeito se impõe à interpretação que o indivíduo tem do mundo que observa, pois essas interpretações mobilizam um saber adquirido anteriormente. Assim, quando este indivíduo se vê diante de um problema ou tem um objetivo a ser conquistado, são os saberes deste indivíduo que serão usados para resolvê-los ou atingi-los com um arsenal de elementos à sua disposição para serem utilizados (BOUDON, 1989).

Uma outra categoria de efeitos apontados são os efeitos de comunicação. Estão ligados a esses efeitos a manipulação e a interpretação dos pacotes de idéias por parte de quem as produz e por parte de quem as recebe. Aqui as pessoas são levadas a decidir de acordo com informações sub-ótimas, como o comprador de uma televisão que se contenta em tomar a

⁴ Quanto à importância de se perceber esses dois efeitos na investigação sociológica, Arruda afirma: “O principal empreendimento dos cientistas sociais preocupados com as elaborações míticas deve dirigir-se para o estabelecimento dos elos entre os problemas transpostos pelos mitos e a rede social que lhes atribui significado” (ARRUDA, 1999: 25).

marca como garantia de qualidade, ao invés de checar todos os componentes, ação que lhe exigiria um grau de conhecimento que provavelmente não tem, além de lhe demandar algum tempo e certo custo. Da mesma forma, o ator social “compra” uma idéia como uma *caixa-preta*, sem compreendê-la por completo, ou por ter sido indicada por uma autoridade que lhe confira o grau de verdade (BOUDON, 1989).

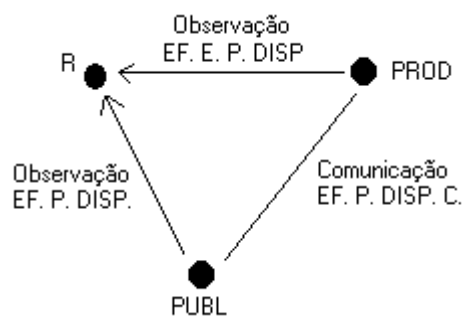
Quando uma teoria é posta no mercado, trazendo consigo uma argumentação que auxilia certo valor ou tradição, ela pode ser acolhida por um ou mais grupos específicos, facilmente reconhecíveis, que se identificam com esses valores e essas tradições. Este, ou estes grupos, estão sob os efeitos de posição e disposição – enxergam de *certa* maneira porque se interessam de *certo* modo e têm *certo* conhecimento anterior sobre o tema. Uma vez que este grupo específico avalia uma idéia, ela passa, normalmente, por um processo de simplificação, radicalização ou deformação. É neste processo que se dão os efeitos de comunicação pelos mediadores. São os mediadores que fazem a passagem de uma idéia em sua origem nos produtores, que foi avaliada por um grupo específico, para um público geral. Estas idéias, muitas vezes, não passam ou não sofrem nenhuma influência da comunidade científica para chegar a um público maior. O comprador da televisão poderá aceitar a opinião de um vizinho engenheiro eletrônico ou ter lido alguma informação na Internet, sem precisar sentar durante anos nos bancos de um laboratório de eletrônica. O político mineiro irá tomar para si determinadas características, não porque leu Alceu Amoroso Lima ou Fernando Sabino, e muito menos porque elaborou uma dissertação de mestrado acerca da mineiridade e sua utilização como ideologia no meio político, mas sim porque estas idéias já estão amplamente difundidas em um “imaginário coletivo” e podem ser apropriadas conforme seus objetivos.

Neste efeito, os intelectuais assumem um importante papel. Eles podem ser os produtores ou os mediadores, podem assumir o papel do economista que formula a teoria econômica ou podem ser o jornalista especializado que em sua coluna interpreta as conseqüências das ações do Banco Central e será lido por um público interessado por assuntos econômicos. Podem se dirigir a um público mais específico ou a um auditório universal. Podem também manipular a linguagem pela retórica. Neste ponto, retornamos a Antonio Gramsci quando toma o intelectual como o organizador da cultura. É ele quem faz chegar a um público mais geral as idéias nascidas ou não como científicas. Raymond Boudon exemplifica com a tese de Karl Polanyi do fracasso do capitalismo de mercado. Certo grupo de intelectuais que se identificaram com suas idéias trataram de divulgá-las para outros grupos

sociais, que por suas posição e disposição as tomaram para si, anexando-as ao seu discurso de luta social.

Por fim, ainda há os efeitos epistemológicos que atuam sobre aqueles que confeccionam – os produtores – as teorias científicas que atingem o público passando pelos outros efeitos (situação e comunicação). Aqui se expõe que, mesmo quando muitas noções, símbolos ou expressões básicas são usadas para falar da realidade, não têm correspondência com a mesma. O conhecimento científico é edificado sobre determinado paradigma. Os paradigmas são um conjunto de pensamentos e orientações teóricas e metodológicas que fornecem uma linguagem ou princípios de explicações aceitos pela comunidade científica. As escolhas desses paradigmas são feitas pelo pesquisador de forma mais ou menos consciente e sob os dois efeitos já mencionados. Assim, podemos dizer que nem mesmo a comunidade científica está imune a crenças não demonstradas e que conceitos formulados para responder a determinadas necessidades podem se transformar em ideologias. Dito de outra forma, mesmo no interior do trabalho científico a ideologia se desenvolve (BOUDON, 1989). Assim como em Gramsci, o conhecimento, mesmo científico, ganha contorno ideológico.

Para resumir seu quadro o autor propõe o esquema abaixo no qual: (R) realidade; (PROD) produtores de idéias teorias e (PUBL) público. Na relação PROD-R, o principal efeito é o epistemológico, mas o produtor também está sob os efeitos de posição e disposição. Na relação PUBL-R, os efeitos são os de posição e disposição. Por fim, é na relação PROD-PUBL que se encontram os efeitos de comunicação, além dos efeitos de posição e disposição.



1.5 A Invenção das tradições

Também é válido trazer para nossa discussão o historiador marxista Eric Hobsbawm. A contribuição que ele pode nos dar é através do conceito de *tradição inventada*. Por esse termo podemos incluir tanto as tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgem de maneira mais difícil de localizar no tempo (HOBSBAWM, 2002: 9).

As *tradições inventadas* se caracterizam por estabelecer uma continuidade artificial, à medida que se propõem a se referir ao passado histórico, mas, em geral, um passado histórico apropriado, ou seja, de forma seletiva. Essas tradições são, em geral, uma reação a uma situação nova que ou assumem a forma de referência à situação anterior ou estabelecem o próprio passado através da repetição (HOBSBAWM 2002: 10).

Conforme Hobsbawm (2002: 14), o procedimento de invenção das tradições é essencialmente um processo de formulação e ritualização que se caracteriza por se referir ao passado e que visa inculcar valores e normas de comportamento em determinado grupo, como “patriotismo”, “lealdade”, “dever”, ou mesmo para nossa investigação, um “caráter regional”. As *tradições inventadas* se diferenciam da “tradição” no sentido de convenção ou rotina, pois esta não possui função simbólica ou ritual, apesar de poder adquiri-las.

Utilizam-se elementos antigos para elaborar novas tradições pois, reafirmando, é no passado que se encontra o repertório dos elementos que lhe serão úteis. Assim como a tradição inventada se utiliza da história como legitimadora das ações e como cimento da coesão social, a ciência histórica torna-se parte do cabedal de conhecimento ou ideologia da nação (HOBSBAWM, 2000).

Durante a Terceira República, na França, há três novidades no que se refere às *tradições inventadas*: desenvolvimento de um equivalente secular à igreja, a escola primária, em que se inseriam elementos revolucionários, de forma a fazer de todos os franceses bons republicanos; invenção de cerimônias públicas, festas e datas comemorativas, que traziam a população para fazer parte da França como nação; e por fim, a produção em grande escala de monumentos públicos. Em Minas, e mesmo nos bancos escolares do resto do Brasil, figurou durante muitos anos a figura heróica de Tiradentes, morto em nome da liberdade.

Anualmente, no dia 21 de abril⁵ é retomada a história da Inconfidência, o trágico fato que a marcou e os ideais que lhe são atribuídos, inclusive, com a transferência simbólica da capital mineira para Ouro Preto. Por fim, existem ainda um sem número de praças e avenidas com o nome de Tiradentes.

O historiador ou o intelectual, conscientes ou não, contribuem para criação, demolição e reestruturação da imagem do passado que irá cooperar na invenção das tradições. Deve-se notar que o termo “intelectual” é usado em um sentido restrito, como sinônimo de acadêmico.

Sobre as tradições inventadas desde a Revolução Industrial, pode-se classificar três categorias sobrepostas, conforme Eric Hobsbawm:

a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade, e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento (HOBSBAWM, 2002: 17).

Outra dimensão que se pode utilizar para caracterizar as tradições inventadas é se ela foi realizada oficialmente ou não. As invenções oficiais, que também são chamadas de políticas, surgem ou são criadas em movimentos sociais e políticos organizados. As invenções não oficiais, ou chamadas de sociais, são criadas, de forma geral, em grupos sem organização formal ou por grupos cujos objetivos não são especificamente ou conscientemente políticos (HOBSBAWM, 2002: 271). A Inconfidência Mineira e a figura de Tiradentes foram oficialmente, durante muitos anos, instrumentos de Estado como símbolos do regime, a exemplo do que ocorreu no início da República. Contudo, a mineiridade em si surge sem a organização de um grupo formal ou um objetivo político imediato.

É em momentos de transformações amplas e rápidas que ocorre a invenção das tradições de forma mais intensa, como após da Revolução Industrial e no período entre 30 e 40 anos antes da 1ª Guerra Mundial, embora não se possa apontar uma época na história onde não tenha havido “invenção” (HOBSBAWM, 2002: 12). No Brasil, foi no início da década de 80, com a valorização dos estados da federação, que o tema da mineiridade foi retomado.

⁵ Esta também é a data de morte de Tancredo Neves, eleito pelo colégio eleitoral, que na véspera de sua posse foi internado às pressas no Hospital de Base, em Brasília. Os longos dias que antecederam sua morte, o seu calvário e sua atuação de destaque nas articulações no momento da redemocratização, conferiram àquele momento histórico uma grande carga simbólica.

1.6 A Mineiridade como ideologia

Otávio Soares Dulci em dois artigos - *As elites políticas mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia* e *Identidade regional e ideologia: o caso de Minas Gerais* - discute a função do regionalismo e das identidades regionais como ideologias, referindo-se ao caso de Minas Gerais “pautado” naquilo que é conhecido como mineiridade. Estes artigos, inclusive, serviram de inspiração para a escolha de nosso tema.

No primeiro artigo, apresentado no GT “Elites Políticas” no encontro anual da ANPOCS em 1984, momento no qual o País vivia um momento de transição política e o tema da conciliação estava em evidência, Dulci procura observar o tema – conciliação – no discurso da elite política mineira ao longo do tempo, das raízes, com a tríade Bernardo Vasconcellos, Honório Hermeto e Teófilo Otoni, passando por João Pinheiro, Antônio Carlos e Juscelino Kubitschek, até chegar ao então grande nome da política em Minas Gerais e no Brasil, Tancredo Neves. Destaca que a idéia de conciliação é um ponto marcante no que ele chama de auto-imagem das elites mineiras e no modo com que estas elites percebem o seu papel no âmbito nacional. Sendo este aspecto presente em qualquer interpretação das singularidades do mineiro, ou daquilo a que nos referimos como mineiridade (DULCI, 1984).

Mais importante é salientar que essa imagem é cultivada, em primeiro lugar, pela própria elite política de Minas. Esta se vê como portadora de tais atributos, difunde sua auto-imagem e elabora formulações a respeito. Mostra-se consciente de sua “especificidade”, e em função disso situa o seu papel na cena política. Desta forma, a “mineiridade”, concepção comum das elites, torna-se o código que as une, que aproxima seus membros, definindo sua identidade e seus critérios (DULCI, 1984: 13).

No segundo artigo, cinco anos mais tarde, o autor retoma a vários aspectos do primeiro, mas amplia a discussão para além do tema da conciliação, articulando mais detalhadamente as três grandes funções ideológicas da mineiridade apresentadas no primeiro artigo.

A primeira função da mineiridade é a de servir como "ideologia da classe dominante", agindo mais na organização desta classe e menos na subordinação das classes dominadas. Em outras palavras, a mineiridade funciona como um código que unifica a classe dominante,

atribuindo-lhe uma identidade que lhe confere um modo específico de pensar e agir (DULCI, 1989: p. 17).

A segunda função apontada por Otávio Dulci tem a ver com a legitimação do domínio das elites. Essa função é válida, pois o restante da sociedade, ou uma parcela, compartilha dos mesmos valores. Neste momento, o autor chama a atenção para dois pontos: quanto mais forte é a coesão do grupo dominante, no que se refere à mineiridade, melhor esse grupo se posiciona para justificar o seu domínio, uma vez que são apontados como os representantes do "espírito regional". O outro ponto refere-se ao modo como o povo constrói e reproduz essa imagem; se as expressões desta visão de mundo são reconhecíveis também para os grupos mais populares, o uso ideológico da mineiridade tem grande eficácia (DULCI, 1989, 18).

Essas duas primeiras funções ideológicas da mineiridade apresentam níveis de eficácia distintos. Quanto à primeira função - a unificação e a organização das elites - o nível de eficácia é aparentemente bastante alto, fato que é observado facilmente pela reprodução regular do discurso que a compõe. A segunda função - legitimação do domínio - deve ser observada com maior cuidado. Em dois casos analisados pelo autor podemos encontrar respostas distintas.

Tomemos o caso da eleição indireta de Tancredo Neves à presidência para república, que contou com o apoio de imensa fatia da população mineira, demonstrada em manifestações populares, mesmo com seu desempenho tímido como governador do estado. Neste caso é notória a eficácia da mineiridade. Tancredo encarnava a essência da mineiridade, sua imagem era a própria Minas Gerais. A população reconhecia nele os valores e o estilo mineiro de fazer política. Era o retorno de Minas ao cenário nacional, refletindo não só nas vantagens que o estado poderia auferir, como também a volta de um modo de se fazer política. (DULCI, 1989: 20).

No segundo caso é retomada a disputa eleitoral entre o Senador Itamar Franco e Newton Cardoso para o governo estadual, apenas um ano e meio após a morte de Tancredo Neves. Neste episódio, a mineiridade já não se mostra tão eficiente como instrumento de agregação de eleitores. Apesar da pequena margem de votos, a parcela vitoriosa, aparentemente, se orientou por outras imagens e interesses diferentes da identidade regional. Itamar Franco buscava evidenciar a diferença de perfil entre ele e Newton Cardoso, o bomocismo de um contra fortes acusações morais sobre o outro. O primeiro representava o modo tradicional da política em Minas Gerais. O segundo, um baiano, era tido com uma figura *outsider* e que não procurou se desvincular deste juízo. Pelo contrário, com um forte apelo popular, mostrava-se alheio ao discurso da identidade regional e se apresentava como

adversário das elites tradicionais mineiras. Na distribuição de votos pelo estado, Itamar Franco obteve maior votação em regiões como Sul, Triângulo e Vale do Aço, regiões economicamente mais dinâmicas, urbanizadas, com rede de serviços sociais mais estruturados e maior capacidade de gerar renda e menos dependentes de recursos estaduais. Enquanto Newton Cardoso venceu Norte, Nordeste, Leste e, por uma pequena margem, no Centro, regiões, com exceção da última, menos dinâmicas, com prevalência do latifúndio e de economia de subsistência no meio rural e com maior necessidade de captação de recursos do estado. Este quadro de carência e desenraizamento do eleitorado favorece relações políticas verticais, do tipo clientelista e populista, conforme a figura de Newton Cardoso (DULCI, 1989, 20-22).

Dulci ainda destaca que nas regiões mais dinâmicas as relações políticas apresentam um caráter cada vez mais classista, enquanto nas regiões mais atrasadas a mobilização das massas tem, como foi dito, um caráter “clientelista e populista”. Tanto no primeiro caso quanto no segundo, o fator de cooptação passa por uma questão mais pragmáticas de interesses, e menos pela questão da identidade regional, valor de integração supra-classista. De modo que se verifica uma correspondência inversa entre a expansão capitalista e a eficácia da mineiridade como instrumento ideológico de dominação (DULCI, 1989: 123).

A terceira função ideológica da mineiridade consiste em fortalecer os interesses do estado na esfera nacional. Neste ponto, a mineiridade cumpre um duplo papel. O primeiro se relaciona com a sua primeira função ideológica, relativa à coesão da elite regional. Um consenso, criado a partir de um código unificador entre as diversas frações das elites, permitiria uma melhor colocação destas elites frente às dos outros estados e com melhores chances de aproveitamento das oportunidades favoráveis. O segundo se refere à auto-imagem do mineiro projetada no cenário nacional.

As interpretações do homem mineiro e sua vida coletiva não devem simplesmente ser rotuladas como meramente falsas. De forma inversa, ela deve possuir veracidade para desempenhar seu papel ideológico. Se nos referimos à ideologia como uma construção interessada da realidade e no seu caráter utilitário, quanto maior for a credibilidade dessa construção mais efetiva será essa ideologia. “Se os traços atribuídos aos mineiros fazem parte do senso comum e formam um estereótipo amplamente reconhecido, eles são efetivos, independentemente de um juízo científico sobre o que neles é real e o que é mítico ou disfarce” (DULCI: 1989 12).

1.7 Mitologia da mineiridade

Maria Arminda do Nascimento Arruda desenvolve seu trabalho através do conceito de identidade. A identidade é aí entendida como uma síntese de traços sociais produzidos na realidade e incorporados por agentes determinados e não como expressão acabada do próprio movimento da sociedade. E é na produção de significados culturais pelo pensamento mítico que o indivíduo encontra o repositório de sua identidade (ARRUDA, 1999: 27). Observa-se então que mito e identidade são conceitos indissociáveis, homólogos. Para a autora, a mineiridade é tipicamente uma construção intelectual, como as *tradições inventadas* em Hobsbawm, e conserva três dimensões essenciais: mítica, que ritualisticamente abriu caminho para a sua codificação; ideológica, bastante utilizada pelos políticos quando mobilizam a memória do passado no exercício de suas ações; e imaginária, também fundada a partir da memória do passado, tanto nos discursos dos políticos como na própria literatura (ARRUDA, 1999: 257).

Segundo esta autora, a construção mítica fornece material para a elaboração das identidades culturais. Essas contribuições se caracterizam por uma lógica e coerência na fala sobre a realidade. Os elementos que embasam os significados míticos se encontram dispersos na teia social. Ainda segundo a autora, o mito só retém algumas dimensões da realidade, desprezando todas aquelas que possam por em risco a harmonia da construção mítica assim como o *bricoleur*⁶ (ARRUDA, 1999: 23).

⁶O *bricoleur* usa para executar suas inúmeras tarefas um número finito de utensílios e materiais bastante heteróclitos. Segue o autor, “porque a composição do conjunto não está em relação com o projeto do momento nem com nenhum projeto particular mas é o resultado contingente de todas as oportunidades que se apresentam para renovar e enriquecer o estoque ou para mantê-lo com os resíduos de construções e destruições anteriores” (Lévi-Strauss, 1997 p. 33). O primeiro passo prático do *bricoleur* é olhar para trás e inventariar os materiais e utensílios já construídos e disponíveis dentro de um universo restrito. Após o inventário, deve o *bricoleur* dialogar com esse material listado, a fim de entender o que cada um desses elementos pode significar, e escolher dentre eles as respostas possíveis ao problema proposto (Lévi-Strauss, 1997, 34). A partir daí, o elemento escolhido pode tomar a forma desejada se ajustando de acordo com as contingências, em outras palavras, o mesmo elemento assume novas interpretações e significados. Assim a mineiridade ganha a maleabilidade das práticas sociais, se ajustando e redefinindo novos significados para o mesmo objeto. Em seu trabalho, Lévi-Strauss, para melhor explicar o *bricoleur*, compara-o com o engenheiro, o homem da ciência. Essa diferença não é absoluta, contudo, elas existem quando em relação ao “estado da civilização”, o engenheiro busca o novo procurando se situar *além* do que existe. Enquanto o *bricoleur* permanece *aquém* se contentando com o que existe. O engenheiro trabalha através dos conceitos e o *bricoleur* através dos signos. Ainda de acordo com Lévi-Strauss, um dos pontos de distinção entre signo e conceito é que enquanto o segundo “*se pretende integralmente transparente em relação a realidade*” o primeiro, de forma oposta, abre espaço para que uma invenção seja incorporada a realidade. E é nesse ponto que a interferência dos atores dá a maleabilidade aos significados dos elementos que constituem o pensamento mítico.

A história funciona como um combustível inesgotável para pensamento mítico. Entretanto diferentemente da ciência história, presa a uma norma ou metodologia própria que lhe dê legitimidade, essa forma de pensamento subverte a relação diacronia e sincronia, organizando sua estrutura através de fatos ou simples vestígios desses fatos de forma objetiva a satisfazer os seus interesses (ARRUDA, 1999). Então, a explicação mítica tem um conteúdo aparentemente histórico, o que não impede que essas explicações tenham aceitação.

O papel identificador dos mitos leva a um processo de decantação da história. A intenção histórica se transforma em natureza e uma contingência se transforma em eternidade (ARRUDA, 1999: 22). Assim, o pensamento mítico possui um caráter atemporal - passado, presente e futuro convivem harmonicamente. Por outro lado, devemos lembrar que o pensamento mítico busca sua inspiração na realidade histórica. Não se confunde com a história, mas fala sobre ela mesmo que de maneira enviesada. Essa assimilação que o pensamento mítico faz da história impõe uma representação particular da realidade, uma vez que passa por um rearranjo dos seus elementos fundadores. Para nossa reflexão, o que é válido destacar é que quando o mito é politicamente instrumentalizado para atingir determinados fins ele ganha uma dimensão ideológica.

A partir daí, o elemento escolhido pode tomar a forma desejada se ajustando de acordo com as contingências, em outras palavras, o mesmo elemento assume novas interpretações e significados. Assim, a mineiridade ganha a maleabilidade das práticas sociais, ajustando-se e redefinindo novos significados para o mesmo objeto. É criado então um número infinito de camadas, cada uma levemente diferente da camada que a precedeu, formando uma espécie de espiral. “O mito se desenvolve em forma espiral, no limite do esgotamento do impulso inicial” (ARRUDA, 1999: 24). Frente a cada demanda, novas camadas são sobrepostas sobre outras. Ora destacou-se o espírito revolucionário e amante da liberdade do mineiro que não aceita ser subjugado por nenhum poder, ora é o espírito conciliador que conduz o país de forma segura em momentos de crise, em outro momento Minas representa o conjunto do país e o repositório da nacionalidade, Em outras palavras, destacam-se no processo os momentos de criação. No entanto, no decorrer do processo essas criações se deslocam em face a realidade.

Como dito anteriormente, a argumentação é seletiva. Para que um dado possa ser usado em uma argumentação é necessário que seja feita uma elaboração conceitual, para que esses dados ganhem um sentido de modo a lhes garantir alguma relevância no seguimento do discurso. Portanto, a análise de um discurso deve levar em conta como os dados são interpretados. A escolha dos argumentos não é feita ao mero acaso, a seleção dos dados

costuma ser bastante cuidadosa. O orador procura fazer presentes apenas os dados que ele julga importantes para seus objetivos, deixando de lado os que lhe pareçam perigosos. Assim, toda argumentação é seletiva, já que é o orador quem decide quais são os fatos que devem se fazer presentes (PELELMAN, 1996: 135). Esta interpretação pode não ser mera seleção, mas, além disso, pode ser uma criação de significados. Inúmeras interpretações do mesmo fato podem existir e essas interpretações lutam entre si no sentido de se impor sobre as outras.

Esse processo, porém, não se baseia em meras ilusões, mas em momentos fundados da própria realidade. Maria Arminda apresenta esquematicamente cinco pontos do processo de elaboração mítica. Ressalta, ainda, que os dois últimos itens são próprios de sociedades complexas:

- 1) existência de condições históricas que lhe ofertem o material; 2) certa “criatividade social” capaz de fornecer ao mito a forma; 3) necessidade de responder a questões imediatas, mobilizando-as na prática social; 4) existência de produtores culturais como mediadores simbólicos; 5) as motivações e determinados agentes sociais. (ARRUDA, 1999: 24).

Seguindo os passos acima, temos o seguinte quadro: a primeira condição⁷ é satisfeita pela Inconfidência Mineira. A partir da listagem dos seus acontecimentos, seus personagens e o seu desenrolar trágico fornecem um material valiosíssimo e dão o pontapé inicial na elaboração da identidade mineira. Ainda com relação aos acontecimentos do fim dos setecentos destaca-se a figura de Tiradentes⁸. Aclamado como herói nacional, mesmo não tendo sido figura muito importante no movimento, sua execução exemplar, registrada em um célebre quadro exposto no Museu Mariano Procópio, forneceu grande combustível à criação mítica. Tiradentes tido como um popular transformou-se num mártir dando o seu sangue em nome da pátria. Torna-se então um cidadão exemplar e passa da categoria de mineiro mais ilustre para um marco da história moderna brasileira, uma espécie de fundador da verdadeira

⁷ Em São Paulo o passado também alimenta uma “ideologia da paulistanidade” baseada em momentos como a luta constitucionalista de 1932. Naquela ocasião apesar de terem conseguido a promulgação de uma Constituição no País, o estado foi derrotado, inclusive com o auxílio de Minas Gerais. Em 1900, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro empenhou alguns esforços para provar que João Ramalho, patriarca dos paulistas, havia chegado às terras brasileiras dez anos antes de Cabral, segundo a obra de frei Gaspar, tomando inclusive o lugar de Colombo na descoberta da América, aumentando seu *status* de fundador bandeirante para descobridor de continente (FERRETTI; CAPELATO, 1999).

⁸ Além de Tiradentes, Juscelino Kubitschek também é lembrado em diversas ocasiões tanto por políticos de outros estados, como Lula e Anthony Garotinho, como pelo próprio Aécio Neves. Em declaração ao jornal O Estado de Minas de 18 de abril de 2006, Carlos Ranulfo (UFMG) declarou: “A política de Minas é cheia de voltas ao passado, com JK e Tancredo. É da tradição política mineira reverenciá-los. E Aécio nasceu nessa tradição. Por isso, talvez não soe artificial”.

nacionalidade, sendo sua morte lembrada todos os anos no feriado de 21 de abril. A criação do modelo é um importante recurso retórico: seus criadores são capazes de embelezar ou engrandecer a realidade, inventando heróis e transformando a história em mito. O movimento também se destaca por ter sido encabeçado por uma elite econômica e intelectual, homens de “razão suprema”.

O fato histórico mais recente a fornecer material para a construção mítica foi a morte de Tancredo Neves. Tido como um grande conciliador e nome de destaque no processo de democratização, morreu no mesmo dia das comemorações de Tiradentes. A figura de Tancredo é bastante importante para nosso trabalho, pois seu neto, foco de nossa investigação, faz sempre questão de lembrar este vínculo familiar, associando sua imagem à de seu avô. Aécio Neves costuma deixar de lado a figura de seu pai, que também político, teve, todavia, menor expressão e trabalhou, em certo momento, como aparente adversário político de Tancredo⁹. Um exemplo recente em relação a esta associação entre os dois nomes aconteceu na cerimônia de posse de Aécio Neves em seu segundo mandato de Governador do estado, quando ele repetiu o gesto de seu avô fazendo uma reverência à bandeira de Minas ao caminhar pela praça da Liberdade a caminho do Palácio¹⁰.

A segunda condição - a necessidade de responder a questões imediatas, mobilizando-as na prática social - começa a ser satisfeita quando se começa a interpretação de tais acontecimentos. A conjura, então, passa a demonstrar o caráter libertário de um povo que, diante da opressão da coroa portuguesa, levanta a sua voz contra o despotismo. Reside aí outro aspecto do caráter atribuído a Minas: de que, nos momentos de dificuldade, Minas toma a liderança e conduz o resto do país. Junto a essa última característica está amarrada a idéia do mineiro como um povo amante da política e com grande vocação democrática. É nestes momentos que os *grupos específicos* se interessam em comprar uma idéia que lhes possa ser útil em um momento específico. Nestes momentos entram em ação os efeitos de posição e disposição. No momento em que o agente social estiver envolvido, ele se posicionará para ver estas idéias de determinado ângulo, que pode ser diferente em outra situação.

⁹ Aécio Ferreira da Cunha, pai de Aécio Neves, era filiado a ARENA.

¹⁰ O avô Tancredo Neves foi o personagem central das festividades de posse do governador reeleito, Aécio Neves (PSDB). Não apenas ao repetir o gesto de reverência à Bandeira de Minas, ao encerrar o percurso da Praça da Liberdade, homenagem que já havia prestado em 2002, quando tomou posse pela primeira vez. (...) Ao discursar da varanda do palácio, onde há 25 anos Tancredo se empossava governador de Minas, o neto explicitou a referência histórica, abrindo aspas à voz do ex-presidente da República que não chegou a se empossar: “Mineiros, o primeiro compromisso de Minas é com a liberdade”. ESTADO DE MINAS. **Homenagem a Tancredo marca festa no Liberdade**. 2 de Janeiro de 2007. Em trecho do seu discurso de posse no seu primeiro mandato “Desta mesma varanda cívica, Tancredo Neves afirmou, ao empossar-se como nosso governador, que a liberdade é o primeiro compromisso de Minas”

A quarta condição - existência de produtores culturais como mediadores simbólicos¹¹ - é satisfeita por viajantes, ensaístas, memorialistas e literatos. Os primeiros a registrar as características dos mineiros e a erguer os primeiros fundamentos da mineiridade foram os viajantes estrangeiros das missões do século XIX, como Saint-Hilaire, Burton, Spix e Martius, que legaram um grande volume de escritos com relatos, observações pessoais e interpretações. Diversas características são aí apontadas, desde do porte físico diferenciado do restante dos habitantes do País, sobretudo dos paulistas – o mineiro é tido com um homem magro, alto, peito estreito, pescoço comprido, rosto alongado diferente dos homens de outras capitâneas - até aspectos mais ligados ao comportamento - indolente em relação ao trabalho, dedicado, obsequioso, sensato, sóbrio e amante de uma vida cavalheiresca, esses viajantes estavam se referindo a elite mineira (ARRUDA, 1999: 59).

Assim como os viajantes tiveram um papel importantíssimo ao fincar os pilares da mineiridade, os ensaístas o tiveram na codificação da mineiridade, dando contorno à identidade dos mineiros. O primeiro ensaísta, e mais extraordinário, apesar de pouco contextualizado historicamente e com acento claramente psicológico, que podemos destacar foi Alceu Amoroso Lima com seu ensaio “Voz de Minas”. Nessa obra o autor faz menção a diversos atributos dos mineiros: sobriedade, ponderação, bom senso e equilíbrio, elementos amplamente difundidos por outros autores. Neste sentido destacamos duas citações bastante ilustrativas: “o mineiro é antes de tudo um sóbrio” e “o mineiro é o homem do bom senso, nem da razão pura, nem da paixão pura” (AMOROSO LIMA apud DULCI, 1989).

Em uma esfera mais sociológica, Amoroso Lima contrapõe o caráter do mineiro e o ambiente, salientando a influência da montanha na vida do mineiro. Segundo o autor, a montanha limita os horizontes e desta forma é fator de conservação e fidelidade ao passado. A montanha também determina o ritmo lento da vida, o mineiro anda compassadamente e habitua-se a subir ladeiras. Assim o mineiro não se destaca pela audácia, pela inovação ou pelo brilho. Sua marca é corrigir os excessos de velocidade (DULCI, 1989).

Não devemos nos esquecer da contribuição dos grandes escritores mineiros, como Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa, Fernando Sabino, Lúcio Cardoso, Cornélio Pena, Otto Lara Rezende, Hélio Pelegrino, entre outros. Todos eles grandes produtores culturais que deram enorme contribuição na construção, solidificação, moldagem e codificação do que se entende por mito da mineiridade.

¹¹ Quanto à construção da “paulistanidade” destacam-se nomes como Alberto Salles, Paulo Prado (...) e até mesmo Sérgio Buarque de Holanda.

A terceira condição, sobre a necessidade de responder a questões imediatas, e a quinta, sobre as motivações de determinados agentes, podem ser respondidas juntas. Na nossa investigação em particular, essas condições são satisfeitas pela elite política nos mais diversos momentos da história. Para cada movimento do processo histórico há uma resposta imediata das elites políticas, utilizando-se de todo o repertório histórico recolhido ao longo dos séculos. Esse repertório, como já foi dito, é adaptado de acordo com a circunstância.

Assim, as primeiras características dos mineiros foram descritas pelos viajantes. Estes escritos foram formatados pelos ensaístas e encorpados pelos memorialistas. A idéia de um povo com vocação democrática, amante da liberdade, conciliador, prudente, mas que sabe a hora de fazer a história quando preciso, foi ao encontro dos interesses e das necessidades da elite política mineira. A idéia, então, encontrou o grupo específico que nela tinha interesse e a percebeu de um modo particular. Estes interesses estavam ligados à coesão do grupo, legitimação de seu poder e posicionamento deste grupo frente a outros que disputavam o mesmo espaço. Nestes interesses se encontram os *incentivos coletivos e seletivos*, que segundo Ângelo Panebianco são distribuídos por aqueles que dominam as *zonas de incerteza* dentro da organização partidária, a *coalizão dominante*, para manter o controle organizativo. Estas idéias, construções intelectuais interessadas, não passam ou não sofrem influência do crivo da comunidade científica, mas são difundidas, tomadas como verdadeiras, aceitas e instrumentalizadas.

Capítulo 2 – A TEORIA PARTIDÁRIA E O PSDB

O presente capítulo tem por objetivo abordar alguns temas da teoria partidária e como esta teoria pode contribuir para a interpretação do PSDB, em particular o PSDB de Minas Gerais, e para a resolução de nossas questões, em especial no que diz respeito às frações partidárias, sua organização no interior do partido e os conflitos internos por espaço e poder.

O primeiro enfoque se dá sobre o conceito de frações partidárias e o esquema para análise baseia-se em Giovanni Sartori, ponto chave de nossa pesquisa, uma vez que esta é a nossa unidade de pesquisa. Em seguida, examinamos o problema da democracia partidária, envolvendo duas dimensões: a inclusão, ou não, dos filiados nos processos decisórios, a possibilidade de competição pelos postos nas mesas diretoras e a indicação para eleições. Na seção seguinte, são abordados os conceitos de *política visível* e *política invisível*. Na quarta parte, tratamos dos fatores que podem estimular o aparecimento das frações partidárias. Passamos então para uma abordagem das formas de recrutamento e composição do quadro partidário. Em seguida, são apresentadas algumas características dos partidos políticos brasileiros considerados como *catch-all*. Abordamos o conceito de racionalidade política contextual tratando do tema da independência de ação dos diretórios estaduais, conforme os interesses em cada situação particular e como o PSDB se enquadra nestas. Abordamos também a questão da renovação das lideranças e, por fim, alguns conceitos desenvolvidos por Ângelo Panebianco, como zonas de incerteza, coalizão dominante e institucionalização da organização partidária.

2.1 Sartori: Frações partidárias, um esquema de análise

Ao realizar um estudo sobre partidos políticos, mesmo que a unidade de análise seja o partido, é válido que estudemos o seu interior e as subunidades partidárias que, no nosso caso, chamaremos, assim como propõe Sartori (1982: 94-96), de frações¹² – devido às vantagens

¹² Outros autores ao tratar desta questão utilizam o termo *facção*. Sempre que formos utilizar esses autores substituiremos *facção* por *fração*.

que esse termo possui sobre outros como facções ou núcleos. Neste sentido, por conta das características dos partidos *catch-all* brasileiros, de acordo com Scott Mainwaring (2001), é mais importante estudar os políticos e as frações do que a própria organização partidária como unidade. Mesmo porque, a forma de conquista de votos muitas vezes se subordina aos interesses individuais ou da fração. Reforçando este aspecto, segundo Maurice Duverger (1980: 76), a maneira como os grupos elementares do partido negociam suas relações tem forte influência sobre seus militantes, a unidade doutrinária, o sucesso de sua ação e também a forma com que esses grupos buscam os seus objetivos. Para nosso propósito, tal estudo é indispensável, devido à natureza de nossas questões e a uma das assertivas de Sartori, onde afirma que

Minha razão para dizer subunidades partidárias é precisamente a de estar o enfoque sobre a *unidade seguinte*, isto é, sobre o desdobramento mais importante e mais significativo imediatamente abaixo do nível do partido como unidade. Qualquer que seja a disposição organizacional – formal ou informal – um partido é um agregado de pessoas que formam constelações de grupos rivais. Um partido pode mesmo ser, quando observado de dentro, uma confederação mal estruturada de subpartidos (SARTORI, 1982: 94) (grifos do autor).

Deste modo, as divisões no interior da unidade partidária e as interações resultantes delas constituem, para nós, uma área de investigação distinta e crucial. Nessa constelação de subunidades, então, podemos começar a destacar alguns pontos. Se em um extremo encontraríamos a *tendência*, que seria apenas um contínuo durável de atitudes de um certo número de membros, no extremo oposto encontraríamos a *facção*¹³, que poderíamos entender como um grupo organizado com certa coesão e lealdade entre seus membros, independente do partido como um todo. Ainda devemos considerar o grupo dos *partidários não alinhados*, que não se ligam diretamente a nenhuma tendência ou facção específica, mas à plataforma partidária. Um outro aspecto é o *partido atomizado*, no qual cada grupo, muito pequeno, se une em torno de um líder em particular (SARTORI, 1982: 97).

Para aprofundar a análise, como o próprio autor diz, da anatomia partidária, Sartori sugere que tomemos inicialmente quatro dimensões, que apesar de se tocarem, se

¹³ Giovanni Sartori neste ponto faz uso dos termos *tendência* e *facção* na tentativa de propor um espectro para que possamos enquadrar a fração analisada. Ao usar *facção* o autor estaria se referindo a um momento extremo no qual a fração se destacaria do partido formando um grupo totalmente autônomo que não se enquadraria mais na categoria de partido.

confundirem e estarem longe de esgotar o assunto, são, de qualquer forma, um importante e útil instrumento analítico.

Primeiramente, o autor destaca a *dimensão organizacional*. Nesta dimensão, verificamos o quão organizadas são as frações partidárias. Uma fração bastante organizada pode realizar congressos, ter imprensa e porta-vozes próprios, ou mesmo ter a sua fonte de recursos financeiros, atuando no jogo político de forma bastante independente do partido. Por este motivo, a dimensão organizacional se estabelece como a mais apropriada para a análise do grau de fracionamento no interior do partido. Quanto maior for a organização de uma fração, maior será o grau de fracionamento de uma organização partidária. Em um caso extremo poderíamos entender esse grupo intrapartidário independente como uma facção (SARTORI, 1982: 99).

A segunda e a terceira dimensões, *motivacional* e *ideológica*, podem ser facilmente confundidas, mas necessitam ser estudadas separadamente. Quanto à primeira, que trata mais diretamente a questão do “faccionismo” propriamente dito, devemos estabelecer uma distinção. A dimensão motivacional se divide em dois grupos¹⁴: as frações de interesse e as frações de princípios. A fração pura do primeiro seriam os *grupos promocionais*, pois são motivados pelas recompensas imediatas e concretas, também chamados de carreiristas (PANEBIANCO, 2005). Já a fração pura do segundo seriam os *grupos de testemunho*, ou crentes, pois defendem uma mensagem de valor e meta. O grupo de interesse ainda pode ser dividido em *facções de poder*, o poder pelo poder, e *facções orientadas para cargos e proventos*, mais ligadas às vantagens do que ao poder propriamente dito. Uma das dificuldades de observação desta dimensão é o “disfarce”, uma vez que dificilmente uma fração movida por interesses se apresentaria como tal. Um fator indicativo, mas de forma nenhuma conclusivo, é a presença, ou não, de uma rede de clientela, já que esta é uma forma característica de cooptação. Enquanto nas frações de princípios a forma de cooptação estaria relacionada, pelo menos à primeira vista, à questão intelectual ou à pregação de seus ideais (SARTORI, 1982). A questão da motivação dos agentes envolvidos nas organizações é retornada mais adiante, quando tratamos de dois tipos de incentivos abordados por Ângelo Panebianco (2005), *incentivos coletivos* e *incentivos individuais*.

¹⁴ Weber a este respeito faz uma distinção semelhante: assinala que em Estados modernos os partidos podem se estruturar sobre dois princípios internos diferentes. A primeira é quando o partido é basicamente uma organização de indicação de cargos. O alvo desse tipo de partido é, por meio das eleições, *ocupar cargos* e através desses cargos *transferir os seus seguidores, isto é, os funcionários e os propagandistas do partido para a máquina do Estado*. A segunda são partidos primordialmente ideológicos, na busca de execução de ideais políticos. Contudo, o que pode se observar na realidade é uma combinação das duas formas (WEBER, 1993: 47).

Quanto à dimensão ideológica, a variação pode ser do extremo fanatismo ao puro pragmatismo¹⁵. Ainda que a ideologia possa ser uma motivação, há outros tipos de motivação, como vimos, que não têm nenhuma relação com questões ideológicas. Uma fração ideológica pode ser uma fração voltada para cargos e proventos, da mesma maneira que, uma fração pragmática pode não estar interessada em cargos ou proventos. “Quando falamos de mais ou menos ideologia, e, inversamente, mais ou menos pragmatismo, a implicação não será necessariamente motivacional, pois poderia ser cultural” (SARTORI, 1982: 101).

Por fim, a quarta dimensão, *direita-esquerda*, que apesar de ser a que merece menor confiança, também pode ser útil para ajudar na análise da anatomia partidária, quando distribuimos boa parte do que é anotado como direita-esquerda para as dimensões motivacional e ideológica. Deste modo, o que restaria para esta dimensão seria uma espécie de percepção dos próprios atores envolvidos no jogo político. Então, por uma classificação simples, pode-se identificar uma fração tal como ela é percebida. Por isso, esta dimensão pode variar independentemente das duas anteriores, pois nada impede que uma fração mais à esquerda seja orientada para cargos e proventos e uma mais à direita pode estar mais motivada por idéias. Um grupo esquerdista também pode ser pragmático enquanto um grupo direitista mais ideológico, desvencilhando-se, desta maneira, de preconceitos sobre a denominação direita ou esquerda (SARTORI, 1982: 99).

Além das quatro dimensões, outros aspectos devem ser destacados para melhor classificação ou identificação das frações partidárias. Uma fração pode ser do tipo *personalista*, como também ocorre nos partidos atomizados, nas quais os membros do partido giram em torno de um líder específico, gozando de seus sucessos e amargando suas derrotas. Uma fração pode também ser do tipo de *coalizão*¹⁶, quando os partidários não se ligam a um grande líder específico, mas a diversos líderes de menor expressão. Quanto à função exercida pela fração, podem ser basicamente três: *grupos de apoio*, *grupos de veto* e *grupos de programa*. Essas funções podem sofrer alterações ao longo da história, pois um grupo que antes, por estar no poder, agia como um grupo de programa, ao ser substituído por outro, pode muito bem se tornar um grupo de veto e vice e versa. Por fim, o autor ainda apresenta outros fatores de análise que devem ser levados em consideração, como tamanho, estabilidade e

¹⁵ Sartori utiliza o conceito de ideologia em oposição ao pragmatismo, mas reconhece que muitas vezes a ideologia não passa de uma cortina de fumaça ou uma camuflagem útil e eficiente para conquistar seus objetivos.

¹⁶ O termo “coalizão” não deve ser confundido com o conceito de *coalizão dominante* de Panebianco, abordado mais adiante.

durabilidade (SARTORI, 1982: 102). Conforme Panebianco (2005: 380), o tamanho¹⁷ das subunidades partidárias pode influenciar mais em aspectos da vida e da dinâmica interna das relações de poder da organização do que a própria dimensão global da organização.

Deve-se lembrar que o modelo de Sartori não é completo, pois não atenta para a forma das disputas intrapartidárias pelas frações, que influenciam a competição interpartidária. Voltado à dimensão motivacional, o autor não relaciona este ponto com a posição do partido no jogo político: se é governo ou se é oposição (HIPOLITO, 1985). Estas questões são abordadas por Angelo Panebianco (2005), especialmente o segundo ponto.

Quadro 1 – Esquema de análise: Frações partidárias - Sartori

Estrutura	Organizada	
	Sem organização	
Motivação	Grupos de espólios e poder	
	Grupos de promoção de idéias	
Atitude	Ideológica	
	Pragmática	
Posicionamento	Esquerdista	
	Centrista	
	Direitista	
Composição	Personalista	
	De coalizão	
Papel	Formação de políticas e de programas	
	Apoio	
	Veto	

FONTE: SARTORI (1982).

A tabela acima é proposta por Sartori como forma de se tentar visualizar a questão das frações partidária. Sinais como (+) ou (-) podem ajudar nesta tarefa. Não se deve preencher apenas uma tabela que servirá para toda a história partidária, mas diferentes tabelas para diferentes momentos da história partidária. Esta tabela é apenas um referencial para orientar o trabalho de análise e não é, de forma alguma, conclusiva. Ainda no PMDB, poderíamos marcar da seguinte maneira a fração que se desligou para formar o PSDB: organizada (++), a existência do MUP já demonstrava certa organização da fração; grupo de poder (+) ou grupo de promoção de idéias (++), esta questão está intimamente ligada às motivações da fundação partidária – pragmática ou ideológica – apesar do grupo buscar espaço dentro e fora do

¹⁷ Panebianco utiliza o termo “dimensão” para se referir ao tamanho. Entretanto preferimos utilizar o termo “tamanho” pois “dimensão”, no sentido de tamanho, poderia se confundir com “dimensão” no sentido de categoria.

partido, questões ideológicas tiveram influência na cisão; esquerdista (++) , tanto no MUP, quanto já no PSDB, o grupo se posicionou mais à esquerda no espectro ideológico que o PMDB; coalizão (+), contava com vários quadros do partido, mas sem uma figura que se destacasse como um grande nome carismático, que por si só pudesse aglutinar um grande número de votos; por fim, formação de políticas e de programas (++) , o grupo formulou uma proposta para modernização, “um choque de capitalismo”, que mais tarde foi o cerne do governo Fernando Henrique Cardoso.

Se tentarmos preencher a mesma tabela com o PSDB de Minas Gérias, poderíamos obter o seguinte: organizada (+ -), a organização existe muito mais por ser um diretório estadual do que por ser um grupo que de forma espontânea se organizou por um motivo qualquer, mas se não apresentasse nenhuma forma de organização que o diferísse do restante do partido invalidaria boa parte de nossas questões; grupos de espólio de e poder (++) ou grupos de promoção de idéias (+), nos últimos anos o grupo vem se constituindo cada vez mais com o objetivo de se posicionar frente ao diretório paulista, diretório hegemônico, para obter mais espaço e viabilizar a candidatura de Aécio Neves à Presidência da República, mas, até por questões estratégicas, não é um movimento vazio de conteúdo de idéias, procuram de alguma maneira chamar a atenção para questões como o pacto federativo e a maior autonomia dos municípios, além de apresentar a idéia de mineiridade como um caminho possível para implementação do projeto maior do país. Quanto ao posicionamento não podemos fazer nenhuma marcação, pois não se destaca para esquerda ou para direita no espectro ideológico com relação ao partido como um todo; personalista (+), em particular nos últimos anos, a fração mineira se concentra mais na figura do governador Aécio Neves, nome de maior destaque no cenário nacional, possível pré-candidato à vaga presidencial e maior articulador da ideologia da mineiridade; formação de políticas e programas (+-), apesar de um posicionamento de disputa com o diretório paulista, não se trata de uma fração de veto, pelo menos, não como uma constante de comportamento, mas também não é apenas um grupo de apoio ao grupo dominante, sem nenhum tipo de discordância, proposta ou idéia própria. Por esse breve e simplificado esquema podemos nos orientar por uma fração que no quadro *tendência-facção* está mais para a ponta da tendência do que para a fração, mas apresenta características que a qualificam para ser uma fração, que age com alguma autonomia de ação, disputa de interesses e de conduta em relação ao partido como um todo e, principalmente, em relação ao tucanato paulista.

2.2 Democracia interna do partido

A questão da democracia interna no partido pode ter forte influência para que surjam as frações. O regimento ou mesmo as regras informais, reiteradamente reproduzidas, abrem brechas para o surgimento de frações, ou vetam esse acontecimento. Assim sendo, a democracia interna afeta diretamente o grau de fracionalização de um partido. Alan Daniel Freire de Lacerda¹⁸ analisa a democracia interna do partido a partir de duas dimensões. A primeira trata da inclusão, ou não, dos filiados no processo decisório, não só de forma esporádica, mas constantemente e com voz mais ativa. A segunda atende à possibilidade de competição pelos postos de direção partidária, de tal maneira que possa haver dissidências internas e que esses grupos possam participar das disputas internas. O autor faz uma analogia da democracia interna partidária com a teoria poliárquica de Robert Dahl (LACERDA, 2002: 41). Trata-se aí de uma das *zonas de incerteza* que Panebianco aborda em seu livro e que será trabalhado mais adiante. Cruzando essas duas dimensões, formam-se quatro tipos de partidos políticos.

Oligarquizado – partido com baixa participação dos filiados nos processos decisórios e baixa institucionalização da disputa por cargos – os filiados têm reduzidas possibilidades de expressar suas preferências e são vetadas as dissidências. Por isso, dificilmente apresentam frações. São comuns em partidos de filiação leninista ou conservadores, por exemplo, o PC do B, o PRONA e o DEM (PFL)¹⁹ respectivamente. Uma das conseqüências deste modelo de organização pode ser observada no PFL, com uma grande estabilidade das lideranças políticas nas comissões executivas (TAROUCO: 2002: 151). Isso para não falar da longa permanência na presidência do partido do senador catarinense, Jorge Bornhauser, que ocupou

¹⁸ Alan Daniel Freire de Lacerda (2002) analisa as possibilidades em caso extremo de cisão partidária a partir de três variáveis explicativas. A primeira se refere ao arranjo institucional intrapartidário, que constitui as regras formais e informais que estabelecem a inclusão ou não de filiados nos processos decisórios e a forma de competição interna dos postos de direção partidária. A segunda variável é definida pelo grau de divergência ideológica em relação a objetivos de longo prazo, fundacionais, ou em relação ao programa de políticas públicas. Por fim, a terceira variável se liga aos custos eleitorais da cisão partidária.

¹⁹ Com relação às reformas no estatuto do PFL. “Uma primeira aproximação indica que essas alterações do estatuto correspondem a mudanças significativas na feição do partido. Os órgãos de ação executiva foram investidos de vastos poderes que não estavam previstos nem no texto original do estatuto nem na legislação. O motivo dessas modificações não está explicado em nenhum texto, mas elas podem estar traduzindo uma tendência real ao “fechamento” dos processos decisórios, mais do que simplesmente atendendo a necessidades de agilização dos mesmos processos. De qualquer modo, trata-se de uma forma centralizada de funcionamento interno e de relação entre cúpula e as outras instâncias partidárias, na medida em que grupos restritos assumem os papéis de amplos colegiados.” (TAROUCO, 2002: 149).

o cargo de 1993 até 2007, quando foi substituído pelo Deputado Rodrigo Maia (RJ), filho de outro quadro do partido.

Centralizado-inclusivo – partido com alta possibilidade de participação, mas com baixa institucionalização da competição – apesar da participação das bases e de existir disputas por cargos, estas geralmente não obedecem a regras preestabelecidas. Por haver a possibilidade de surgirem dissidências dentro do partido, e estas poderem procurar as bases, abre-se caminho para o aparecimento de facções. Um bom exemplo deste tipo seria o PMDB²⁰. Para não regressar muito no tempo, um olhar sobre as disputas internas no partido com relação ao lançamento ou não de uma candidatura própria e em si lançando essa candidatura qual seria o melhor nome - Germano Rigotto ou Anthony Garotinho – podem ilustrar adequadamente esse quadro²¹.

Inclusivo-competitivo – partido com alta participação dos filiados e com alta institucionalização da competição interna – além de não impor barreiras, muitas vezes está previsto no próprio regimento do partido a possibilidade de criação de frações mesmo que reguladas. Por conjugar as duas dissensões é a que mais apresenta características democráticas. Entretanto, seria bastante incorreto dizer que o partido está isento das tendências oligarquizantes, apontadas por Robert Michels (1982) em *Sociologia dos partidos políticos*²². No Brasil, podemos destacar como exemplo deste tipo de organização partidária o PT²³.

²⁰ Três opções surgem para as lideranças partidárias frente à baixa institucionalização da disputa partidária. A primeira seria a pressão das bases sobre o comando partidário no intuito da regulamentação do processo eleitoral. A segunda acontece quando o grupo dissidente tem o apoio das bases, o que aumenta a sua força e leva a um rearranjo da direção partidária. A última alternativa é quando o grupo dissidente se reúne e decide sair do partido, cindindo-o. A partir de uma cisão de um grupo descontente do próprio PMDB, surgiu o PSDB.

²¹ Tal episódio contou com fatos emblemáticos com relação a essa questão. Após disputa por lançar, ou não, uma candidatura própria, a escolha do nome foi bastante criticada por parte de Germano Rigotto, nome derrotado, quanto à forma de apuração. Em seguida, o partido ainda chegou a indicar a pré-candidatura do ex-presidente Itamar Franco. Naufragada a possibilidade de uma candidatura própria, o episódio ainda contou com um lance inusitado que foi a greve de fome do ex-governador Anthony Garotinho.

²² A constituição de oligarquias no seio das múltiplas formas de democracia é um fenômeno orgânico e, por conseqüência, uma tendência à qual sucumbe fatalmente toda organização, seja socialista ou mesmo anarquista. Haller já tinha observado que, sob toda forma de convivência social, a natureza cria por si mesma relações de dominação, de dependência. A supremacia dos chefes nos partidos democráticos e revolucionários é um fato que deve ser levado em conta em qualquer situação histórica presente ou futura, mesmo que só alguns espíritos de elite tenham consciência clara e precisa disso.” (MICHELS, 1982: 238). Michels, em um estudo clássico, argumenta que toda organização, mesmos as nascidas com propósitos democráticos, tendem inexoravelmente para uma oligarquização. Este fenômeno é da própria natureza das instituições. Isto ocorre basicamente pelos seguintes motivos: primeiramente porque os chefes são figuras indispensáveis sob o aspecto estratégico, dispensá-los constituiria deixar de lado qualquer eficácia. Segundo, porque as massas teriam uma necessidade religiosa de chefes, o que reflete tanto uma incompetência das massas, como uma certa apatia das mesmas, que sem grandes resistências delegam poderes às oligarquias.

²³ A possibilidade de, no PT, se formar grupos organizados está prevista no próprio regimento interno do partido. Até 1987, estes eram mais autônomos e menos regulados. Era permitido que essas organizações possuíssem, além de imprensa própria, formas de financiamento, disciplina e direção. Tinham permissão

Por fim, e o mais importante para o nosso estudo, o partido *centralizado-competitivo* – com pouca participação dos filiados, mas com alguma possibilidade de competição – apesar desta não ser muito ampla, apresenta-se uma arena partidária com possibilidades de disputa, o que contribui para o surgimento de frações com propostas de condução partidária distintas. Contudo, como há grandes restrições para a participação da base partidária, os líderes, que porventura tenham alguma discordância com outros grupos do partido, procuram compor preferencialmente com os líderes de outra fração para perseguir seus objetivos, ao invés de apelar para as bases partidárias, que possuem pouca força de persuasão. Como exemplo, podemos citar PSDB, nosso objeto de estudo (LACERDA, 2002: 45).

A respeito da última categoria partidária, na qual se encontra o PSDB, podemos fazer algumas considerações. No último pleito para presidência da república, dois candidatos disputaram a indicação do partido para concorrer ao cargo: José Serra, então prefeito de São Paulo e candidato derrotado nas eleições presidenciais de 2002, e Geraldo Alckmin, governador do maior colégio eleitoral do país e herdeiro político de Mário Covas. Estas indicações não aconteceram por consulta à base partidária, nem foram feitas por delegados indicados pelos diretórios regionais em assembleia convocada pelo diretório nacional. Pelo contrário, a decisão foi tomada, principalmente, a partir de três grandes lideranças do partido: Fernando Henrique Cardoso, Tasso Jereissati, presidente do partido e Aécio Neves, figura chave em nossos estudos. Esse processo foi realizado e legitimado sem grandes oposições por outros membros do PSDB. Não se colocaram barreiras para que houvesse a disputa entre os dois candidatos paulistas, a disputa ficou centrada em pouquíssimos nomes. Assim, os

inclusive para adotarem o nome de partido. A partir daquele ano, ficaram proibidas as comunicações externas e o uso do nome partido, além de estarem subordinados obrigatoriamente às deliberações das instancias mais altas (LACERDA, 2002: 50). O partido tem grandes oportunidades para a manifestação da opinião de seus filiados, por meio de constantes consultas. Isto estabelece um maior controle das bases em relação aos líderes por conta de instâncias de veto. Por outro lado, o caminho inverso, de cima para baixo, também costuma ser respeitado. Assim acontece por vários motivos. Primeiramente por conta da ação dos “novos sindicalistas”, com sua prática de controle das lideranças pelas bases, que discutem as formas das ações a serem estabelecidas. Em segundo lugar, por influência dos setores da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação e sua experiência com as comunidades eclesiais de base, as quais, através da participação nos processos decisórios, promovem uma educação democrática. E por fim pela influência dos pequenos partidos de esquerda, com sua disciplina partidária baseada no centralismo democrático (PERES, ROMA, 2000). Dentre as frações internas no PT podemos destacar *O trabalho, Democracia Socialista e o Campo Majoritário*, que uniu a *Articulação Unidade na Luta*, antiga *Articulação*, e outros grupos moderados, como a *Democracia Radical*. O Campo Majoritário foi o grupo que dominou o maior numero de zonas de incerteza na organização partidária nos últimos anos. Por conta do pouco espaço dado às frações mais à esquerda e por divergências de idéias muitos, como Heloísa Helena, Miltom Temer, Chico Alencar saíram do partido e foram formar outros, ou, apenas se filiaram a outra legenda como Luíza Erundina, Cristovam Buarque, Plínio Arruda Sampaio, Ivan Valente, José Nery. Fazem parte do Campo Majoritário nomes como o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, José Dirceu, José Genoino, Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Marina Silva, Marco Aurélio Silva, João Paulo Cunha, Tarso Genro e Luiz Dulci.

candidatos não tiveram que militar entre os membros do partido deixando a maior margem de barganha entre os poucos nomes que participaram do processo.

2.3 Política visível e invisível

Ao trabalhar com a idéia de frações partidárias e como as frações e os políticos jogam, dois campos distintos de investigação são abertos: um interno ao partido, *política invisível*, e outro externo ao partido, *política visível*. Esta distinção é verdadeiramente importante se considerarmos que os políticos não se interessam apenas com a posição de seu partido na arena eleitoral, mas também com sua própria posição e de sua fração (MAINWARING, 2001: 116).

A política visível é o que se apresenta ao eleitor em geral, os discursos, os programas eleitorais, a forma como os políticos se comportam na tribuna ou na cadeira de uma comissão, ou em qualquer outra apresentação na mídia. Nesse campo o político procura agir, principalmente, como um maximizador de votos (SARTORI, 1982).

A política invisível é aquela tratada nas convenções e em reuniões com apenas o público interno, uma pequena parcela, como espectador, dito de outra maneira, *corresponde às transações de palavras para consumo interno*. Aqui o político age procurando aumentar seu prestígio e cargos para si e seus seguidores, dentro do próprio partido e no governo, na disputa na estrutura de oportunidades. A política invisível incorpora também assuntos assaz pequenos no processo político, que escapam a visibilidades. Além de questões propositalmente ocultadas por se tratarem de matéria desagradável ou corrupta (SARTORI, 1982: 118 e 168).

Para Giovanni Sartori, a política interna, a invisível ou mesmo política pura, é mais simples e mais autêntica. É mais simples, pois sofre menos efeitos de fatores exógenos, diminuindo o número de variáveis para análise. Internamente, os políticos podem agir mais livremente, uma vez que estão mais protegidos contra as reações da opinião pública e, conseqüentemente, dos eleitores. Em oposição, externamente os políticos devem ser uma espécie de “acrobatas” para salvar as aparências e manter a coerência. Por isso, o político corre o risco, a longo prazo, de se tornar um prisioneiro de sua própria venda de imagem. E é

mais autêntica a política interna do partido, que o autor cita com o sentido da política tal como apresentado por Maquiavel: *a política é apenas política*²⁴ (SARTORI, 1982: 119).

Contudo, discordamos de Sartori no que se refere à racionalidade dos políticos. Para o autor, o pressuposto da racionalidade não se equaciona bem com a esfera da política visível, adequando-se mais à política invisível (SARTORI, 1982: 119). Acreditamos, ao contrário, que os políticos agem de forma racional, tanto internamente como externamente, ainda que tenham objetivos diferentes. Segundo Scott Mainwaring, se entendermos racionalidade apenas como maximização dos votos, os políticos agem como atores racionais, em contraste com os partidos políticos que nem sempre agiriam como maximizadores de votos. Nas palavras do próprio Mainwaring: “o comportamento racional de maximização de objetivos é uma característica dos políticos mais do que dos partidos” (MAINWARING, 2001: 291). Tanto indivíduos quanto frações podem agir de forma a elevar ao máximo seus próprios interesses, não considerando as possibilidades do partido agregar ou não mais eleitores.

As disputas internas e externas, no partido, podem ocorrer de forma distinta ou sincronizada. As disputas por espaço intrapartidário, ou pelo controle das *zonas de incerteza*, podem afetar a disputa eleitoral. O que estamos querendo dizer é que apesar de serem duas esferas distintas, uma tem a capacidade de influir na outra. Uma fração pode barrar o crescimento de outra, mesmo que isso implique uma derrota nas urnas, preservando-lhe o controle das *zonas de incerteza* e sua capacidade de distribuir *incentivos coletivos e incentivos seletivos*. Do mesmo modo, a vitória de um candidato de determinada fração partidária pode contribuir para o achatamento de uma outra fração, já que a fração vitoriosa passará a comandar a distribuição de incentivos.

Um exemplo que podemos mencionar, e que ilustra o primeiro caso, ocorreu nas eleições de 1989, com a escolha de Ulisses Guimarães como candidato do PMDB à presidência da república. Tratava-se de um político experiente, com grande prestígio nacional, devido, entre outros motivos, à sua participação no processo de redemocratização, e que comandava a cúpula do partido, mas tinha pouco carisma e pouca capacidade de comunicação na televisão. Como resultado, Ulisses Guimarães conquistou pouco menos de 5% dos votos, ficando muito longe da disputa para o segundo turno (MAINWARING, 2001: 116).

Com relação ao segundo caso, podemos exemplificar com o domínio, no PT, da fração do Presidente Lula, comandado pelo Deputado José Dirceu, *Articulação Unidade na Luta*

²⁴ Para Maquiavel, a política se apresenta de forma diferente da moral ou da religião. Na política, estes dois elementos funcionam apenas como instrumentos. O príncipe para manter o Estado pode passar por cima de preceitos morais ou religiosos. Os critérios que avaliam se uma ação política é boa ou má são diferentes dos critérios que dizem se é moral ou imoral. A política goza, então, de uma autonomia. Política é apenas política.

(Articulação), que ocupou os principais cargos do governo e do partido, em detrimento de outras frações do partido, levando, inclusive, a discordâncias em relação a atitudes do governo, empurrando alguns quadros históricos descontentes para fora da legenda.

Ainda com relação ao segundo caso e exatamente no ponto central de nosso trabalho de pesquisa, podemos ilustrar com o próprio PSDB que, como já foi dito, ao chegar à presidência com a cúpula paulista, a “USP”, e alguns membros da PUC-Rio, isolou-se, deixando outras seções estaduais, como Minas Gerais, de fora dos cargos mais importantes do governo Fernando Henrique Cardoso. Para as eleições presidenciais de 2006, a escolha do nome de Geraldo Alckmin poderia, de alguma maneira, ser considerada “irracional”, se tomarmos apenas as possibilidades de maximização dos votos como critério²⁵. Alckmin, escolhido, foi cristianizado²⁶ recebendo tímido apoio de outros nomes do partido, como Aécio Neves, que apenas apresentou um apoio mais incisivo nos momentos finais da disputa eleitoral.

2.4 Estrutura de oportunidades e processo eleitoral - Estímulos às frações

Assim, analisar as disputas internas de um partido político é de grande importância. Isso se deve, como já foi dito anteriormente, ao fato de que segundo Sartori, o partido é um aglomerado de pessoas que se reúnem em grupos distintos, formando espécies de sub-partidos ou frações, como prefere chamar o autor. Esses processos sub-partidários são modelados pela estrutura de oportunidades, disputa por cargos, prestígio, postos, indicações, etc.. O sistema eleitoral é chave para entender o processo de fracionamento, uma vez que se relaciona com a estrutura de oportunidades. Para Sartori, as Leis ou Tendências de Duverger²⁷, relacionando

²⁵ José Serra foi preterido para disputa presidencial, pois seria o nome mais forte do partido para a disputa pelo governo paulista. Como a reeleição de Lula era praticamente garantida, o critério de escolha pode ter passado pela minimização das perdas, garantindo o controle do segundo maior orçamento do país e maior colégio eleitoral.

²⁶ Cristiano Machado, candidato do PSD a Presidência da República em 1950 contra o Brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, foi relegado pelo seu partido após a entrada de Getúlio Vargas, PTB, que tinha grande influência no interior PSD, na disputa.

²⁷ Sistemáticamente, Olavo Brasil Lima Júnior (1997: 72) apresenta as leis de Duverger da seguinte maneira: a representação proporcional tende a um sistema de partidos múltiplos, rígidos e independentes; o escrutínio majoritário de dois turnos tende a um sistema de partidos múltiplos, flexíveis e independentes; o escrutínio majoritário de um único turno tende ao dualismo dos partidos. Ver (NICOLAU, 2004).

legislação eleitoral e número de partidos, é mais adequada para compreender o surgimento das frações partidárias (SARTORI, 1982).

Com relação ao que já se conhece sobre os efeitos (e não efeitos) dos sistemas eleitorais sobre o número de partidos, análise ao nível do subpartido leva à seguinte modificação: embora o sistema eleitoral não explique, por si, a variação entre dois e, digamos, entre dez partidos e não seja, em particular, causa suficiente da multiplicação de partidos, ele se torna uma *causa suficiente* da multiplicação das frações. Devo ressaltar que não digo suficiente *e* necessária. Nem digo *a* causa suficiente. Isso permite que outros fatores causais sejam igualmente importantes. Parece-me, na verdade que a ideologia também pode ser uma causa suficiente (SARTORI, 1982: 121). (grifos do autor)

A forma como é construído o sistema eleitoral interno do partido é *central na estrutura de oportunidades*, uma vez que é o sistema eleitoral intrapartidário que irá definir, ao menos formalmente, o modelo de disputa, pois nem sempre é realizada conforme as normas estatutárias. E se a carreira do político tiver que ser feita por meio do sistema de carreira do partido, o seu comportamento se ajustará estrategicamente, a fim de extrair o maior proveito do sistema eleitoral. Assim, estes aspectos podem ter grande influência sobre políticas menos estruturadas em bases de partido, no fracionamento partidário. (SARTORI, 1982: 121).

Sartori (1982) reconstrói as leis de Duverger da seguinte forma: se, por um lado, nós tomarmos um sistema *tudo ao vencedor*, há uma tendência para a redução do número de frações, seja por meio de fusões ou não. Por outro lado, um sistema altamente proporcional estimulará o surgimento de frações. Essas duas questões são, até certo ponto, bastante claras, pois, se apenas um jogador é premiado, é mais vantajoso para os jogadores menores, minimizando suas perdas, se aliem aos que têm maior chance de ganho; ao passo que se toda e qualquer ação for premiada, por menor que seja seu tamanho ou sua influência, é mais provável que esses jogadores atuem de forma avulsa, pois desta forma terão, mesmo em quantidades pequenas, incentivos para serem distribuídos.

Diferentes autores têm uma visão diversa de Sartori. Para esses autores, não é o sistema eleitoral que pode influenciar ou não o surgimento de frações, mas, ao contrário, o número de frações é que define o sistema eleitoral intrapartidário. Para Panebianco, as duas interpretações estão corretas e se complementam. As relações de força e a distribuição de poder entre as frações podem influenciar a encolha de um sistema eleitoral que será aplicado

ou simplesmente deixado como letra morta. Uma vez escolhido, o sistema retroage, influenciando nas relações de força entre as frações (PANEBIANCO, 2005).

Outros fatores se relacionam com o grau de fracionamento. O primeiro diz respeito a cláusulas de exclusão. Se se estabelecer certos limites mínimos para a participação de uma fração nas decisões de um partido, o fracionismo tende a se estabilizar em frações de tamanho médio. Outro ponto é a relação entre número de frações e número de partidos. Quanto maior o número de partidos, menor será o número de frações. A relação inversa também é verdadeira. Quanto menor o número de partidos menor será o número de frações. Isso se deve ao fato de que um maior número de partidos ofereceria para um político um maior leque ideológico e mais oportunidades para comandar as zonas de incerteza.

Independente das frações serem ideológicas ou não, se a estrutura de oportunidades premiar suas manifestações o fracionismo partidário tende a aumentar. Neste caso, como então mensurar o quão ideológica e o quão pragmática é a fração? Tratar de conceito tão extenso como ideologia, conforme observado no primeiro capítulo, é uma tarefa assaz complicada. O primeiro indicador apontado por Sartori é o que ele chama de *índice de inconsistência*. A partir de tal índice poderíamos verificar que um político que age como um pêndulo em relação ao espectro ideológico de seu partido, faz isso, provavelmente, por motivo estratégicos. Assim sendo, aplicando o mesmo teste para diversos membros da fração, poderíamos encontrar um *índice de longevidade*. (SARTORI, 1982: 127).

Um outro campo a ser levado em conta, importante para nossa investigação em particular, é quanto à questão geográfica, se a fração existe em âmbito nacional ou se está concentrada em um estado ou região. Se for concentrada a uma região, segundo Sartori, dificilmente poderia indicar uma questão ideológica (SARTORI, 1982).

A disputa dentro da estrutura de oportunidades no PSDB é realizada, como já foi dito, na cúpula partidária. Assim, a negociação é feita por um grupo pequeno de pessoas que permitem a premiação de determinados nomes, causando também insatisfações, já que o grupo dominante, no governo federal, por exemplo, ocupou os melhores postos. Entretanto, alguns cargos importantes dentro do partido são distribuídos por políticos de outros estados. Então, há um grupo que se destaca e outros que apesar de alguma autonomia estão a seu reboque. Com relação à durabilidade da fração mineira, temos que ela parece mais recente, mas não se trata de uma fração transitória e sim em consolidação. Já quanto à questão, regional, que de acordo com Sartori pode representar que a fração é menos ideológica, ela apresenta, contrariamente, uma característica ideológica no sentido aqui trabalhado.

2.5 Formas de recrutamento e cooptação

O PSDB não apresenta grandes barreiras para a filiação partidária. Como característica dos partidos tidos com *catch-all*, as portas estão sempre abertas para novos adeptos. Conforme Duverger (1980), apenas os partidos de massa possuiriam mecanismos mais rígidos de adesão partidária. Um grande salto dado no número de filiados ao partido ocorreu depois da eleição de Fernando Henrique Cardoso à presidência da república por meio da migração partidária. Esse fenômeno da migração é bastante comum, pois os parlamentares procuram os partidos da situação no intuito de obter vantagens dentro da máquina do governo, e para os partidos da oposição é interessante ver seus quadros incharem, pois deste modo teriam maior poder dentro do Congresso²⁸. Por esse motivo, é reduzido o número de partidários que desenvolvem sua carreira política no interior do partido (PERES; ROMA: 2000; ROMA: 2002; MELO: 2003).

Uma outra característica dos filiados é quanto às suas atividades anteriores ao ingresso no partido. Como se pode observar na tabela seguinte, a porcentagem dos políticos que exerceram alguma atividade política anterior à filiação partidária está menos vinculada a movimentos sociais, como ocorre em partidos como o PT, e mais aos movimentos estudantis e religiosos (PERES; ROMA: 2000, ROMA: 2002).

Com relação às profissões e ocupações dos parlamentares do partido, trabalho realizado por Leôncio Martins Rodrigues (2002), relaciona o posicionamento no espectro direita e esquerda e a ocupação desses quadros partidários. O PSDB, classificado como um partido de centro, apresentaria as seguintes características, quanto à ocupação de seus membros: 35,4% seria constituído por empresários urbanos ou rurais, contra 46,7% do PPB e 46,25 do PFL, classificados como partidos de direita, e 20% do PDT e 3,4 do PT, classificados como esquerda. Para o autor, este tipo de ocupação decresce conforme se caminha da direita para esquerda. Outro dado relaciona-se ao número de professores que, de forma geral, tende a crescer quando nos deslocamos da direita para a esquerda. Desta maneira, o PSDB possui 16,2%, enquanto PDT e PT possuem respectivamente 20% e 33,9% e os

²⁸ O PT adotou um outro tipo de tática de cooptação de apoio parlamentar durante o primeiro governo Lula. Ao invés de inchar seus próprios quadros preferiu que partidos menores de sua base aliada, sem perfil ideológico definido, fizessem esse papel em troca algumas gratificações.

partidos de direita, PPB 6,7% e PFL 9,6%. Quanto às profissões dos parlamentares do PSDB, comparadas com o total da 51ª legislatura, seguem destacadas no quadro abaixo.

QUADRO 2 - Distribuição dos filiados eleitos pelo PSDB, por tipo de função exercida, segundo militância política anterior ao ingresso no PSDB, 1997 (Em porcentagem)

Militância política anterior ao ingresso no PSDB	Vereadores	Prefeitos e Vice-prefeitos	Outros
Sim	93	93	92
Não	7	7	8
Total	100(855)	100 (98)	100(37)
Tipo de atividade de militância			
Movimentos Sociais	40	30	28
Política Estudantil	21	21	38
Movimentos Religiosos	20	25	8
Representação de outros interesses	10	9	13
Militância partidária	3	9	8
Outro tipo de militância	7	7	5
Total	100(855)	100(95)	100(36)

FONTE: DATAUnb. PSDB – Instituto Teotônio Vilela *apud* Roma (2005)

**Quadro 3 - Profissões/Ocupações dos Parlamentares – 51 legislatura (1998)
(Em porcentagem)**

Profissão/ ocupação	PSDB	Legis latura	Profissão/ ocupação	PSDB	Legis latura
Empresários urbanos	27,3	28,5	Diretores de bancos estatais	6,1	2,5
Empresários rurais	8,1	10,1	“Comunicadores”	6,1	6,4
Empresários mistos	3,0	4,9	Pastores e padres	1,0	3,5
Profissões liberais tradicionais	31,3	27,1	Empregados não manuais em serviços	–	2,7
Profissões intelectuais	9,1	4,5	Trabalhadores industriais qualificados	–	1,4
Ensino público superior	6,1	6,4	Lavradores e trabalhadores Rurais	–	0,6
Outros professores	10,1	9,4	“Políticos”	2,0	0,8
Altos cargos do governo federal	6,1	4,9	Sem informação	1,0	0,4
Altos cargos de governos estaduais	6,1	9,0	Soma das %	130,5	126,7
Altos cargos de governos municipais	5,1	1,8	N	99	513
Baixo e médio funcionalismo	2,0	1,8			

Fonte: (RODRIGUES, 2002)

2.6 Características dos partidos *catch-all*

A caracterização dos partidos brasileiros como partidos do tipo *catch-all*, que seriam débeis e inconsistentes, pode fornecer importante material para nossa pesquisa. Panebianco prefere chamar estes partidos de profissional-eleitoral. De forma geral, poderíamos apresentar as características seguintes.

A primeira característica que poderíamos anotar refere-se à fragilidade dos partidos nacionais. Apesar de formalmente possuírem grande poder, os diretórios nacionais raramente fazem valer esses poderes, como expulsar membros infiéis, vetar alianças ou intervir em diretórios estaduais ou municipais. Até o ano de 1996, os diretórios nacionais não possuíam nem mesmo orçamento próprio (MAINWARING, 2001).

A descentralização é outra característica apontada dos partidos *catch-all*. Neste ponto se quer dizer que os diretórios nacionais deixam as decisões de nível local serem tomadas no nível local, sem ingerências. Indica também que as alianças são feitas de acordo com as questões estaduais de forma autônoma, sem passar pelo crivo do diretório nacional (MAINWARING, 2001). Estes efeitos são chamados por Celso Roma (2002) de *efeitos centrífugos e efeitos centrípetos*. Quanto a estes efeitos pode-se fazer uma analogia aos tipos de articulação *forte e fraca*, do trabalho de Duverger (1980). Esta característica também definirá um tipo de comportamento dos partidos brasileiros, a *Racionalidade Política Contextual* (LIMA JÚNIOR, 1983) que abordaremos em seguida.

As campanhas individualistas são um outro indicador da baixa institucionalização dos partidos brasileiros. Os políticos teriam maior importância que os partidos e suas campanhas eleitorais seriam baseadas em suas figuras e não nas legendas. Mesmo para o poder executivo, as campanhas têm este caráter centrado na figura do político e são eles que as organizam e são responsáveis, até mesmo, por boa parte da arrecadação financeira (MAINWARING, 2001: 194). Este fator também tem reflexo na orientação da racionalidade política contextual

Uma outra característica, e ponto central de nossa pesquisa, é quanto a heterogeneidade das organizações partidárias. Muitas vezes, em determinado estado, um partido não se enquadra perfeitamente no perfil ideológico do partido nacional, podendo estar situado mais à esquerda ou à direita. Assim, pode-se dizer que “a característica ideológica de cada partido varia bastante de um estado para outro e, além disso, o partido às vezes acolhe indivíduos de visões políticas muito diferentes” (MAINWARING, 2001: 206).

2.7 Racionalidade Política Contextual

Na ausência de leis eleitorais que, por exemplo, exijam a verticalização das alianças partidárias em todos os níveis, os partidos e as lideranças podem agir no âmbito estadual de forma autônoma e muitas vezes de forma contrária em relação à esfera nacional da organização a que pertencem.

Neste ponto, podemos utilizar o conceito de *racionalidade política contextual*, proposto por Olavo Brasil de Lima Júnior, para melhor entender esse comportamento, que obedece a duas regras: a primeira é que os partidos procuram fazer alianças a fim de maximizar o apoio eleitoral; a segunda consiste em tentar derrotar o seu oponente principal (LIMA JÚNIOR, 1983). Mesmo que passemos a entender que o sistema partidário brasileiro é de consolidação, e que as alianças regionais não são tão discrepantes, este conceito pode ser bastante útil.

Desta maneira, os diretórios estaduais agem de forma autônoma em relação ao diretório nacional, que por sua vez não abre para a participação de instâncias estaduais e municipais nas suas deliberações. Esses movimentos distintos no interior dos partidos, centrífugo quando as estratégias e políticas locais são decididas nessa mesma esfera, e centrípeto quando as decisões estratégicas nacionais são tomadas apenas pela cúpula do partido, enfraquecem os partidos nacionais e estimulam as disputas internas entre os estados por participação no cenário nacional (ROMA: 2002)²⁹. Muitas vezes, por se tratar de um sistema federativo, a lógica das coligações pode atuar de forma diferente, como em dois sistemas partidários distintos.

Este tipo de racionalidade nem sempre se apresenta em formas de coalizões formalmente estabelecidas. Ela pode ser sentida de forma menos escancarada, como um apoio branco a certo candidato, ou mesmo um não apoio mais incisivo a outro candidato. Como será discutido mais adiante, o fenômeno “Lulécio”, fusão dos nomes de Lula e Aécio, que apesar de estarem em partidos que disputam o posto de principal força partidária, mantêm uma relação, até certo ponto, curiosa, com a indicação de candidatos fracos eleitoralmente para

²⁹ Os efeitos apresentados por Roma nada têm a ver com os efeitos homônimos discutidos por Sartori (1982), quando analisa os sistemas competitivos. Neste caso, o autor está preocupado com a polarização no espectro esquerda-centro-direita, que pode, dependendo do número de partidos relevantes, apresentar características centrípetas ou mesmo centrífugas. Estas características ainda podem variar, se estamos estudando a política visível ou a invisível.

disputa estadual, de uma parte, e uma aproximação bastante discreta na disputa eleitoral, de outra parte.

2.8 Velhos e novos líderes

Observando o caráter oligárquico das organizações partidárias, uma questão que se coloca é quanto ao inevitável envelhecimento e a renovação das lideranças. Líderes antigos, ciosos de suas posições, tendem a impedir o surgimento, e principalmente, o crescimento de novas lideranças que possam pôr em risco sua autoridade. Características como a democracia partidária e a forma de organização do partido podem influir na possibilidade de renovação das lideranças de um partido. Entretanto, quando o poder de um chefe está ameaçado não é, em geral, por conta de uma ameaça das massas, mas em razão de um novo chefe, ou grupo de chefes que procuram tomar as massas (MICHELS, 1982), ou, melhor dizendo, no caso dos partidos brasileiros, da máquina partidária. Todavia, conforme afirma Michels (1982: 100), é raro que as disputas entre os velhos e os jovens chefes terminem com a vitória dos primeiros. O que se percebe com freqüência é “mais uma fusão do que uma circulação das elites”.

Lúcia Hippolito, em *De raposas e reformista: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*, trabalha com a hipótese na qual a tendência moderada de um sistema pluripartidário é decorrente da existência de um partido de centro, neste caso o Partido Democrático Social. Assim, o PSD funcionava como uma espécie de fiador do equilíbrio político. A autora aborda em sua obra as divergências internas no partido e como elas influíram na desarticulação do próprio partido e do sistema partidário brasileiro. Essa divergência se dá entre uma ala mais conservadora, as *raposas*, e uma mais jovem e progressista, a *Ala Moça*. O PSD possuía uma estrutura organizacional federativa, ou seja, havia uma grande autonomia dos diretórios regionais em relação ao nacional. Assim, sua estrutura procurava equilibrar tendências centralizadoras e descentralizadoras. A posição do diretório nacional, de tentar conciliar posições antagônicas, se contrapunha à grande autonomia dos diretórios regionais. Enquanto as divergências se guardavam no âmbito da disputa eleitoral, as conseqüências eram de menor proporção, já quando as divergências passaram para um âmbito ideológico, essas seqüelas se tornaram mais perigosas à coesão partidária. Com o realinhamento do quadro partidário para a esquerda, a *Ala Moça* procurou ocupar o novo centro. Contudo, a ala consertadora viu nesse fenômeno uma tentativa de tomar

o poder dentro do partido e se esquivou do centro, deixando um espaço vago. O PSD, então, perde o seu caráter de fiador do sistema, uma vez que se perderam as condições mínimas para a coesão interna (HIPOLITO, 1984).

Bastante comum é quando os chefes que detêm o poder em um partido não procuram esconder seu desejo de restringir a palavra de membros discordantes (MICHELS, 1982). O PFL, por exemplo, nasceu de uma dissidência do PDS³⁰ no intuito de se desvincular de uma imagem negativa de agentes da ditadura para se vincular à imagem de agentes da transição. O caráter oligárquico do partido pode ser observado pelo número de deputados com mais de um mandato, demonstrando uma baixa renovação em relação aos outros partidos. Em 1990 e 1994, as taxas de reeleição foram de 57,0 e de 61,3 respectivamente (TAROUCO, 2002: 145). O partido define como infidelidade, sujeita a penas como desligamento, a desobediência a certos princípios estabelecidos pela cúpula partidária. Além disso:

A organização e a centralização interna do partido constituíram um elemento básico da estratégia de desenvolvimento montada pelo PFL. As alterações no estatuto do partido permitiram um reforço do controle da cúpula sobre o conjunto do partido e indicam o firme propósito de dotar o partido de consistência partidária. (TAROUCO, 2002: 148)

Este modelo pefelista dificulta o crescimento de novos líderes. Entretanto, a mudança de nome da legenda para Democratas e a substituição do presidente do partido parecem, ao menos do ponto de vista da imagem, que o partido procura apresentar aos eleitores uma certa renovação.

Como já foi abordado anteriormente, o PT possui uma estrutura mais democrática internamente, admitindo a disputa entre diversas frações e líderes, além de publicações internas. Este modelo permite o surgimento de um maior número de lideranças disputando o mesmo espaço. Só em São Paulo poderíamos listar nomes como Aloísio Mercadante e Marta Suplicy que competiram para a indicação do partido para a disputa do cargo de Governador. Outros nomes, como João Paulo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados, foram

³⁰ Em 1979, a reforma partidária pôs fim ao bipartidarismo imposto pelo AI-2. A ARENA, partido da base de apoio do governo, manteve-se, ao menos no início, sob a mesma bandeira, o PDS. Já o MDB, partido da oposição, fragmentou-se em cinco siglas, PMDB, PP, PDT PT e PTB. Em 1993, o PDS fundiu-se com o PDC, criando o PPR, que ainda se fundiu, em 1995, com o PPB, partido criado no ano anterior. Em 2005, excluiu o “B” de sua sigla passando a ser PP. Este PP em nada tem a ver com o PP fundado após a reforma partidária, que teve curta duração pois seus membros aderiram ao PMDB.

alijados desta disputa devido a escândalos envolvendo o recebimento e distribuição de propina para a aprovação de projetos do Executivo.

No caso da fundação do PSDB, temos um exemplo claro de divergência de uma ala que tinha propostas discordantes com relação aos setores dominantes do PMDB. Já organizados no MUP (Movimento de Unidade Progressista), esta fração tinha por objetivo organizar e produzir documentos a respeito da conjuntura do país.

Desde os seminários de fundação do PSDB, havia a idéia de rever o papel que a sociedade, o Estado e o mercado desempenhavam num mundo em frenética transformação. (...) Essas preocupações, embora sem muita clareza, já estavam presentes no ânimo dos fundadores do PSDB. (CARDOSO, 2006: 132)

Isto sem falar, no plano nacional, do pouco espaço político cedido pelo governo Sarney aos políticos que vieram a fundar o PSDB. Figuras de nome e com experiência política foram alijadas dos espaços do poder executivo e dos recursos do governo. Esse grupo viu suas oportunidades reduzidas quanto a concorrer, dentro do PMDB, ao governo federal e poucas possibilidades de acesso a pastas ministeriais ou a qualquer outro cargo governamental mais importante. No plano estadual, o domínio da ala quercista em São Paulo produziu efeitos semelhantes. A divergência levou à cisão partidária.

Quanto as nossas questões, podemos observar, por um lado, o desaparecimento de figuras históricas como Teotônio Vilela, Mário Covas e Sérgio Motta e o envelhecimento de lideranças do partido, como Fernando Henrique Cardoso, nascido em 1931, e até mesmo José Serra, nascido em 1942, que provavelmente terá em 2010 sua última oportunidade de concorrer a Presidência da República, restando-lhe a possibilidade de concorrer à reeleição para o Palácio dos Bandeirantes ou a disputa para o Senado, casa que tradicionalmente é ocupada por políticos mais longevos.

Por outro lado, pode ser observado o fortalecimento de figuras novas, de destaque no plano nacional, como Geraldo Alckmin e Aécio Neves, mas que já fazem parte do quadro partidário tucano há bastante tempo. O primeiro assinou a ata de fundação do partido e o segundo filiou-se ainda no primeiro ano de vida do PSDB. Contudo, Geraldo Alckmin só passou a ter destaque no cenário nacional ao assumir o governo de São Paulo por conta do afastamento seguido da morte do governador Mário Covas. Já Aécio Neves ganhou realce quando disputou e venceu a liderança da bancada do partido na Câmara dos Deputados, liderança confirmada com sua eleição para presidente desta casa, fato contestado inicialmente

pelo partido e pelo próprio Presidente da República, com receio de se quebrar o acordo com o PFL, que garantia sustentação ao PSDB no governo. A reeleição de Alckmin para o governo de São Paulo e a eleição de Aécio para o Palácio da Liberdade, em 2002, aumentaram o prestígio de ambos, dando-lhes *status* de presidenciáveis. Este confronto é parte central de nossos estudos. Tanto Aécio quanto Alckmin são relativamente independentes das lideranças históricas do tucanato paulista.

2.9 As zonas de incerteza

Os fatores organizativos que interferem no equilíbrio dos jogos de poder no interior do partido são as *zonas de incerteza*. Por zonas de incerteza entendem-se os elementos que, se não administrados, podem colocar em risco a estabilidade e a própria vida de uma organização. Seis fatores podem ser destacados como vitais para uma organização. De forma geral, o controle de todas, ou quase todas, as zonas de incerteza é exercido pelo mesmo grupo. As zonas de incerteza são: a competência, a gestão das relações com o ambiente, as regras formais, as comunicações internas, o financiamento da organização e o recrutamento. Tratamos aqui apenas dos três primeiros. (PANEBIANCO, 2005: 66).

A *competência* é o que define o “poder do especialista”. Não se trata de um saber alcançado por meio de um treino educativo na academia, o erudito. Nesta acepção, o saber especializado origina-se da experiência no trato, tanto interno quanto externo, das conexões político-organizativas. Esta habilidade pode ser uma característica própria ou algo que lhe é atribuído pelos outros membros da organização (PANEBIANCO, 2005: 66). Um político que tem desembaraço para resolver certos impasses demonstra possuir este tipo de conhecimento. Ou mesmo quando um político evoca certa tradição familiar, ou o fato de ter sido discípulo de um político a quem era atribuído esse conhecimento. Assim, podemos dizer que o intelectual apontado por Gramsci, conforme discutimos no capítulo anterior, é quem se ocupa dessa zona de incerteza, uma vez que é o intelectual quem cumpre o papel de dar homogeneidade e consciência ao grupo.

A gestão das relações com o ambiente é também importante, uma vez que o ambiente é a principal fonte de incerteza. Além de definir alianças ou coalizões com outras organizações, o controle das relações com o ambiente também determina quais serão os temas a serem levantados na disputa e no debate com as outras organizações. Esta é uma zona de

incerteza fundamental na organização partidária, pois pode determinar o sucesso ou o fracasso eleitoral (PANEBIANCO, 2005), é a que controla a estratégia partidária para conquistar os seus objetivos. Um político pode perfeitamente tomar o tema da mineiridade como forma de chegar ao eleitor, não só em Minas, mas também no restante do país. Pode ser usado também para a colocação da fração internamente ao partido. Neste ponto, já entra em jogo outra zona de incerteza, as *comunicações internas*. A relação com o ambiente também é importante, na medida em que ela pode influenciar outras duas zonas de incerteza: o financiamento e o recrutamento.

O controle das regras formais é uma zona de incerteza que se relaciona não apenas com as regras fixadas no estatuto da organização, mas também com as interpretações possíveis das regras formais. Assim, quem administra esta zona de incerteza influencia as formas de disputa interna. Este controle também diz respeito aos desvios das regras, permitindo grande margem de manobra em diversas situações diferentes. Assim, o que está em vigor hoje pode não estar amanhã, ou então pode ser evocada uma regra há muito tempo deixada de lado, servindo como uma reserva de manobra. Controlando esta *zona de incerteza* um grupo pode se perpetuar como *coalizão dominante*.

2.10 A Coalizão dominante

Ângelo Panebianco prefere usar o termo *coalizão dominante* por três motivos. Primeiro porque dificilmente um único líder se isola e em nenhum momento interage com outros agentes mesmo que este líder tenha controle quase que absoluto das zonas de incerteza. O segundo motivo é porque nem sempre o poder organizativo está no interior do partido. Em algumas situações, este poder pode estar em outra organização³¹. Por fim, a coalizão dominante pode ser composta, além dos líderes nacionais, por líderes intermediários e locais. Deste modo, o conceito de coalizão dominante abrange um maior número de casos, que podem ser analisados de forma mais eficiente, considerando tanto casos em que a estrutura de poder inclui líderes de diversos níveis, quanto aqueles em que outra organização interfere na estrutura. Temos então que:

³¹ No Brasil, este caso pode ser exemplificado pelo PR, Partido Republicano, no qual, o poder organizativo está na Igreja Universal do Reino de Deus.

A coalizão dominante de um partido é composta por aqueles agentes formalmente internos e/ou externos à organização, que controlam as zonas de incerteza mais vitais. O controle sobre esses recursos, por sua vez, faz da coalizão dominante o principal centro de distribuição de incentivos organizativos no interior do partido. (PANEBIANCO, 2005: 74)

A coalizão dominante possui uma fragilidade. Isto ocorre porque nos jogos de poder no interior do partido não se dão apenas de forma vertical, líderes e seguidores, mas também de forma horizontal no centro da própria coalizão dominante. Por isso, a qualquer momento, no qual algum agente passa a dominar mais zonas de incerteza, o equilíbrio de poder pode sofrer alterações. Panebianco afirma que a fisionomia da coalizão dominante diferencia a ordem organizativa dos partidos. Três aspectos podem auxiliar na construção de uma tipologia da coalizão dominante: *coesão interna*, *grau de estabilidade* e *o mapa do poder organizativo*.

O grau de coesão verifica a concentração, ou a dispersão do controle das zonas de incerteza no interior de uma coalizão dominante. Este é um ponto importante para nossa investigação, pois trata das divisões dentro da coalizão dominante. A distinção é feita em partidos subdivididos em facções, quando os grupos são bastante organizados, neste caso a coalizão dominante é menos coesa, ou seja, as zonas de incerteza estão mais dispersas; e partidos subdivididos em tendências, quando esses grupos possuem uma organização frouxa, logo, a coalizão dominante é bastante coesa. Assim sendo, o grau de coesão irá definir as trocas verticais, líderes e seguidores. Esta distinção é semelhante ao usado por Sartori para enquadrar as frações, facções ou tendências. Contudo, Panebianco não utiliza o termo fração proposto por Sartori e que nos propomos a utilizar no presente trabalho.

2.11 Incentivos Coletivos e Incentivos Seletivos

O objetivo do líder político é manter o controle da organização. Para cumprir esta meta ele deve guardar a capacidade de distribuir incentivos organizativos.

Quando este fluxo cessa, a organização corre o risco de se esfacelar ou, ao menos, outros grupos no interior da organização podem contestar a coalizão dominante e ensaiar uma substituição no comando das zonas de incerteza. Para Panebianco, este vínculo é bastante evidente quando se trata de *incentivos seletivos*. Pois enquanto estiver garantido o ganho individual, de cada um dos membros, a existência da organização estará mais assegurada. Diferentemente se o fluxo de benefícios for interrompido (PANEBIANCO, 2005). Estes

incentivos seletivos estão ligados a cargos, proventos, poder, prestígio, reconhecimento, etc. A eles se vinculam as frações motivadas por interesse abordados por Sartori.

Quando se trata de incentivos coletivos este vínculo se torna mais complexo. Para que os objetivos oficiais gozem de credibilidade é preciso que os meios sejam especificados, ou seja, para que identifiquem com uma causa os caminhos devem, ao menos, parecer plausíveis. Por outro lado, se uma elite minoritária abandonar sua linha política, mesmo que esta tenha se mostrado ineficiente quanto a conquista de poder, pode acarretar a perda do seu apoio original, já que esse grupo precisa da identificação com as idéias originais. O tema da mineiridade pode, então se relacionar com os incentivos coletivos. A mineiridade como tradição inventada e instrumentalizada tem por função ideológica, como foi abordado anteriormente, criar coesão em determinado grupo, legitimar sua dominação e posicionar esse grupo frente a outros que disputam o mesmo espaço (DULCI, 1989; HOBBSBAWM, 2000).

2.12 Mudanças Organizativas

As mudanças de ordem organizativa são modificações na configuração da coalizão dominante.

Uma mudança da ordem organizativa pode ser assim considerada quando modifica a relação entre os grupos internos, alterando a distribuição do controle sobre os incentivos, reestruturando tanto os jogos de poder verticais (as trocas elite-seguidores) quanto, em razão da sua interdependência, os jogos horizontais (as trocas elite-elite). (PANEBIANCO: 2005, 475)

Esta mudança pode ser dividida em três etapas para fins de análise.

Uma crise organizativa inicia-se por uma influência ambiental, como uma derrota eleitoral. Entretanto deve-se destacar que “o desafio externo age como catalisador de uma crise organizativa para qual já havia muitas condições internas” (PANEBIANCO: 2005, 476). O desafio ambiental apenas demonstra a incapacidade da coalizão dominante de controlar as zonas de incerteza ameaçando a existência da organização. Assim, os incentivos tanto coletivos como seletivos estão em xeque. Carreirista e crentes, então, tendem a se movimentar a fim de resguardar os seus incentivos. Este é um momento onde a política visível afeta o desenho da política invisível.

Quando se inicia essa crise o segundo passo é a substituição do grupo dirigente quando este se mostra incapaz de solucioná-la. Trata-se de uma substituição do vértice, ou seja, no centro da coalizão dominante. Uma vez substituído, ao menos parcialmente, temos a terceira etapa na qual se dá uma mudança da fisionomia da organização sobre dois aspectos. O primeiro é quanto à alteração da “regras do jogo” não necessariamente uma mudança regimental, mas na forma com que se disputa o poder ou no organograma do partido. Estas mudanças acontecerão, evidentemente, se for favorável à manutenção da nova coalizão dominante. A segunda é quanto à alteração dos *objetivos oficiais*. Em outras palavras trata-se de uma renovação do discurso do partido. Estas mudanças podem gerar uma reestruturação da identidade partidária (PANEBIANCO: 2005). Não raro estas mudanças fisionômicas são chamadas pelos atores em questão de “refundação do partido”.

No caso, o PSDB de Minas Gerais pode se apresentar como uma alternativa para o partido, uma vez que, em 2010 o país estaria caminhado para um quinto mandato paulista³². Além do mais, a figura mais proeminente do partido, Fernando Henrique Cardoso, goza de pouca popularidade e qualquer candidato paulista pode se contaminar com a impopularidade do ex-presidente. Ou seja, as recentes derrotas eleitorais no âmbito nacional e os problemas para se chegar a uma vitória futura do PSDB podem fazer com que a fração paulista tenha seu posto de coalizão dominante colocado em xeque. Desta maneira credenciaria a fração mineira sob o comando de Aécio Neves a solucionar esta questão. E a mineiridade entra neste processo como um incentivo coletivo que dará reconhecimento e coesão em torno de seu nome.

2.13 Os objetivos das Organizações

O principal papel dos partidos, no modelo racional, é servir de instrumento para realizar determinados objetivos. Desta maneira, toda a ação dos membros do partido, inclusive no seu interior, só podem ser compreendida por esta ótica, todos os membros procurando agir orientados para viabilizar seus objetivos. Três críticas são feitas a esta visão. A primeira diz que dificilmente pode-se definir com precisão quais são os objetivos reais de uma organização, até mesmo em uma empresa o principal objetivo em dado momento pode

³² Apesar de pernambucano o presidente Lula pode ser considerado como paulista, já que toda sua trajetória política foi construída em São Paulo.

não ser aumentar os lucros. A segunda, somado a dificuldade anterior é quanto há uma multiplicidade de objetivos, muitas vezes, tantos quantos são os agentes. Por fim, a terceira relacionada à tese de Michels que o objetivo real dos membros de um partido é a manutenção da própria organização.

Em uma visão do modelo de organização como um *sistema natural* a organização não é entendida como um mero instrumento para concretizar os objetivos de determinado grupo. Nesta visão, “a organização é percebida como uma estrutura que responde e se adapta a uma multiplicidade de demandas por parte dos vários jogadores e que procura manter um equilíbrio conciliando essas demandas” (ABRAHAMSSON *apud* PANEBIANCO, 2005: 13). Enquanto no modelo anterior a organização se molda aos objetivos, neste os objetivos são a variável dependente. Assim, em relação aos objetivos organizativos o modelo do sistema natural implica que: os objetivos “oficiais” são mera fachada; o equilíbrio atingido entre demandas e objetivos específicos seria o objetivo efetivo da organização e, por fim, a sobrevivência da organização é o único objetivo em comum dos diversos participantes.

Quando não apresentado como modelos contrapostos, são apresentados, como em Robert Michels como modelos seqüenciais. Conforme Michels (1982), as organizações surgem com certos objetivos. Estes objetivos são compartilhados pelos membros do grupo que se identificam com determinada “causa” que moldará a fisionomia da organização. À medida que o partido se institucionaliza os esforços se dirigem para a sua autoconservação e para multiplicação dos objetivos atendendo as demandas do diversos agentes. Por essa linha o que ocorre é uma *substituição dos fins* (PANEBIANCO, 2005).

A organização deixa assim, de ser um meio, para tornar-se um fim. Às instituições e as qualidades que no início eram destinadas simplesmente a assegurar o funcionamento da máquina do partido – subordinação, cooperação harmoniosa dos membros individuais, relações hierárquicas, discipinação, correção – acaba-se atribuindo mais importância que ao grau de rendimento da máquina (MICHELS, 1982: 223).

Para Ângelo Panebianco (2005), o que ocorre efetivamente no momento em que o partido se institucionaliza é uma *articulação de fins* e nunca uma absoluta *substituição dos fins*. Os objetivos oficiais que tiveram seu papel na fundação do partido não se tornam mera fachada. Estes objetivos são, na verdade, adaptados para satisfazer as novas exigências organizativas. Outras mudanças também ocorrem no interior da organização à medida que o partido se institucionaliza.

2.14 A Institucionalização

Por institucionalização entende-se a passagem de um período no qual a organização se consolida, partindo de uma fluidez estrutural para um momento de estabilidade de interesses e de lealdades organizativas. Desta maneira, destacam-se dois processos que se desenvolvem no interior da organização suscitando a institucionalização.

- 1) O desenvolvimento de interesses para a manutenção da organização (próprio dos dirigentes nos diversos níveis da pirâmide organizativa).
- 2) O desenvolvimento de *lealdades* organizativas difusas. (PANEBIANCO, 2005: 101)

Este período de institucionalização divide duas fases da vida de um partido. A primeira, que já foi mencionada, é a articulação dos fins, quando o objetivo passa da realização da causa comum, ideologia manifesta para quando o objetivo é a sobrevivência e o equilíbrio dos interesses específicos, ideologia latente. Como já foi observado, os objetivos originários não são substituídos por completo. A segunda mudança refere-se aos tipos de incentivos, se coletivos na primeira fase ou seletivos na segunda. As últimas duas mudanças apresentadas na divisão da vida de um partido referem-se à ampla liberdade dos líderes num primeiro momento e a uma liberdade de manobra em seguida; e também quanto à estratégia de domínio ou adaptação do ambiente.

Todos estas fases, na realidade, se articulam e características típicas de uma delas podem estar presentes em todas as outras fases de desenvolvimento do partido. O que o autor pretendeu demonstrar foi um tipo ideal de desenvolvimento partidário a fim de permitir mesmo que *imprecisa pedra de toque para comparar a evolução organizativa dos partidos concretos* (PANEBIANCO, 2005: 39).

Quadro 4 - Institucionalização

Fase I	Fase II	Fase III
<input type="checkbox"/> Sistema de Solidariedade <input type="checkbox"/> Modelo Racional: o objetivo é a realização da causa comum. Ideologia manifesta	Institucionalização	<input type="checkbox"/> Sistema de Interesses <input type="checkbox"/> Modelo do sistema natural: o objetivo é a sobrevivência e o equilíbrio dos interesses específicos. Ideologia latente. <input type="checkbox"/> Prevaecem os incentivos seletivos (participação profissional) <input type="checkbox"/> Liberdade de manobra restrita <input type="checkbox"/> Estratégia de adaptação ao ambiente

Fonte: (PANEBIANCO, 2005: 38).

Para se aferir o grau de institucionalização organizativa de um partido, pode se recorrer a duas dimensões: 1) o grau de autonomia do ambiente que a organização desenvolveu; 2) o grau de sistemicidade e de independência entre as diversas partes da organização, que está relacionado com a concentração das zonas de incerteza da organização; quanto maior a concentração das zonas de incerteza, maior é o grau de institucionalização (PANEBIANCO, 2005: 105). Os extremos de cada dimensão são entendidos como tipos ideais. Nunca se encontrará um partido que tenha total autonomia em relação ao ambiente, como no modelo de partido de massa de Duverger.

Capítulo 3 – PSDB: FUNDAÇÃO, ASCENSÃO AO PODE E DIAS ATUAIS

Neste capítulo, procuraremos evidenciar, no caso do PSDB, como se dão as disputas das *frações partidárias*, na *estrutura de oportunidades* pelo controle das *zonas de incerteza*, para tornar-se a *coalizão dominante*. Para isso, trabalharemos com sua história desde seus antecedentes intelectuais no Cebrap até a oposição ao governo Lula, gerando uma expectativa de mudança organizativa. E qual é o papel da mineiridade neste jogo, fornecendo incentivos coletivos que irão dar homogeneidade e coesão à elite política tucana de Minas Gerais e legitimando sua dominação, também posicionando a seção mineira como alternativa para ocupar o posto de *coalizão dominante*.

3.1 Antecedentes intelectuais: Cebrap

O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) foi fundado em 1969 por um grupo de forte formação acadêmica e distante da militância política até então. Fernando Henrique Cardoso³³ e José Arthur Giannotti, foram afastados compulsoriamente da USP, após a edição do Ato Institucional número 5, e formaram o Cebrap, no intuito de manter o ambiente intelectual vivido por eles na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Desse modo, o Cebrap se destacou nas décadas de 70 e 80 no debate acadêmico sobre os rumos gerais da nação. Ainda na primeira metade da década de setenta o Centro se posicionava como um pólo de produção intelectual do país. Contudo, “o Cebrap acabou funcionando muito mais como um ponto de referência para o pensamento de oposição do que como um pólo de formação de quadros intelectuais”³⁴ (LAHUERTA, 2002: 100). Assim, devido à grande projeção nacional de seus intelectuais passaram a participar mais ativamente da vida pública (LAHUERTA, 2002).

³³ Alguns dos membros do Cebrap vieram a fazer parte do Governo Fernando Henrique Cardoso como, José Serra, Antônio Kandir, Juarez Brandão Lopes, Danielle Ardaillon, Vilmar Faria, Henri-Philippe Reichstul, Francisco Weffort. (CARDOSO, 2006).

³⁴ Em outra interpretação, Gilberto Felisberto Vasconcellos afirma que o Cebrap não passava de aparelho ideológico internacional que anteciparia o neoliberalismo e as privatizações. O Cebrap, financiado pelas Fundações Ford e Rockefeller, era fruto da internacionalização do mercado e não uma resistência da esquerda contra a ditadura (VASCONCELLOS, 1997).

Esse grupo de intelectuais paulistas, então, é um dos responsáveis pela elaboração e difusão de uma nova forma de se interpretar o Brasil. Nesta visão uspiana incluía que seria preciso romper com a idéia de Estado paternalista, populista, autoritário – fontes de nosso atraso – e a sociedade civil passaria a assumir um papel primordial na democratização e na substituição do Estado autoritário brasileiro por uma sociedade auto-regulada (LAHUERTA, 2002).

No final na década de setenta, as diferenças teóricas e conceituais irão adquirir uma conotação política. Este ponto pode ser observado quando alguns desses intelectuais optarão pela fundação do PT e outros decidiram pela permanência no (P)MDB. Essa divergência se polariza principalmente entre dois nomes: Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort. De um lado, Fernando Henrique foca sua análise “na perspectiva de construção de um sistema partidário capaz de expressar a pluralidade da sociedade civil amenizando a importância do tema das classes sociais e de sua identidade” e, de outro lado, Weffort concentra toda sua ênfase na organização autônoma dos trabalhadores (LAHUERTA, 2002).

Este recuo ao Cebrap é importante, pois para o PSDB e mesmo para o PT a presença dos intelectuais, sobretudo os paulistas, é ponto chave para a sua existência. Distantes do poder político e no núcleo da economia mais dinâmica do país, formam-se estes personagens descendentes de uma linhagem que vem desde Sérgio Buarque de Holanda. Como discorre Barboza Filho (1995, 122) “o desenvolvimento do mundo acadêmico e intelectual em São Paulo acabou por gerar um modo ‘paulista’ de ver o Brasil”.

3.2 O Sistema eleitoral e partidário brasileiro – uma das arenas

Em 1965 o Ato Institucional n 2 estabeleceu o bipartidarismo obrigatório no país. Nos anos que precederam o golpe o país passou por um período democrático com a existência de um multipartidarismo que vinha se consolidando, conforme Antônio Lavareda (1999). Do ano de 1965 até 1979 existiram apenas dois partidos legalizados. A ARENA, partido de apoio ao regime, e o MDB, a oposição. Este intervalo no sistema partidário brasileiro contribui para, conforme alguns autores (MAINWARING, 2000), a fragilidade do sistema. Não havendo outra alternativa na legalidade, muito se integraram ao MDB formando uma mixórdia de posicionamentos políticos e cores de pensamento. A título de ilustração poderíamos citar:

Roberto Saturnino, Teotônio Vilela, Ulisses Guimarães, Barbosa Lima Sobrinho, Franco Montoro, Ivete Vargas e Tarcisio Delgado.

Com a reforma eleitoral em 1979, extinguindo o bipartidarismo, surgiram novos partidos no cenário brasileiro. A maior parte dos nomes da ARENA formaram o PDS. Os membros do antigo PTB, sob o comando de Leonel Brizola, que em 1982 elegeu-se governador do Estado do Rio de Janeiro, se juntaram no PDT, uma vez que, a sigla, PTB, já havia sido ocupada por Ivete Vargas, mas com uma configuração diferente de seu homônimo, fundado por Vargas, extinto pelo governo militar. Um outro partido, o PP (Partido Popular), formado por uma ala mais conservadora do MDB e uma mais liberal da ARENA – entre os nomes em Minas Gerais estavam Magalhães Pinto (ARENA) e Tancredo Neves (MDB) – possuía a segunda maior bancada da oposição, mas teve uma existência curta, existindo por menos de um ano. O PP uniu-se ao PMDB para ter maiores chances eleitorais. Uma novidade no quadro partidário foi o PT que uniu sindicalistas, intelectuais e religiosos da teologia da libertação. O MDB, com a nova exigência da legislação que obrigava existência da palavra “partido” no nome da legenda, passou para PMDB, herdando toda “história de luta” de seu antecessor, o que lhe valeu identificação e votos. Apesar do êxodo de diversos nomes que formaram as novas siglas, o partido permaneceu com um grande número de filiados, 115 deputados em 1982, e também com uma grande heterogeneidade nos seus quadros. Esta heterogeneidade foi ampliada com a já mencionada fusão com o PP e o ingresso de parlamentares dos outros partidos inclusive do PT³⁵.

PMDB e PDS até 1984 possuíam cerca de 90% das cadeiras na Câmara. Nos dois anos seguintes o sistema partidário brasileiro passa por um ajuste. No primeiro ano surge o PFL de uma dissidência do PDS para viabilizar a candidatura no colégio eleitoral de Tancredo Neves e José Sarney, como vice, em oposição à Paulo Mufuf que concorreu pelo PDS. No ano seguinte, temos mais três partidos pequenos sendo que os dois primeiros já existiram no passado e voltaram à legalidade, PCB, PC do B e PL. Até esse momento a disputa havia se polarizado entre PMDB e PDS. Na eleição seguinte, para governador, o PMDB venceu em quase todos os estados embalados pelo aparente sucesso do Plano Cruzado. Porém, a euforia

³⁵ Este fato foi impulsionado pelo “pacote de novembro”, medida do governo militar para evitar uma grande derrota eleitoral. Esta medida fazia três alterações no sistema eleitoral. A primeira proibia coligações tanto para senador quanto para governador, de modo que, os partidos deveriam competir sozinhos não podendo se aliar contra o PDS. A segunda medida obrigava o voto vinculado que favorecia o maior partido o PDS. Por fim, a terceira alteração obrigava os partidos a apresentarem uma chapa completa nos municípios. Mais uma vez o PDS era o maior beneficiado, pois a maiorias dos outros partidos não possuíam quadros suficientes para apresentar um chapa completa em todos os municípios onde o partido funcionava (MAINWARING, 2001; LIMA JUNIOR, 1993).

causada pelo acontecimento do plano não durou muito, bem como o apoio popular e político ao governo Sarney que também se afundou em denúncias de corrupção.

O sistema partidário brasileiro hoje conta com um grande número de partidos. Contudo a maioria é composta por partidos pequenos que não chegam, muitas vezes, a conquistar cadeiras no congresso nacional³⁶. Para Jairo Nicolau (1996), a existência desse grande número de partidos traz um prejuízo mais estético do que propriamente funcional. Destacam neste esquema o PT e o PSDB como duas forças antagônicas em disputa pelo poder e pelo projeto político para o país. O PMDB, maior partido do país, ainda se apresenta com uma enorme heterogeneidade, que oscila da participação no governo atraído pelas suas vantagens à oposição frontal ao atual governo. A reboque destes partidos há o DEM, antigo PFL, segunda maior força da oposição. Além de outros partidos de tamanho médio e pequeno, que conforme o interesse e a disputa por cargos, oscilam entre governo e oposição, como por exemplo, PTB, PP, PR, antigo PL. E outros com um perfil mais ideológico como o PDT e o recém criado PSOL.

O quadro partidário brasileiro é composto por um sistema partidário nacional e subsistemas regionais. Este tema já foi observado quando tratamos do tema da *racionalidade política contextual*³⁷ e dos efeitos *centrífugo* e *centrípeto* no interior do partido. Estes efeitos revelam a baixa *coesão* no sistema partidário brasileiro. Entendo *coesão* e *disciplina* partidária como conceitos diferentes. A disciplina está mais relacionada a um sentido vertical – se as normas da organização e se as lideranças são respeitadas – como entre os líderes do partido no congresso e a ação dos parlamentares de seu partido votando com a liderança. Quanto à coesão, tem um sentido horizontal, entre as lideranças partidárias e se refere a uma menor uniformidade das ações das lideranças. Em um partido com baixa coesão, os líderes tendem a agir de forma mais autônoma em relação à direção nacional do partido, se prendendo às questões das relações regionais ou de interesses de grupos específicos. Assim, um partido pode ser disciplinado e não ser coeso ao mesmo tempo. Neste panorama, a forma com que os partidos e os políticos atuam em seus estados obedece a uma lógica própria, nem

³⁶ Nas propostas de reforma política existem elementos que visam enxugar o quadro partidário brasileiro. Contudo, são de difícil aprovação, como a maior parte das propostas na reforma, pois interferem nos interesses daqueles que são responsáveis pela votação. Mesmo que a presença destes partidos no congresso não seja suficiente por si só barrar estas propostas elas são engessadas pela ação de grandes partidos. À primeira vista, parece contraditória este tipo de ação, mas, na verdade, ela atende a interesses pessoais dos políticos. Em suas regiões, esses políticos controlam estes pequenos partidos que servem de “legenda de aluguel”. O controle destes pequenos partidos permite, por um lado, que estes políticos distribuam incentivos seletivos nestas legendas e, por outro lado, aumentam seu poder de barganha dentro de sua própria legenda.

³⁷ Este procedimento obedece duas regras: a primeira é que os partidos procuram fazer alianças a fim de maximizar o apoio eleitoral; a segunda consiste tentar derrotar o seu oponente principal (LIMA JÚNIOR, 1983)

sempre alinhada a uma lógica nacional. Coligações, aproximações informais ou mesmo rivalidades têm um caminho próprio no cenário nacional e outro no cenário regional. Estes elementos são cruciais para o desenvolvimento de nosso trabalho, pois estão diretamente ligados às questões das frações partidárias e sua atuação na disputa pelo controle das zonas de incerteza.

O fenômeno “Lulécio” é um caso exemplar³⁸. É um movimento de eleitores e, principalmente, políticos mineiros que ao mesmo tempo em que apóiam o Presidente Lula apóiam o governador Aécio Neves, pertencentes a partidos rivais no cenário nacional, mas que em Minas mantêm uma relação de maior cordialidade, conforme os interesses de cada um, e dos políticos que os apóiam, apesar de suas militâncias não se misturarem. Este fenômeno conhecido como “Lulécio” será abordado mais detidamente mais adiante³⁹.

O sistema eleitoral-partidário brasileiro também encontra problemas quanto ao quesito da representação do eleitorado no legislativo. O sistema proporcional para a ocupação dos cargos legislativos tem como objetivo principal gerar maior representação da sociedade, seus diferentes setores, classes e idéias nos quadros parlamentares. Contudo, esta representação não é adequadamente observada no Brasil (LIMA JUNIOR 1993, MAINWARING, 2001; MELO 2003). Diversos motivos levam a essa incongruência entre urnas e representação, dentre eles a migração partidária, que pode se dar para partidos já existentes ou para um novo partido criado pelos dissidentes. Assim, muitas vezes, a criação de um partido, como o PSDB, não é feita da sociedade para a política, mas da política para a sociedade. Não nasce pela

³⁸ “O governador Aécio Neves usa pesos diferentes para tratar a eleição municipal em São Paulo e em Belo Horizonte. Na capital paulista, estimula Geraldo Alckmin a concorrer à Prefeitura de São Paulo, prometendo ajuda na campanha, sob a alegação de que o PSDB precisa ter candidatos próprios; na capital das Alterosas, tem um acerto com o atual prefeito Fernando Pimentel (PT), seu amigo pessoal, segundo o qual os dois indicarão um candidato comum, mas que não seja ligado a nenhum dos dois”. Pesos diferentes para BH e SP. **O Estado de São Paulo** 21 de outubro de 2007.

³⁹ No Ceará, outro estado importante para o PSDB, pois foi lá onde conquistou a primeira vitória para governador, também existem divergências entre a esfera regional e a nacional conforme ocorreram em episódios nas eleições de 2006: “A decisão de ficar no estado por tanto tempo foi necessária porque lá, o PSDB, controlado pelo governador Lúcio Alcântara, candidato da coligação ‘Pra frente Ceará’ (PSDB-PTB-PTN-PSC-PPS-PFL-PAN-PTC), adversário do presidente nacional do PSDB, boicotou Alckmin em toda publicidade eleitoral gratuita, preferindo ficar ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição. No périplo por 10 cidades do interior cearense desde segunda-feira, Jereissati visou, principalmente, a resolver uma questão regional. Desde o início do ano, o presidente nacional tucano trava uma ferrenha disputa pelo espaço político com Alcântara. Mais do que pedir votos para Alckmin, Jereissati luta para derrotar o governador do Ceará, mesmo que, para isso, tenha de apoiar o candidato a governador Cid Gomes (PSB), irmão do ex-ministro da Integração Nacional Ciro Gomes, que trabalham pela reeleição de Lula.” SOBREVIVÊNCIA política em jogo no Ceará. **Estado de Minas**, 26 de Agosto de 2006. Política, Eleições 2006, p. 4. “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva transformou-se no grande beneficiado pela disputa interna entre setores do PSDB cearense e ganhou um aliado inesperado. Em rota de colisão com o grupo comandado pelo presidente nacional do partido, senador Tasso Jereissati, o governador Lúcio Alcântara, candidato à reeleição, valeu-se da propaganda eleitoral gratuita na TV e rádio para declarar apoio ao petista, também em busca do segundo mandato.”. TUCANO Manifesta apoio a Lula. **Estado de Minas**. 22 de Agosto de 2006. Política, p.6.

demanda da sociedade, mas porque há brechas para sua existência. Os eleitores não sufragaram a criação de um novo partido, mas a percepção da existência de uma demanda qualquer no mercado eleitoral motivou a mudança de legenda. Se o arranjo institucional da organização é tal que impede ou dificulta a participação de grupos nos processos decisórios e de competição, se existem divergências ideológicas, ou de objetivos e se os custos eleitorais são menores que os possíveis ganhos, está aberta a possibilidade de cisão partidária (LACERDA, 2002). Para muitos cientistas políticos, no Brasil, a identidade partidária é baixa. Assim, os custos de migração⁴⁰ ou cisão partidária são reduzidos frente aos ganhos que podem ser obtidos (MAINWARING, 2001). A baixa identificação partidária também permite uma maior margem de ação dos atores políticos em diferentes situações ou esferas, estadual ou nacional, como nos efeitos *centrípeto e centrífugo*, ou seja, sofrem menos influência do ambiente. Por isso, diferentemente do que ocorre com o processo de *institucionalização* das organizações, proposto por Panebianco, no qual os políticos partem de uma fase com maior liberdade de ação para uma fase com liberdade de ação restrita, os políticos no Brasil atual não têm sua liberdade de ação reduzida, pelo menos a ponto de engessar por completo seu comportamento.

A complexidade e a instabilidade do sistema eleitoral-partidário brasileiro contribuem para a criação de incertezas quanto ao futuro eleitoral. Estas incertezas, por sua vez, colaboram para maiores riscos para a organização partidária, tornando seu interior e os jogos pelas *zonas de incertezas* cada vez mais complexos e instáveis (PANEBIANCO, 2005).

3.3 Movimento Unidade Progressista – MUP

O Movimento Unidade Progressista (MUP), formada por uma ala progressista do PMDB, tinha por objetivo produzir documentos que discutissem a conjuntura do país, os trabalhos na constituinte e a própria situação do partido. No documento chamado *Unidade Progressista para avançar na constituinte e continuar a luta do PMDB* constava os seguintes pontos: 1) estimular as forças populares a participar da formulação de um Projeto Nacional, 2) reafirmar o papel do PMDB na transição democrática e se afastar do governo de José Sarney e

⁴⁰ Carlos Ranulfo Felix Melo apresenta as seguintes questões para a migração partidária. “O deputado: a) age sob o imperativo da sobrevivência política ao tomar suas decisões; b) enfrenta um cenário de acentuada incerteza quanto ao futuro de sua carreira política; e c) pode alterar sua trajetória partidária sem maiores custos” (MELO, 2003: 331).

3) chamar a atenção da sociedade e do Congresso para preservar o processo constituinte de forças retrógradas que desejavam controlá-lo (SANCHEZ, 2003: 75).

Nesse contexto, o MUP passa a controlar uma importante *zona de incerteza* que influi em duas áreas relacionadas à elaboração desses documentos. A primeira diz respeito à *comunicação*, uma vez que os documentos produzidos circulavam entre os membros do partido. A segunda é quanto à *gestão das relações com o ambiente*, pois, pelo menos em parte, os temas levantados nas discussões internas eram apresentados na constituinte.

Outro ponto a ser notado é que o MUP forneceu, de certa forma, *incentivos coletivos* já que possuía uma proposta baseada em uma visão de mundo diferenciada. A partir do MUP se solidificou um grupo no interior do PMDB que se opunha ao presidente Sarney sobre essas idéias que eram discutidas em suas reuniões – *ideologia latente*. Também forneceu *incentivos seletivos* já que os nomes de maior destaque continuaram com destaque após a formação do PSDB, ocupando cargos no interior do partido ou concorrendo a postos importantes. Apesar de agregar parlamentares de diversos estados, os paulistas se destacavam como as principais lideranças do movimento.

Este grupo, além realizar suas próprias reuniões, possuía também uma publicação própria onde podiam divulgar suas posições, críticas e, principalmente marcar posição afastando-se do governo Sarney. Desta maneira, o que se pode observar é que o MUP constituía uma *fração partidária* com certa organização, podendo ser caracterizado como um *grupo de programas* e, em certa medida, um *grupo de veto*, já que se posicionava nacionalmente e regionalmente em São Paulo contra o grupo dominante. O grupo, inclusive, sofreu grandes resistências de outros setores mais conservadores do partido, sobretudo o liderado por Orestes Quércia, nome que dominava o diretório estadual (SANCHEZ, 2003).

3.4 Fundação – Motivações Pragmáticas e Ideológicas

O partido foi fundado em 1988 a partir principalmente de uma cisão interna do PMDB. Foi criado dentro do parlamento, de cima para baixo, porque havia um espaço político-ideológico de centro-esquerda não ocupado claramente por nenhum partido existente, diferentemente dos partidos social-democratas europeus nascidos da própria sociedade. Quanto às motivações de sua fundação, pragmática ou ideológica, antes de se excluírem podem se complementar, pois não acreditamos haver sentido puro nas duas motivações. A

ideologia, neste caso entendida como um conjunto idéias ou visão de mundo, não é apenas para encobrir as motivações pragmáticas. Também não podemos acreditar que motivações puramente pragmáticas sejam capazes de dar coesão a um partido. Sobretudo no momento da fundação destacam-se as questões ideológicas, *incentivos* coletivos, que com a *institucionalização* são articulados com os *incentivos seletivos*. Celso Roma (2002) faz ressalvas às motivações ideológicas e apresenta alguns aspectos pragmáticos que impulsionaram a divisão.

Para Roma (2002) são três fatores que devem ser levados em conta para compreender a fundação do PSDB. Primeiramente destaca o pouco espaço político cedido pelo governo Sarney aos políticos que vieram a fundar o PSDB. Figuras de renome e com experiência política foram alijados dos espaços do poder executivo e dos recursos do governo. Esse grupo viu suas oportunidades reduzidas na disputa pelo governo federal que se avizinhava. Além de poucas possibilidades de acesso a pastas ministeriais ou a qualquer outro cargo governamental mais importante.

Os outros dois pontos ligam-se a estratégia eleitoral. Uma vez que esse grupo foi barrado tanto de espaços no governo quando do processo sucessório, a melhor via para atingir seus objetivos seria a fundação de um novo partido. Por seu turno, esse cooptaria, com um discurso de centro-esquerda, uma parcela considerável do eleitorado de centro descontente com o governo Sarney (ROMA, 2002). Vale lembrar que a popularidade do presidente despencava em meio a denúncias de corrupção e após o plano cruzado e outros planos fazerem água.

Outro ponto a ser ressaltado é que apesar de estar fora da disputa interna no PMDB, Mario Covas aparecia com boa aceitação nas pesquisas de intenção de voto. Assim, Roma (2002) explica que a fundação do PSDB pode ser melhor entendida se levarmos em conta o seu caráter pragmático eleitoral.

Na corrente de autores que propõe uma motivação mais ideológica Celso Roma cita Bolívar Lamounier, Maria D'Alva Kinzo e Célia Soiblemann Melhen. Três fatores são apontados por esses autores como motivação da criação do partido. O primeiro deles teria relação com tensões internas na bancada parlamentar do PMDB durante os trabalhos na constituinte. Essas tensões se refeririam, por exemplo, ao sistema de governo, parlamentarista ou presidencialista, e a duração do mandato presidente José Sarney, quatro ou cinco anos. As insatisfações também eram contra forma de condução do governo Sarney. O segundo ponto seria a questão do domínio da ala quercista em São Paulo que disputava espaço dentro da estrutura de oportunidades no partido. E por fim, o terceiro e derradeiro fator seria a

apresentação da candidatura de João Leiva a prefeitura da capital paulista articulada no interior do PMDB com políticos conservadores do PFL e Jânio Quadro, prefeito de São Paulo.

Luiz Carlos Bresser Pereira, um dos fundadores do PSDB, sublinhou o caráter inovador do partido. “Agora no Brasil temos um partido social-democrático moderno, o PSDB.” (BRESSER PEREIRA, 1997: 53). Qualifica-o como um partido de centro-esquerda, entendendo por ser de esquerda, aquele que arriscaria a ordem em nome da justiça e por ser de direita, aquele que dá prioridade à ordem em relação à justiça social. Para aumentar a justiça social o caminho não seria o populismo nem a via neo liberal, mas a social-democracia contemporânea que em nada tem a ver com a defesa do déficit público crônico como a solução para os problemas econômicos. Por isso, o primeiro passo é a reconstrução do Estado⁴¹: fiscalmente forte e capaz (BRESSER PEREIRA, 1997).

As seções que trataram do Cebrap e do MUP, assim como a referência acima à Luiz Carlos Bresser Pereira, são válidas para salientar que havia um grupo que se diferenciava por uma proposta alternativa para o país. Não se tratava de mera cortina de fumaça, mas um entendimento próprio do que deveria ser feito baseado, não apenas em paixões classistas, mas em uma produção acadêmica consistente. As idéias deste grupo conduziram o governo Fernando Henrique. Se não se pode dizer que não houve motivações pragmáticas para a cisão com o PMDB, igualmente não podemos dizer que não havia motivações ideológicas bastante consistentes que podem ser observadas desde a década de 70 com a fundação do Cebrap e consolidadas com o decorrer do tempo.

Voltando aos três pontos que podem no limite impulsionar uma cisão partidária: 1) Estrutura de normas que impeçam a competição; 2) divergências ideológicas; e 3) relação custo benefício eleitoral favorável (LACERDA, 2002). Temos então o seguinte quadro: I) O grupo dissidente contava com pouco espaço no interior da organização; II) existiu divergência de propostas; e III) possibilidades de ganho eleitoral pela existência de um mercado de eleitores descontentes e baixos custos, já que há pouca identificação partidária.

⁴¹ “O debate sobre o alcance do ideal de igualdade não morreu, embora se tenha tornado mais concreto, voltado para problemas de gestão e de eficiência... aqui entra o ideário social-democrata. Se o objetivo é distribuir renda, abandonando as vias radicais, o problema que se coloca é duplo: o da eficiência e da equidade, que devem ser combinados”. (CARDOSO Apud BRESSER PEREIRA, 1997: 60).

3.5 Era FHC e a institucionalização do partido

Nesta seção trataremos do principal personagem do PSDB e do seu processo de institucionalização. Em primeiro lugar, será feito um breve histórico da trajetória de Fernando Henrique Cardoso até a chegada ao Palácio do Planalto. Não se tem a intenção de esmiuçar sua biografia, o que fugiria do propósito deste trabalho, mas, por conta de sua notabilidade e centralidade na história do País nos últimos vinte anos, entendemos dever apresentá-la para introduzir seu governo – Era FHC – e o período de institucionalização do partido.

Fernando Henrique Cardoso deu seu primeiro passo na área política com a fundação do Cebrap, que, como já foi dito, funcionou também como um pólo do pensamento de oposição ao regime militar. Integrou-se ao MDB e em 1974, junto com outros nomes do Cebrap, ajudou a formular o programa do partido para a campanha eleitoral de 1974. Chegou a ser presidente do diretório paulista e foi candidato ao Senado em 1978. No ano de 1982, enquanto lecionava na Universidade da Califórnia, em Berkeley, foi convidado por Robert Bellah para ocupar lá uma vaga permanente, deixada por Jürgen Habermas. Contudo, declinou o convite, pois, com a eleição do senador Franco Montoro ao governo de São Paulo, assumiu o seu posto no Senado (CARDOSO, 2006).

Em 1985, disputou com o ex-presidente Jânio Quadros a prefeitura de São Paulo. Este episódio também contou com movimentos curiosos, que levaram a algumas interpretações sobre a derrota de Fernando Henrique. O primeiro se refere à veiculação de sua suposta condição de “ateu”. O segundo se refere a uma entrevista à revista *Playboy*, na qual, conforme Cardoso (2006), alterando o sentido de uma de suas respostas, foi taxado de “maconheiro”. Por fim, houve o episódio da foto tirada sentado na cadeira de prefeito e publicada no dia das eleições.

No ano seguinte, candidatou-se ao Senado juntamente com Mário Covas e ambos foram eleitos pelo PMDB. Mais tarde, já no PSDB, com o *impeachment* de Fernando Collor e a posse de Itamar Franco, foi convidado a ser ministro das Relações Exteriores e, posteriormente, ministro da Fazenda, quando, junto com técnicos da USP e da PUC-Rio, elaborou o Plano Real, marco decisivo para a história do PSDB. Sua indicação para a candidatura à Presidência da República foi natural. Fernando Henrique Cardoso foi eleito, por duas vezes, em primeiro turno, derrotando, por ampla margem de votos, o candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva.

Uma vez eleito, após uma aproximação com o PFL em uma aliança de São Paulo e Nordeste e o sucesso do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso teve a oportunidade de implantar os projetos partidários desenvolvidos ainda na época das discussões no Cebrap. O cerne deste projeto era o “Desmonte da Era Vargas”, significando não apenas o período do governo de Getúlio, e sim um passado no qual se destaca a presença do Estado como agente responsável pela modernização e pela construção de uma sociedade incapaz de se promover de forma espontânea. A “Era Vargas” caracteriza-se também pela proeminência da esfera política, na qual o ator político que se sobressai não é aquele que atua no limite das regras democráticas, ou aquele que representa os interesses nascidos na sociedade, mas o político que age como o príncipe maquiavélico capaz de conduzir a sociedade à modernização. A partir deste quadro e do projeto de mudança, pode-se afirmar que “Ao governo não interessa apenas a coroação de um novo rei, mas a fundação de um novo regime” (BARBOZA FILHO: 1995, 94).

Em discurso de posse no Senado, Fernando Henrique afirma

Resta um pedaço do nosso passado que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas, ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista.⁴²

Outra declaração em relação à Era Vargas também ilustra o desejo de superação da mesma “que à sua época correspondeu a um grande avanço, mas agora precisa ser reformulada para que o Estado possa atender aos anseios do mundo contemporâneo”⁴³

Ao vencer a eleição presidencial em 1994, Fernando Henrique conduz novamente os paulistas, “os *yankees* brasileiros”, para o poder. Era preciso levar o modelo de desenvolvimento de São Paulo para o resto do país como forma de se consolidar a democracia. Paulistinar o Brasil era a ordem. A sessão paulista do PSDB era a que dominava a maior parte das *zonas de incerteza*. Contava com a *competência* de personagens experientes e com habilidade política. Entretanto, esta zona era a mais dividida entre os outros diretórios, pois contava também com políticos desta espécie. Controlavam principalmente a gestão das relações com o ambiente que definia, não só a política de alianças, como também os temas que deveriam ser levados ao debate. Esta é, conforme Panebianco, a *zona de incerteza* mais importante dentro de uma organização.

⁴² KANDIR, Antônio. Uma Liderança política de novo tipo. **Folha de S Paulo**. 18 dez. 1994. Dinheiro, p. 2

⁴³ FHC diz que lei é fim da Era Vargas. **Folha de S Paulo**. 14 de fevereiro de 2005, Brasil p. 10.

Todavia, o PSDB chegou à Presidência da República com uma aliança com o PFL, partido de feição conservadora e oposta àquilo que se pretendia destruir. Além do PFL, o PTB também participou da coalizão. No entanto este PTB pouco lembra o partido fundado por Getúlio Vargas, deixando este legado trabalhista para o PDT de Leonel Brizola, crítico feroz de FHC. Estas alianças fizeram-se necessárias já nas eleições. Em um sistema multipartidário como o brasileiro a coligação partidária muitas vezes é indispensável. Além de uma possível transferência de votos, as coligações são interessantes devido à distribuição do tempo no horário eleitoral gratuito em rádio e TV. Uma vez ganha a eleição presidencial, seria necessário possuir maioria parlamentar para ter governabilidade e, principalmente, para implantar o projeto tucano, que dependia de maiorias qualificadas para sua aprovação nas questões que dependiam de emendas constitucionais.

Na eleição, o aliado principal foi o PFL, que compôs a chapa com o candidato à vice-presidência. O primeiro nome, o de Luis Eduardo Magalhães, foi rejeitado por setores do PSDB devido a ser filho de Antônio Carlos Magalhães, símbolo do que se pretendia combater. Guilherme Palmeira foi o segundo nome cogitado, mas foi também rejeitado após denúncias de favorecimento de empreiteiras. Por fim, foi aceito o nome do senador pernambucano Marco Maciel, que atuou de forma bastante discreta no período eleitoral e nos seus dois mandatos como vice-presidente da República.

A aliança eleitoral com o PFL sofreu resistências inclusive dentro do PSDB⁴⁴. Em Contagem, na convenção que homologou a candidatura, Fernando Henrique recebeu vaias quando subiu ao palanque ao lado do candidato a vice-presidente⁴⁵. Esta aliança com legendas mais à direita no espectro ideológico posicionou o partido em um campo mais livre no mercado eleitoral, já que Orestes Quécia, do PMDB, enfrentava denúncias de superfaturamento em compras de equipamentos de Israel e o PT ocupava os votos dos eleitores simpáticos à esquerda. Deve-se ressaltar que o maior aliado de Fernando Henrique foi o Plano Real. Em pesquisa DataFolha⁴⁶ o plano apresentava um apoio de 77% do

⁴⁴ “Dezenove diretórios do PSDB da região centro-oeste de São Paulo aprovaram nota manifestando “repúdio e indignação” ao provável acordo do PSDB com o PFL em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso.” NÉRI, Emanuel. Diretórios paulistas repudiam aliança. **Folha de S Paulo**. 7 de abril de 1994, Brasil, p.8. “A aliança entre PSDB e PFL enfrenta problemas em 11 Estados e no Distrito Federal. Praticamente a metade da bancada do PSDB na Câmara também reage ao acordo. Os maiores focos de resistência ocorrem na Bahia e em Santa Catarina.” NÉRI, Emanuel. Candidato tenta controlar rebeldia dentro do PSDB. **Folha de S Paulo**. 13 de Abril de 1994. Brasil, p. 10.

⁴⁵ NÉRI, Emanuel ; MUZZI, Inácio; RIBEIRO, Amaury. FHC é vaiado e muda discurso **Folha de S Paulo**. 15 de Maio de 1994. Brasil, p. 10.

⁴⁶ 77% APÓIAM o plano de estabilização. **Folha de S Paulo**. 18 de Setembro de 1994. Brasil, p. 10.

eleitorado. A coligação com o PFL estava muito mais apontada para uma futura coalizão no governo⁴⁷.

Já no governo, o PSDB distribuiu as cadeiras ministeriais entre os partidos que compunham sua aliança eleitoral e entre os partidos que vieram se somar à coalizão governamental. PSDB, PFL, PMDB, PTB e PPB formaram o grupo de sustentação do governo, que teve grande maioria no congresso e pode aprovar um número substancial de projetos de lei originários do Poder Executivo⁴⁸. Vale ressaltar que, em 1995, 7 dos 18 ministérios estavam em mãos de ministros sem filiação partidária. Entre estes nomes estavam Pedro Malan, Pedro Parente e Martus Tavares. Este fato revela a preocupação em escolher técnicos para determinadas áreas do governo, como a econômica, considerada a mais importante.

Esta aproximação com setores mais à direita do espectro ideológico ilustra dois processos: o *trade-off* e o processo de institucionalização partidária abordado por Panebianco. O primeiro refere-se ao dilema que determinados partidos reformadores atravessam. A questão está em permanecer com um grupo fiel de eleitores que se identificam com o partido, mas são insuficientes para vencer uma eleição majoritária em dois turnos, ou tentar ampliar sua base de apoio deixando de lado algumas de suas inspirações iniciais e se dirigindo para outros grupos, com o risco de perder identidade e o apoio do grupo original.

O segundo processo se assemelha ao primeiro, mas aborda outros pontos. Assim como discutimos no capítulo anterior, entendemos por institucionalização: a passagem de um período no qual a organização se consolida, partindo de uma fluidez estrutural para um momento de estabilidade de interesses e de lealdades organizativas.

Primeiramente a passagem de um momento no qual o objetivo é a causa comum para o momento em que o objetivo principal é a sobrevivência da instituição e o equilíbrio de interesses, lembrando que se trata de uma articulação dos fins e não uma substituição total. O momento inicial vai da fundação do partido até sua ascensão ao governo federal, quando o

⁴⁷ Em encontro com artistas, quando questionado a respeito da aliança com o PFL, Fernando Henrique afirmou que sairia muito mais caro se deixasse para fazer a aliança após ganhar a eleição (Idem). Esta afirmação expõe o lado fisiológico do PFL, elemento que foi um dos impulsos para a saída do PMDB do grupo que veio a formar o PSDB.

⁴⁸ Quanto a distribuição de cargos ministeriais no ano de 1995 foi a seguinte: PSDB, ministérios 5, orçamento realizado 13%, cadeiras na câmara 14 no senado 19; PFL, ministérios 3, orçamento realizado 48%, cadeiras na câmara 18, cadeiras no senado 22; PMDB, ministérios 2, orçamento realizado 5%, cadeiras na câmara 20, cadeiras no senado 23; PTB, ministérios 1, orçamento realizado 4%, cadeiras na câmara 6, cadeiras no senado 5; Sem partido, ministérios 7, orçamento realizado 30%. Estes dados excluem os ministérios militares (MENEQUELLO apud FIGUEIREDO, LIMONGI, VALENTE: 2000). Com relação a média mensal de leis sancionadas por tipo e origem no primeiro governo FHC temos a seguinte distribuição: Executivo, 13.5; Orçamentárias, 7.9; MPs, 2.6; outras leis 2.8; Legislativo, 2.9. Quanto aos projetos de lei apresentados pelo executivo o sucesso foi de 71% (FIGUEIREDO, LIMONGI, VALENTE: 2000).

grupo se articula com uma ideologia manifesta e por uma causa comum que uniu os dissidentes do PMDB em desacordo com as práticas do governo Sarney. Com a institucionalização, o objetivo principal é a sobrevivência da organização, o que quase levou o partido a apoiar o governo Collor. Este objetivo fez com que a aliança com o PFL se tornasse uma realidade.

Um segundo elemento que sofre alterações com o processo de institucionalização é a passagem dos incentivos coletivos para os incentivos seletivos, ponto intimamente relacionado ao elemento anterior. Os *incentivos coletivos* são oferecidos em forma de uma ideologia ou projeto que identifique os membros da organização em torno de algo comum. Os *incentivos seletivos* são distribuídos individualmente e são usados para manter a coesão do partido. Este último se configura com a distribuição de cargos dentro e fora da organização, podendo ser inclusive a indicação para concorrer nas eleições. Quando FHC foi eleito, distribuiu ministérios e cargos de confiança entre o PSDB e seus aliados conforme já foi mencionado anteriormente.

O terceiro ponto que destacamos refere-se à estratégia em relação ao ambiente: controle ou adaptação, e também se articula com o primeiro. A questão da dominação tem a ver, como já foi dito, com a idéia da “paulistinização” do Brasil ou mesmo com um “choque de capitalismo”, conforme expressão de Mário Covas. Já no poder, a realidade está mais próxima à adaptação ao ambiente, muitas vezes hostil a essas mudanças, e à necessidade de barganhar com seus aliados para implementar seu projeto.

Durante o governo Fernando Henrique, como foi dito, a ala paulista dominou a organização, eram eles que formavam a *coalizão dominante*. Outras seções importantes do partido foram, até certo ponto, alijadas desta coalizão. É bem verdade que Aécio Neves, em seu último mandato de deputado, ocupou o cargo de líder do partido na Câmara e de presidente da casa. Entretanto, estes são cargos políticos. Não se envolvem com questões administrativas. Além do que contrariou interesses da cúpula partidária que tinha outros nomes para tais cargos.

O que nos interessa nesta pesquisa é entender como a disputa por poder na *estrutura de oportunidades* dentro do PSDB, ou seja, a competição pelas *zonas de incerteza* para se tornar a *coalizão dominante*, articula-se com o tema da mineiridade que é instrumentalizada politicamente ganhando um contorno de ideologia que cumpre determinadas funções.

3.6 A Mineiridade presente no discurso

Conforme Arruda, a *mitologia da mineiridade* quando é articulada pelos políticos assume uma dimensão ideológica. Esta dimensão, por sua vez, possui três funções principais: criar unidade em torno da elite por meio de uma identidade comum; legitimar a dominação; e posicionar o estado, ou sua elite, frente ao restante do país (DULCI, 1984).

De forma geral, três elementos estão presentes na maior partes dos discursos dos políticos mineiros, inclusive nas campanhas publicitárias. Estes elementos se alinham com a forma com que a mineiridade é articulada, como trabalhado por Maria Arminda Arruda, e sua instrumentalização dando contornos ideológicos ao tema (ÂNGELO, 2005)⁴⁹. O primeiro elemento é a referência histórica, ao passado de Minas. Conforme Arruda, o passado é a fonte principal da construção da identidade mineira, onde se busca não de forma aleatória, mas intencional, os elementos que podem colaborar de forma positiva para os fins desejados – a história trabalhada não como ciência, mas como depósito de instrumentos úteis. O segundo elemento refere-se à caracterização do mineiro como um cidadão político, amante da liberdade, conciliador, etc., visando visam criar identidade e empatia entre o político e seu público. Por fim, o terceiro elemento presente é o que procura posicionar Minas Gerais em lugar de destaque com relação ao resto do país, “a missão de Minas”. Os dois últimos elementos estão diretamente ligados às três principais funções ideológicas da mineiridade, conforme Otávio Dulci. Segue trechos do discurso de posse do segundo mandato do governador Aécio Neves.

(...) Antes, peço licença para destacar este momento simbólico e o rito que se dá nesta Assembléia Legislativa, criada pelo Ato Adicional e reunida pela primeira vez em 1836. A Assembléia de Minas, senhoras e senhores, é mais do que contam os documentos oficiais.

Esta casa, ao formalizar-se, deu prosseguimento histórico a uma prática natural da nossa gente. Nesta Província, cujos ocupantes desconhecerao deveres feudais, sempre fizemos política.

O sal de nosso batismo, como povo, teve o sabor da liberdade. Não fomos educados para a dócil aceitação do despotismo, mas, sim, instruídos pelas vicissitudes a encontrar a paz no diálogo entre iguais. Por isso, sempre nos rebelamos contra a opressão da metrópole, e a

⁴⁹ Neste artigo o autor trabalha com o uso da linguagem na construção da identidade. Nele utiliza dois discursos de Aécio Neves – o discurso de posse do primeiro mandato e outro proferido em Diamantina, no Dia de Minas – para verificar este uso da linguagem pelo político mineiro.

ela nunca nos curvamos. Houve quem nos acusasse no passado, e há ainda quem nos acuse hoje, de dar demasiada importância à política.

(...) Assim, sem que se necessitem tratados extensos para definir os mineiros, somos aqui, dos povoados mais pobres às cidades mais prósperas e cultas, seres políticos.

O fato de que nem todos participem diretamente do governo, sob o mandato do povo ou no serviço permanente da administração, não os faz diferentes em nossa peculiar humanidade.

Em Minas sonhamos a política, não a política pela política apenas. Mas a política que é instrumento de transformação e avanço.

(...) Os atos de rebeldia serviam, ao mesmo tempo, para manter acesos os ideais que marcaram a Guerra dos Emboabas e Filipe dos Santos, até que declarássemos a nossa independência no martírio de Tiradentes.

A partir de abril de 1792 já éramos, em nossa alma e em nossa inteligência uma pátria, embora ainda permanecesse o status colonial até a separação formal de 1822.

(...) Senhoras e senhores, sempre nos preocupamos com o Brasil como um todo. Não nos arrogamos o monopólio do sentimento da Pátria. Mas nos orgulhamos de nosso profundo sentimento de fraternidade e solidariedade para com todos os brasileiros.

Brasileiros que, neste vasto território, trabalham quotidianamente, enfrentam as contingências adversas da vida, e não perdem o ânimo em seu esforço permanente para construir uma grande e poderosa nação. Minas, senhoras e senhores, jamais faltará ao Brasil, naquilo que realmente interessa à construção do nosso futuro comum.

Da mesma forma com que sempre seremos solidários ao país no enfrentamento dos graves problemas coletivos, em especial no campo social, Minas também saberá sempre cobrar responsabilidades e decisões pautadas pelo compromisso com o bem comum. (grifos nossos).⁵⁰

O trecho citado é bastante longo, mas, é exemplar quanto ao uso do discurso da mineiridade, pois nele encontramos todos os três elementos presentes nos discursos dos políticos mineiros. Os trechos destacados podem tornar mais visíveis estes elementos. As referências históricas são várias. Inclusive a íntegra do discurso ainda trás diversos nomes, como Teófilo Ottoni, João Pinheiro, Cesário Alvim, Francisco Salles, Juscelino Kubitschek, e outros. Também se vê presente a qualificação do mineiro como um homem político e a exaltação da política como meio de se fazer o bem. Por fim, o discurso faz menção à posição e importância de Minas para o restante do Brasil.

Este tipo de fala é então uma espécie de arma dos políticos mineiros. Por ela estabelecem homogeneidade no seu grupo, legitimam sua dominação e melhor se posicionam

⁵⁰ Acompanhe a íntegra do discurso de posse do governador Aécio Neves. **Folha Online**. 1 de jan. 2007. <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u88214.shtml>> acessado em 05/05/2007.

em relação às outras elites. E é por ela que a seção mineira do PSDB, sob o comando de Aécio Neves, disputa o espaço no partido. O discurso citado acima está mais dirigido ao público em geral do que propriamente ao interior do partido. Assim, pode servir muito mais às duas primeiras funções pela ideologia. Entretanto, quando fala da missão de Minas – “Minas, senhoras e senhores, jamais faltará ao Brasil” – não deixa de cumprir a terceira função.

É por meio do discurso da mineiridade que o PSDB de Minas Gerais, sobretudo Aécio Neves, procura se diferenciar e se colocar como alternativa ao comando paulista dentro do partido. Esta pressão, inclusive, nas eleições presidenciais de 2006, teve reflexos na escolha de Geraldo Alckmin e de seu posicionamento na campanha⁵¹. Ainda com relação à questão do domínio paulista, Aécio propôs a indicação do nome do senador Sérgio Guerra (PE), para a presidência do partido, como uma tentativa de nacionalizar o PSDB, dividindo as *zonas de incerteza* entre as outras seções⁵².

A questão da mineiridade também se apresenta como um trunfo para a sucessão presidencial contra a hegemonia – até 2010 seriam 16 anos com paulistas na Presidência da República – neste momento e quando os políticos mineiros costumam levantar a bandeira, muito difundida, de Minas como o estado que guia o restante do País em momentos difíceis. Esta alternativa atrai aliados de outros estados e outros partidos, como Pedro Simon do PMDB gaúcho⁵³.

⁵¹ “O paulista Geraldo Alckmin quer reduzir a hegemonia de São Paulo em sua campanha, dentro do PSDB e, se eleito para a Presidência, no governo federal. A idéia não é mero capricho do candidato tucano, mas uma decisão política de longo prazo, dizem seus aliados. Há um mês ele ouviu do triunvirato que coordenava a escolha do candidato tucano que seu eventual governo não poderia ser uma extensão de São Paulo, mas, ao contrário, deveria reduzir as distâncias do poderio político-econômico paulista para os outros estados. Alckmin apreendeu a lição e a amplificou: quer “despaulistizar” a campanha, o partido e, se ganhar a eleição, o governo. Os conselhos nesse sentido vieram principalmente do governador Aécio Neves (MG) e do senador Tasso Jereissati (CE), de estados que se dizem pressionados pela hegemonia paulista. Na campanha, Alckmin vai prestigiar aliados, tucanos ou não, de outros estados, para estimular a eleição de uma base parlamentar aliada pelo País. O seu escritório central de campanha será em Brasília.” MARCHI, Carlos. Pré-Candidato quer “despaulistizar” o País. **O Estado de São Paulo**. 26 de março de 2006.< <http://www.estado.com.br/editorias/2006/03/26/pol73608.xml>> acesso em 28 mai. 2007.

⁵² “Ao mesmo tempo em que o PSDB realizava em Brasília mais uma etapa da série de encontros preparatórios para o congresso nacional do partido, marcado para 22 de novembro, o governador Aécio Neves se reuniu ontem em Belo Horizonte com o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) para discutir a sucessão na legenda. Aécio defende a indicação de Guerra, como forma de tentar retirar dos tucanos paulistas o poder que detêm sobre a legenda. “Para ter um projeto nacional, o PSDB precisa ser um partido nacional”, afirmou o governador.” AUGUSTO, Leonardo. Aécio Articula Revezamento. **Estado de Minas**. 11 de setembro de 2007. Política, p. 6.

⁵³ “Aécio ganhou ontem um aliado – não tucano – na disputa que poderá ser trava da dentro do partido pela indicação do próximo candidato da legenda à Presidência da República. O senador Pedro Simon (PMDB-RS), que também esteve no Palácio da Liberdade, afirmou que o governador de São Paulo, José Serra, um dos presidentes do PSDB, tem como problema o fato de ser paulista. Simon lembrou que, em 2010, o estado terá completado 16 anos no planalto. ‘Há desejo de alteração nesse quadro. ‘ Questionado se o Brasil teria se cansado de São Paulo, o senador gaúcho afirmou que o ‘o estado é tão rico que nós é que temos que nos adaptar a ele.

Assim, a mineiridade serve como uma espécie de *incentivo coletivo*. A fração mineira, mais personalista, apóia-se na figura de Aécio Neves, neto de Tancredo, grande articulador do tema da mineiridade. Contudo, não se apóia exclusivamente na figura, mas no que ele representa. A mineiridade, porém, não é suficiente para a conquista de todos os objetivos da fração mineira. Cumpre bem o papel em Minas com as elites e com os eleitores; também funciona para se contrapor a São Paulo, conquistando simpatia de outros estados, mas pode não ser tão eficiente em sua luta pelo controle das *zonas de incerteza* se não estiver articulada com outras questões. Deve se “paulistinizar” também. Esse processo é feito pela tomada do discurso da eficiência administrativa.

3.7 Discurso da eficiência

Um outro ponto vem ocupando, e concorrendo com o tema da mineiridade, o discurso de Aécio Neves desde sua posse no Palácio da Liberdade em 2003: a eficiência administrativa. No dia 3 de janeiro de 2003, o jornal *Estado de Minas* trazia a seguinte manchete: “Aécio busca projeção nacional; Governador escolhe ex-ministros e técnicos renomados para comandar áreas estratégicas, especialmente em setores vitais como finanças, planejamento e desenvolvimento urbano”. Dos quinze cargos, nove foram ocupados por secretários que ocuparam postos importante no governo federal⁵⁴.

Quase dois anos após sua posse, Aécio Neves divulga na imprensa o equilíbrio entre despesas e receita no estado. Em 22 de novembro de 2004, foi anunciado o *Déficit zero*⁵⁵ nas

Mas a questão é de racionalidade. São Paulo vai entender que tem que haver alternância". AUGUSTO, Leonardo. Aécio Articula Revezamento. **Estado de Minas**. 11 de setembro de 2007, Política, p.6.

⁵⁴ Entre alguns nomes citados na reportagem estão: Na secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável foi ocupada por José Carlos Carvalho, ex-ministro do Meio Ambiente no Governo Fernando Henrique. Luiz Roberto Nascimento Silva, secretário da Cultura foi ministro da mesma pasta no governo Itamar. Danilo de Castro foi presidente da Caixa Econômica Federal. Wilson Brumer, que foi presidente da Companhia Vale do Rio Doce, passou a ocupar a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Antônio Augusto Anastásia, hoje vice-governador, ficou a frente da Secretaria de Planejamento e Gestão, foi também responsável pela campanha de Aécio e pela reforma administrativa. Outros nomes que não estão na reportagem: Fuad Jorge Noman Filho nomeado Secretário da Fazenda, ex-secretário-executivo-adjunto do Ministério da Fazenda e ex-presidente da BrasilPrev; além do “Conselho de Notáveis”, quadro sem remuneração que assessoria o governador na produção de políticas públicas em áreas como tributária, cidadania, economia e relações internacionais (VASCO, 2005).

⁵⁵ “O governador Aécio Neves (PSDB) disse que, em outubro ou novembro, o déficit nas contas do Estado chegará a zero. O anúncio foi feito ontem, na festa de inauguração da nova sede do PSDB de Minas, que reuniu líderes nacionais tucanos, como o presidente do partido, José Serra. A notícia do déficit zero serviu de exemplo para comparações entre administrações do PSDB e do PT, que foram atônica do evento.” BANDEIRA, Ricardo; SILVA, Luiz Castro. Aécio Anuncia Déficit zero. **Estado de Minas**. 8 de maio de 2004. Política, p. 6.

contas do estado, que em janeiro de 2003 era de 2,4 bilhões de Reais. Além do ajuste fiscal, também foi anunciada a adequação dos gastos com folha de pagamento, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece um limite de 60% da receita líquida corrente. Dentre as medidas tomadas estavam, entre outras: diminuição do número de secretarias, corte de 3 mil cargos de confiança, auditorias no sistema de dados, instituição do pregão eletrônico e ações para o aumento da receita sem o aumento da carga tributária⁵⁶.

Recentemente, o diretório mineiro lançou um documento intitulado *Novos Conceitos de Gestão Pública; o PSDB em Minas*. Este documento pretende ser, como afirma Nácio Rodrigues, presidente do diretório estadual, uma espécie de “cartilha” para os outros gestores tucanos, inclusive para José Serra, governador de São Paulo.

O modelo de gestão do PSDB começou a ser estabelecido antes mesmo do partido existir, quando um de seus criadores, o governador Franco Montoro, lançou as bases da descentralização administrativa como princípio de gestão no eficiente governo que fez em São Paulo a partir de 1983. (...) Esse “modelo de gestão” tem servido de cartilha norteadora dos atuais governos tucanos de Aécio Neves em Minas Gerais (como mostra o relatório a seguir), de José Serra em São Paulo, de Yeda Crusius no Rio Grande do Sul, de Teotônio Vilela em Alagoas. Num tempo em que o País se debate para a superação da crise moral e em que o Governo Lula traduz, na sua ineficiência e na partidarização do Estado, a sua incapacidade gerencial, se acentua – na sociedade – a cobrança em torno de uma gestão pública mais eficiente.(PSDB, 2007)

O documento mostra o que foi o “choque de gestão” implementado pelo governo Aécio Neves e trás propostas para uma gestão eficiente. Ainda quanto ao choque de gestão, permanecerá no discurso do governo mineiro, pois já chegou a anunciar a “segunda geração” do referido choque, que será administrado pelo vice-governador Antônio Augusto Anastásia⁵⁷.

É uma tentativa de se controlar uma das zonas de incerteza, a mais importante, a gestão das relações com o ambiente, uma vez que trás, para dentro do partido, temas que devem ser discutidos. Outro ponto que deve ser levado em conta é quanto à organização da

⁵⁶ BANDEIRA, Ricardo. Minas reduz déficit a zero. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 5, 23 de nov. 2004. política, p. 5.

⁵⁷ “O governo mineiro prepara um novo choque de gestão, batizado de ‘2ª geração’. Todo o gerenciamento administrativo ficará a cargo do vice-governador Antonio Augusto Anastasia. O foco primordial é a melhora da qualidade de gestão pública. “Não basta ter o dinheiro e fazer. Tem de fazer bem e barato. Quanto mais fizermos isso, mais a população sentirá no seu cotidiano o efeito positivo do equilíbrio fiscal”, disse Anastasia ao Estado” AÉCIO diz estas a disposição de Lula para diálogo permanente. **O Estado de S Paulo**. 2 de Janeiro de 2007.

fração mineira já que um dos elementos que devem ser observados são as publicações das frações independentes do partido.

Independente da validade dos dados fornecidos, dos meios empregados, dos resultados obtidos, o que importa para nossa discussão é o discurso. Ou seja, o presente trabalho não está voltado para análise dos dados apresentados a fim de comprovar, ou não, sua legitimidade. Também não é nossa intenção investigar um possível “controle” de órgãos da imprensa por parte do governo estadual. Até porque, como foi abordado no primeiro capítulo, idéias aparentemente falsas podem ganhar credibilidade e exercer seu papel ideológico.

Este discurso da *eficiência administrativa*⁵⁸ cumpre alguns papéis muito importantes na disputa pelo poder dentro e fora do partido. O que se pode perceber neste quadro é a apropriação por parte do PSDB mineiro, sobretudo por Aécio Neves, de um discurso originalmente paulista, de quando Franco Montoro assume o governo de São Paulo em 1983, aprofundado por Mário Covas, Geraldo Alckmin e Fernando Henrique Cardoso. Este discurso é aproveitado pelo governador em diversos momentos, sobretudo quando o lugar e a platéia estão abertos para ouvi-lo, como em reunião com 80 empresários em São Paulo, na sede da Associação Brasileira de Infra-estrutura e Indústria de Base (Abdib):

Em território do outro potencial candidato do seu partido à sucessão presidencial de 2010, o governador José Serra, Aécio aproveitou para vender o seu peixe a cerca de 80 empresários. Falou sobre os resultados alcançados com o principal trunfo de seu governo, o chamado choque de gestão, e destacou as parcerias público-privadas iniciadas no estado. “Somos hoje um laboratório de gestão pública no Brasil, o que tem permitido que o setor privado tenha interesse em participar conosco e complementar investimentos que o estado solitariamente jamais teria condições de fazer. Acho que vim demonstrar aqui, hoje, que é possível, com o estado enxuto e organizado, não um estado inchado e oneroso, avançar na construção de parcerias”, afirmou⁵⁹.

Desta maneira, o PSDB de Minas Gerais torna-se mais próximo do PSDB de São Paulo, diminuindo a desconfiança e a resistência da fração paulista em relação à seção mineira. Então, o discurso da eficiência não deixa de ser também um discurso ideológico, visando fortalecer o nome de Aécio Neves como candidato à Presidência da República pelo PSDB. O discurso da eficiência administrativa passa assim a concorrer sem encontrar

⁵⁸ Este discurso aparece também como um contraponto à atual administração do governo Lula, retratado pelo PSDB perdulário e ineficiente.

⁵⁹ CIPRIANI, Juliana. Aécio cisca no terreiro de Serra. **Estado de Minas**. 16 de agosto de 2007. Política, p. 7.

incoerências com o discurso da mineiridade, e o tucanato mineiro pode ser mais “mineiro” ou mais “paulista” conforme sua conveniência.

3.8 PSDB e PT e a conciliação

Conforme afirma Rubem Barboza Filho (1995), PT e PSDB têm muito mais afinidades do que eles mesmos reconhecem. Entretanto estão constantemente em oposição, um elegendo o outro como maior adversário, tornando uma possível aliança entre os dois principais partidos de propostas uma realidade difícil de se constituir.

Nas eleições para governador de São Paulo, em 1998, o candidato tucano Mário Covas tentou uma aproximação com o PT buscando seu apoio para concorrer no segundo turno contra Paulo Maluf, inimigo comum. Em reunião do diretório estadual ficou estabelecido que os membros do partido estavam livres para apoiar quem quisessem. O senador Eduardo Suplicy, então marido da candidata derrotada, chegou inclusive a declarar seu voto em Covas. Já Marta preferiu não declarar apoio ao candidato tucano. Ainda nesta eleição, os candidatos a governador Marconi Perillo (PSDB-GO) e Cristovam Buarque (PT-DF) formalizaram uma aliança contra o PMDB dos seus respectivos adversários: Íris Rezende e Joaquim Roriz. Nas últimas eleições para governador de São Paulo, em 1994, o apoio petista foi dado a Covas contra Francisco Rossi⁶⁰. Entretanto, apesar da vitória na eleição presidencial, o PSDB ainda tinha a imagem do simpático segundo partido de preferência. No decorrer da história e das intensas disputas no cenário nacional, que se refletiam com bastante força no cenário estadual, uma aproximação com o PT ficou cada vez mais distante.

Já em Minas, a expressão “Lulécio” foi usada para designar um apoio velado entre Lula e Aécio em suas disputas para reeleição, envolvendo o grupo de políticos que apóiam os dois candidatos⁶¹. Um exemplo da afinidade dos dois personagens foi dada na inauguração de

⁶⁰ “Luiz Inácio Lula da Silva (PT), candidato à Presidência virtualmente derrotado, defende que o PT apóie a candidatura de Mario Covas (PSDB) ao governo do Estado de São Paulo. Ontem, ele afirmou que o partido deve levar em conta o passado do tucano e de seu adversário, Francisco Rossi (PDT), para definir quem apoiar. Ele se declarou amigo do senador do PSDB.” MARTINS, Américo; KRIEGER, Gustavo ; ALVES, Carlos Eduardo. Lula defende apoio à Covas. **Folha de S Paulo**. 8 de outubro de 1994. Caderno Especial, p. 2.

⁶¹ Já há inclusive a expressão “Fernandécio” para a união do prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel e o governador. “Pode não sair do PT o candidato do prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, à sua sucessão em 2008. Uma grande articulação, ainda muito discreta e reservada aos mais altos círculos da política mineira, prevê fazer da eleição municipal um trampolim para a disputa presidencial e estadual de 2010. Depois do Lulécio, vem aí o Fernandécio. A idéia é já mostrar ao resto do país, dois anos antes da briga pelo Palácio do

um trecho da duplicação da avenida Antônio Carlos, em junho de 2007, em Belo Horizonte. Na ocasião, não faltaram palavras amigáveis entre os dois. Em alguns momentos Lula destacou a “forma mineira” de se fazer política. “Essa história de que o mineiro por si só é um ser político conciliador é uma conquista de Minas”, “Não acho que seja a conciliação pela conciliação, é porque prevalece a inteligência”, “Aprendi com os companheiros mineiros que Minas faz uma política diferenciada” e para terminar “Mesmo as brigas dentro do PT aqui são diferentes de outros lugares do Brasil.”⁶².

Nas últimas eleições, Aécio Neves apoiou apenas timidamente o candidato tucano à presidência. O apoio mais expressivo só veio quando a eleição já estava praticamente definida para o lado de Lula. Por sua vez, o PT em Minas lançou o nome de Nilmário Miranda ao governo, candidato com pouca expressão eleitoral. Walfrido dos Mares Guia, PTB, ministro do governo Lula, declarou após a eleição de Aécio:

Uma razão forte do voto em Aécio, além de reconhecer o seu governo, foi que ele poderia vir a ser o presidente da República representando Minas em 2010. Há um sentimento nacional, passando por Minas, para que tenhamos candidato. É preciso recuperarmos o espaço político no país, porque São Paulo acumula poder econômico e político⁶³.

Aécio Neves inclusive já declarou uma possível aproximação entre PT e PSDB a médio e longo prazo. Além disso, afirmou que a aliança com o DEM não é “uma camisa de força”. Aécio se diz um “construtor de pontes”⁶⁴.

Nestas circunstâncias, entra em ação novamente o tema da mineiridade. E a conciliação, se não a principal, uma das mais importantes qualidades atribuídas ao mineiro de forma geral. Esse tema foi amplamente trabalhado por Tancredo no período da redemocratização. Mais recentemente, Aécio Neves vem cada vez mais assumindo a posição de conciliador e instrumentalizando a seu favor este tema. Apoiar Lula e Aécio ao mesmo tempo, portanto, não parece ser uma grande contradição em Minas e não causa perdas políticas. Pelo contrário, parece ajudar tanto um nome quanto outro.

Planalto, que Minas Gerais vai sair coesa e unida. É claro que os atores envolvidos não vão admitir, com tanta antecedência, a negociação em curso. Mas é certo que a idéia, se prosperar, pode ditar os rumos da história nacional.” ALMEIDA, Baptista Chagas. Depois do Lulécio e a vez do Fernandécio. **Estado de Minas**. 12 de novembro de 2006. Política, Em dia com a política, p. 2.

⁶² LULA vai a Minas e faz elogios a Aécio. **O Estado de S Paulo**, 22 de Junho de 2007.

⁶³ MAAKAROUN, Bertha. Reação à hegemonia paulista. **Estado de Minas**. 7 de outubro de 2006. Política, p.

6.

⁶⁴ MUNARI, Carmen. Aécio Neves projeta aliança entre PSDB e PT no médio prazo **O Estado de S Paulo**, 15 de Agosto de 2007. <http://www.estadao.com.br/nacional/not_nac35296,0.htm>. Acesso em 16 ago. 2007.

CONCLUSÃO

Fundado em 1989, o PSDB surgiu de uma fração do PMDB. Neste ponto deve-se ressaltar que tanto motivações ideológicas quanto pragmáticas devem ser levadas em consideração. A falta de espaço no interior do partido, somada ao baixo custo eleitoral, e as divergências de idéias podem, no limite, caminhar para uma cisão partidária. A disputa na *estrutura de oportunidades* pelo controle das *zonas de incertezas* é o que dará à fração vitoriosa o título de *coalizão dominante*. No momento da fundação do partido, a fração que decidiu se separar do PMDB se encontrava com pouco espaço no interior da organização – as *zonas de incerteza*, em São Paulo, estavam sob o domínio da ala quercista – e também gozavam de pouco espaço no governo Sarney. Havia também um desacordo de idéias. Este grupo já apresentava um componente acadêmico com origens nos trabalhos realizados no Cebrap desde a década de setenta. Quanto aos custos e benefício eleitorais da cisão, o quadro era o seguinte: o sistema partidário-eleitoral brasileiro, que vinha se consolidando, foi interrompido pelo Golpe de 64 por meio do Ato Institucional nº 2, o qual estabeleceu o bipartidarismo, que durou até 1979, quando se restabeleceu a liberdade de formação partidária. O período entre 1964 e 1979 fez com que as identidades partidárias se dissolvessem. Nos primeiros anos após 1979, O PMDB era o que gozava de maior identificação, tanto pela herança do MDB quanto pelo sucesso inicial do Plano Cruzado, elegendo quase todos os governadores em 1986. Esta identificação, entretanto, perdeu força com o fracasso do plano de estabilização e com a fundação do PT. Assim, no momento da fundação, o PSDB percebeu uma demanda no mercado eleitoral que não se identificava com o PT, mais à esquerda, não se identificava mais com o PMDB e estava insatisfeito com os rumos tomados pelo governo Sarney.

Ao ascender ao poder com Fernando Henrique Cardoso impulsionado pelo Plano Real – após o convite de um mineiro para ocupar a pasta do Ministério da Fazenda – pode-se implantar o projeto do PSDB paulista para o Brasil. Este projeto já era articulado desde os tempos do Cebrap, na década de setenta, e amadurecido na década de 80, no MUP e nos trabalhos da Constituinte. O projeto: destruir a Era Vargas e “paulistinizar” como sinônimos de modernização.

FHC leva a cúpula paulista, sobretudo a USP, e alguns membros da PUC-Rio para comandar as pastas mais importantes de seu governo, nas áreas econômicas. Ficaram de lado

outros estados importantes, como Minas Gerais, segundo maior colégio eleitoral do país e o terceiro maior PIB. Ou seja, a *coalizão dominante*, composta especialmente pela seção paulista, dominava as possibilidades de distribuição dos *incentivos coletivos e seletivos*.

Para o nosso interesse, o PSDB, o quadro que vem se desenhando nos últimos anos é o seguinte: após vencer duas eleições presidenciais seguidas, em primeiro turno, o partido amargou duas derrotas para seu principal oponente, o PT. Antes disso, Fernando Henrique deixou o governo com baixos índices de aprovação, fato que colaborou para não conseguir fazer o seu sucessor. Além da derrota eleitoral, o partido perdeu seu discurso e seu principal trunfo capaz de angariar votos, a estabilidade econômica, assumida pelo governo Lula. Desta maneira, os conflitos internos no partido ganharam outra dimensão. A *coalizão dominante*, composta majoritariamente pela ala paulista, tem sua capacidade de manter vivo o partido, seu objetivo principal na terceira fase do processo de institucionalização, e propor novas idéias como objetivo comum, predominante na primeira fase, que se articula, e não é substituído, por inteiro, pelo objetivo da terceira fase, colocada em dúvida. Isto acontece pelo fato da perda do principal discurso e dos *incentivos seletivos* a serem distribuídos, por não estar mais no comando da máquina estatal. Quanto ao mercado eleitoral, o primeiro fato se reflete na perda circunstancial de um eleitorado mais informado, enquanto o segundo se reflete na perda também circunstancial de um eleitorado mais sensível a ações assistencialistas por parte do governo.

Uma outra questão se refere ao longo período de permanência dos paulistas no governo federal – entendendo que Lula, natural de Pernambuco, teve toda a sua trajetória política construída em São Paulo, sobretudo no mundo de um mercado dinâmico, e por isso pode ser entendido como “paulista”, inclusive pelos homens fortes de seu governo (Antonio Palocci, José Dirceu, Luiz Gushiken), à exceção de Luiz Dulci – que em 2010 completarão 16 anos de hegemonia. Soma-se a hegemonia política de São Paulo ao fato de ser o estado mais rico da federação. Esta soma acentua o desequilíbrio federativo que satura os outros estados e desgasta a imagem dos políticos paulistas. Então, ganham força, cada vez mais, nomes que podem fazer frente aos paulistas no cenário nacional e no interior do partido. Entre outros, o mineiro Aécio Neves é um dos principais nomes da lista de presenciáveis.

Assim, na disputa pelo controle das zonas de incerteza, na estrutura de oportunidades para se constituir como a coalizão dominante, a mineiridade cumpre um importante papel. Dos três papéis básicos desempenhados pela mineiridade como ideologia, destacados por Otávio Dulci, temos no PSDB o seguinte panorama: primeiro com relação à primeira função, que é conferir homogeneidade e coesão na elite política. Neste ponto, a mineiridade funciona

também como um incentivo coletivo, algo que oferece uma identificação a determinado grupo e pode, inclusive, ser uma espécie de orientação de conduta, uma vez que se caracteriza o político mineiro atribuindo-lhe qualidades como a prudência e a conciliação. Esta identidade, como nas tradições inventadas, serve para inculcar certos valores e formas de conduta a certo aglomerado de atores. Desta maneira, qualidades como a conciliação irá atuar, no interior do estado, com a possibilidade de se estabelecer apoio mútuo entre rivais no cenário nacional, como com o presidente Lula e o prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel. Ao falar de conciliação, devemos fazer uma menção ao conceito de *Racionalidade política contextual*, que reflete uma característica do sistema partidário-eleitoral brasileiro, uma relativa baixa identificação partidária, permitindo que os partidos políticos, para maximizarem seus ganhos, montem suas estruturas partidárias levando a dois efeitos: *centrifugo* e *centrípeto*. Esses efeitos impedem que instâncias diferentes, nacional, estadual e municipal, busquem estratégias diferentes. O caso de destaque é o fenômeno “Lulécio” – o apoio de políticos e eleitores a Lula e Aécio ao mesmo tempo, mesmo pertencendo a partidos que rivalizam na disputa pelo poder nacional. O que parece de difícil concretização no País, e principalmente em São Paulo, em Minas pode ser viável, caso o tema da conciliação seja articulado.

A segunda função trata da legitimação da domínio da elite política mineira, já que parte da população, ou especificamente do eleitorado, compartilha dos mesmos valores que a elite. Este elemento aparece constantemente nos discursos, pronunciamentos públicos e programas eleitorais. Esta função também constitui um incentivo coletivo, porém sua eficácia deve ser relativizada, pois, como demonstrou Dulci (1989), nas eleições para o governo de Minas, entre Itamar Franco e Newton Cardoso, parece não ter surtido o efeito desejado, como ocorreu na campanha pela eleição indireta de Tancredo Neves. De qualquer modo, não deve ser desconsiderado no todo, já que faz parte da ritualística de consolidação do mito da mineiridade. Como exemplo destes momentos de caráter ritual, podemos citar as comemorações no dia 21 de abril, em que, além de se celebrar a Inconfidência Mineira, relembra-se a trajetória política de Tancredo, sua atuação no processo de democratização e o seu martírio até a morte no mesmo dia de Tiradentes. Outros momentos no qual o rito se destacou foi nas duas cerimônias de posse de Aécio Neves no governo do estado, repetindo gestos e trechos de discursos de seu avô, ou mesmo quando utilizou a caneta *parker*, que Tancredo usaria em sua posse presidencial, quando assumiu interinamente a Presidência da República em seu exercício de presidente da Câmara dos Deputados.

A terceira e última função básica da mineiridade como ideologia consiste no posicionamento do estado e de suas elites no cenário nacional e frente às outras elites. No

PSDB, e, conseqüentemente, para o nosso trabalho, essa função tem um papel de destaque. É esta função que será articulada na luta na *estrutura de oportunidades* pelo controle das *zonas de incerteza*. É nela que agentes como Aécio Neves se armam para ganhar espaço no interior do partido e no quadro partidário-eleitoral. É exatamente por esta função da mineiridade como ideologia que Aécio atrai apoios importantes como do gaúcho Pedro Simon (PMDB-RS), figura de grande experiência política e imagem ilibada. Por ela posiciona Minas como o estado capaz de conduzir o país em momentos difíceis e de transição sem grandes traumas. Por fim, esta função também se articula com a questão da conciliação, como abordado acima.

A mineiridade como ideologia é instrumentalizada por meio do discurso. Assim, nos discursos dos políticos mineiros podem-se observar três elementos constantes. O primeiro elemento é a referência ao passado de Minas, sua história gloriosa – “Sempre manifestamos nossa boa fé, e, em muitas vezes, fomos traídos por aqueles em quem confiávamos (...), depois da repressão que se seguiu à Devassa de 1789, não perdemos nossa boa fé” (NEVES *apud* ÂNGELO, 2005: 168) – contudo não se trata da ciência história, mas em um repositório de elementos heteróclitos possíveis de serem instrumentalizados. O segundo elemento presente é quanto à habilidade política nata no mineiro, “Em Minas sonhamos a política”. E por fim, o terceiro elemento recorrente no discurso mineiro se refere ao papel de Minas no cenário nacional, “mineiros, o primeiro compromisso de Minas é com a liberdade”.

O caráter de veracidade ou falsidade da mineiridade é menos importante. Como abordado por Boudon, a aceitação ou não dessas idéias não tem relação com a irracionalidade dos agentes envolvidos, mas com o uso dos seus efeitos. O que deve ser levado em consideração é a sua eficácia e, portanto, a sua racionalidade.

BIBLIOGRAFIA

ANGELO, Marcel Henrique. O Uso da Linguagem na Construção da Identidade; o exemplo do “político mineiro”. **Revista Científica da Faminas**, Muriaé, v. 1, n. 3, p. 159-174, set-dez de 2005.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da Mineiridade**: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BARBOZA FILHO, Rubem. FHC: os paulistas no poder In: AMARAL, Roberto (org.). **FHC: os paulistas no poder**. Niterói: Casa Jorge, 1995.

BENEVIDES, Maria Victória; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (org.). **Reforma Política e Cidadania**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUALINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de Política**. Brasília: Unb, 2004.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 11, n. 1, p.147-168, mar. 2005.

BOUDON, Raymond. **A Ideologia**. São Paulo: Ática, 1989.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita (org.). **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1997a.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Por um Partido Democrático, de Esquerda e Contemporâneo. **Lua Nova**; Revista de Cultura e Política, São Paulo, n° 39, p. 53-71, 1997b.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política**; a história que vivi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. Estamos Reorganizando o Capitalismo Brasileiro. **Lua Nova**; Revista de Cultura e Política, São Paulo, n° 39, 1997. (Entrevista a Brasílio Sallum Jr.)

CHAUÌ, Marilena. **O que é Ideologia**. Brasiliense: São Paulo, 1980.

COUTINHO, Carlos Néelson (org.). **Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1981.

DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. **Ciências sociais hoje**. São Paulo: Cortez, 1984.

DULCI, Otávio Soares. Identidade regional e ideologia: o caso de Minas Gerais. In: **Textos Sociologia Antropologia**. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

EAGLETON, Terry. A Ideologia e Suas Vicissitudes no Marxismo Ocidental. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 179-226.

ELSTER, John. O que está vivo e o que está morto na filosofia de Marx. In: ELSTER, John. **Marx Hoje**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

FERRETTI, Danilo José Zioni ; CAPELATO, Maria Helena Rolim . João Ramalho e as Origens da Nação: os paulistas na comemoração do IV centenário da descoberta do Brasil. **Tempo** - Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, RJ, v. 04, n. 08, p. 67-87, 1999.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando; VALENTE, Ana Luiza. Governabilidade e Concentração de Poder Institucional; o Governo FHC. **Tempo Social**; Revista Sociologia. São Paulo. (11)2, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HIPPOLITO, Lúcia. **De raposas a reformistas**; o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

HOBSBAWM, Eric. **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KINZO, Maria D'Alva Gil. A Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n.4 out-dec. 2001.

KINZO, Maria D'Alva Gil. Partidos, Eleições e Democracia no Brasil Pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 14, p. 23-41, fevereiro, 2005.

KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (org.). **Partidos e Coligações Eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Unesp, 2005.

LACERDA, Alan Daniel Freire de. O PT e a Unidade Partidária Como Problema. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 39-76, 2002.

LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. **Política Democrática**. Brasília, v. 4, p. 96-125, Fev/out, 2002.

LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (org.). **A Era FHC**; Um balanço. São Paulo: Cultura, 2002.

LAVAREDA, Antônio. **A Democracia nas Urnas**; o processo partidário-eleitoral brasileiro 1945-1964. Rio de Janeiro: Iuperj, 1999.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. **Os Partidos Políticos Brasileiros**; a experiência federal e regional: 1945-1964. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil (1993). **Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos Anos 80**. São Paulo: Loyola.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil (1997). **O Sistema Partidário Brasileiro**; diversidade e tendências. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil (1997). **Instituições Políticas Democráticas**; o segredo da legitimidade. Rio Jorge: Jorge Zahar.

LÉVI-STRAUSS, C. **O Pensamento Selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 1997.

MAGALHÃES, Raul Francisco. **Racionalidade e Retórica**: teoria discursiva da ação coletiva. Rio de Janeiro: Iuperj, 2000. (Tese de Doutorado).

MAINWARING, Scott (2001). **Sistemas Partidários em Novas Democracias**; o Caso do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto. Rio de Janeiro, FGV.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

MELO, Carlos Felix Ranulfo. Migração Partidária na câmara dos Deputados; causas conseqüências e possíveis soluções. In: BENEVIDES, Maria Victória; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (org.). **Reforma Política e Cidadania**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MICHELS, Robert. **Sociologia do Partidos Políticos**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

NEVES, Aécio. **Prosperidade**; a face humana do desenvolvimento. [s.l.]: 2003. (plano de governo).

NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e democracia**; um estudo sobre o sistema partidário brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistemas Eleitorais**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de Partido**; organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRO. **Novos Conceitos de Gestão Pública**; o PSDB em Minas. Belo Horizonte: 2007.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Luicie. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERES, Paulo Sérgio; ROMA, Celso. **Programa partidário e ação estratégica das lideranças**; PT e PSDB em perspectiva comparada. In: 3 Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 2002, Niterói - RJ.

RODRIGUES, Leôncio Martins (2002). Partidos, Ideologia e Composição Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 31-47, fev 2002.

ROMA, Celso. A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999; A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.17, n.49, p.71-92, jun 2002

SADER, Emir. **Gramsci**; sobre poder, política e partido. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SALLUM JUNIOR, Brasílio. Metamorfose do Estado Brasileiro no Final do Século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18 n. 52, p. 35-55, jun 2003.

SANCHEZ, Raul Christiano. **De Volta ao Começo**; raízes de um PSDB militante que nasceu na oposição. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SARTORI, Giovanni. Que é a Política? In: SARTORI, Giovanni. **A Política**; Lógica e Método nas Ciências Sociais. Brasília: Unb, 1979.

STOPPINO, Mario. Ideologia. In: BOBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUALINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de política**. Brasília: Unb, 2005.

TAROUCO, Gabriela da Silva. Fatores do Desenvolvimento do Partido da Frente Liberal In: PINTO, Céli Regina Jardim & SANTOS, André Marengo (org.). **Partidos no Cone Sul**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

VASCO, Ana. **Aécio Neves**; de fato e de direito. Belo Horizonte: Soler, 2005.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Notas Sobre o Primo Pobre do Tucanato**. Juiz de Fora, 2006 (mimeo).

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **O Príncipe da Moeda**. Rio de Janeiro: Tempo e Espaço, 1997

WEBER, Max. **Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada**; crítica política da burocracia e da natureza dos partidos. Petrópolis: Vozes, 1993.

ZIZEK, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Lista de Jornais

77% APÓIAM o plano de estabilização. **Folha de S Paulo**. 18 de Setembro de 1994. Brasil, p. 10.

AÉCIO diz estas a disposição de Lula para dialogo permanente. **O Estado de S Paulo**. 2 de Janeiro de 2007.

ALMEIDA, Baptista Chagas. Depois do Lulécio e a vez do Fernandécio. **Estado de Minas**. 12 de novembro de 2006. Política, Em dia com a política, p. 2.

AUGUSTO, Leonardo. Aécio Articula Revezamento. **Estado de Minas**. 11 de setembro de 2007. Política, p. 6.

BANDEIRA, Ricardo. Minas reduz déficit a zero. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 5, 23 de nov. 2004. política, p. 5.

BANDEIRA, Ricardo; SILVA, Luiz Castro. Aécio Anuncia Déficit zero. **Estado de Minas**. 8 de maio de 2004. Política, p. 6.

CIPRIANI, Juliana. Aécio cisca no terreiro de Serra. **Estado de Minas**. 16 de agosto de 2007. Política, p. 7.

KANDIR, Antônio. Uma Liderança política de novo tipo. **Folha de S Paulo**. 18 dez. 1994. Dinheiro, p. 2.

LULA vai a Minas e faz elogios a Aécio. **O Estado de S Paulo**, 22 de Junho de 2007.

MAAKAROUN, Bertha. Reação à hegemonia paulista. **Estado de Minas**. 7 de outubro de 2006. Política, p. 6.

MARCHI, Carlos. Pré-Candidato quer “despulstinizar” o País. **O Estado de S Paulo**. 26 de março de 2006. < <http://www.estado.com.br/editorias/2006/03/26/pol73608.xml>> acesso em 28 mai. 2007.

MARTINS, Américo; KRIEGER, Gustavo ; ALVES, Carlos Eduardo. Lula defende apoio à Covas. **Folha de S Paulo**. 8 de outubro de 1994. Caderno Especial, p. 2.

MUNARI, Carmen. Aécio Neves projeta aliança entre PSDB e PT no médio prazo **O Estado de S Paulo**, 15 de Agosto de 2007. http://www.estadao.com.br/nacional/not_nac35296.0.htm. Acesso em 16 aug. 2007.

NÉRI, Emanuel ; MUZZI, Inácio; RIBEIRO, Amaury. FHC é vaiado e muda discurso **Folha de S Paulo**. 15 de Maio de 1994. Brasil, p. 10

NÉRI, Emanuel. Candidato tenta controlar rebeldia no PSDB. **Folha de S Paulo**. 13 de Abril de 1994. Brasil, p. 10.

NÉRI, Emanuel. Diretórios paulistas repudiam aliança. **Folha de S Paulo**. 7 de abril de 1994. Brasil, p. 8.

SOBREVIVÊNCIA política em jogo no Ceará. **Estado de Minas**. 26 de Agosto de 2006. Política, Eleições 2006, p. 4.

TUCANO Manifesta apoio a Lula. **Estado de Minas**. 22 de Agosto de 2006. Política,